

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Tânia Maria Rodrigues da Rocha

**Memória, Trabalho e Envelhecimento de Mulheres Negras
Idosas em uma Comunidade Remanescente de Quilombo
São Joaquim de Paulo em Vitória da Conquista – Bahia**

Vitória da Conquista - BA
Fevereiro de 2015

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Tânia Maria Rodrigues da Rocha

**Memória, Trabalho e Envelhecimento de Mulheres Negras
Idosas em uma Comunidade Remanescente de Quilombo
São Joaquim de Paulo em Vitória da Conquista – Bahia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Luciana Araújo dos Reis
Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a. Ana Elizabeth Santos Alves

Vitória da Conquista - BA
Fevereiro de 2015

Rocha, Tânia Maria Rodrigues da
 R577m Memória, Trabalho e Envelhecimento de Mulheres Negras Idosas em uma Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo em Vitória da Conquista - Bahia; orientadora Dr^a. Luciana Araújo dos Reis, co-orientadora Dr^a. Ana Elizabeth Santos Alves - Vitória da Conquista, 2015. 116f.

Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). –Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade
 Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2015.

1. Mulheres negras idosas. 2. Memória do trabalho. 3. envelhecimento. I. Reis Araújo dos, Luciana. II. Alves Santos, Ana Elizabeth. III. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. IV. Memória, Trabalho e Envelhecimento das Mulheres Negras Idosas na Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo em Vitória da Conquista - Bahia.

Título em inglês: Memory, Work and Aging of Elderly Black Women in a Quilombo Remaining Community São Joaquim de Paulo in Vitória da Conquista-Bahia.

Palavras-chaves em inglês: Older black women. Working memory. Aging.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dr^a. Luciana Araújo dos Reis (presidente), Profa. Dr^a. Ana Elizabeth Santos Alves (co-orientadora), Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos, Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento, Prof. Dr. Cláudio Félix dos Santos (suplente), Profa. Dr^a. Larissa Chaves Pereira Silva (suplente).

Data da Defesa: 24 de fevereiro de 2015.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª. Dr.ª Luciana Araújo dos Reis (UESB)
(Orientadora)

Prof.ª. Dr.ª Ana Elizabeth Santos Alves (UESB)
(Co-orientadora)

Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos (UESB)

Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento (UFSCAR)

Suplentes

Prof. Dr. Cláudio Eduardo Felix dos Santos (UESB)

Prof.ª. Dr.ª. Larissa Chaves Pedreira (UFBA)

Local e Data: Vitória da Conquista, 24 de fevereiro de 2015.

Resultado:

Aprovada

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado...

Karl Marx

AGRADECIMENTOS

Ao meu amado Deus, por me capacitar nessa minha caminhada, provendo meios e pessoas especiais que foram essenciais durante a realização deste curso de mestrado.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, pela oportunidade da realização deste mestrado, através do Programa de Pós-Graduação Memória: Linguagem e Sociedade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que proporcionou o financiamento de bolsa de estudos para o Programa de Pós-Graduação Memória: Linguagem e Sociedade, cujo apoio financeiro foi essencial para a realização desta pesquisa.

À Profa. Dr^a. Luciana Araújo dos Reis, pela sua valiosa orientação, pela sua generosidade, amizade, paciência, competência e pelos ensinamentos que contribuíram para realização desta pesquisa e da minha formação profissional.

À Profa. Dr^a. Ana Elizabeth Santos Alves, pela sua fundamental co-orientação, pela sua confiança, generosidade, amizade, competência e pela especial contribuição na realização desta pesquisa, como também da minha formação profissional.

À Coordenação do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - PPGMLS, às coordenadoras Profas. Dr^a. Livia Diana Rocha Magalhães e Dr^a. Maria da Conceição Fonseca Silva, por serem facilitadoras na realização deste projeto de mestrado e referências de dedicação à pesquisa científica. Agradeço também aos demais professores do programa, em especial, à professora Dr^a. Isnara Pereira Ivo, pelos seus ensinamentos que foram de grande valia para o meu aprendizado. Expresso a minha admiração e respeito à todos vocês.

Aos colegas do mestrado pelos momentos de convivência, pela amizade e pelos momentos de descontração. Em especial, à Rita de Cássia Sousa, M^a Cleidiana Almeida, Marinês Rocha, Livia Farias, Priscila Ferreira, Elton Quadros, Daniela Miranda e Daniela Rocha pelos momentos compartilhados e atos de solidariedade, e à Mirian Cléa Almeida, pelos seus saberes compartilhados que foram de grande ajuda.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade e do Museu Pedagógico Padre Palmeira – UESB, sempre a disposição.

À minha família, Matilde e Nestor (meus pais), Nestor e Cláudio (meus irmãos), Rita (minha cunhada), Gustavo e Lucas (meus sobrinhos), pelo apoio e incentivo em todos os momentos da minha vida.

À professora Dr^a. Geisa Flores Mendes, por fazer parte da banca de qualificação e pela sua valiosa contribuição para o enriquecimento e aperfeiçoamento desta dissertação.

Aos professores Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos e Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento que aceitaram o convite para participarem da banca examinadora de defesa, contribuindo grandiosamente para o desfecho desta dissertação.

Ao professor Altemar Amaral Rocha do Departamento de Geografia/UESB pela sua generosa contribuição na produção do mapa da localização da Comunidade de São Joaquim de Paulo.

À minha amiga, Nerêida Mafra Benedictis, por compartilhar os seus conhecimentos e ser a incentivadora na realização deste mestrado.

Às minhas amigas, Jussiara (Sara) e Jussimara Barros Oliveira (Mara), pelo apoio e suporte dado em diferentes momentos desta minha caminhada.

À minha prima, Elizabete Rodrigues, pelo apoio, encorajamento e pelas palavras de incentivo.

Ao professor Dr. Ruy Medeiros e ao engenheiro agrônomo Marinaldo Carvalho, pelas contribuições para a realização desta pesquisa.

À Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo, nas pessoas de Robério Salgado, Luciene Bispo, Edivaldo Damascena, Aurino Santos, Esther Salgado, Djanira de Jesus Silvae, em especial, Guiomar Souza, Noemia Ferreira, Maridalva Silva, Elizete Gomes, Maria de Jesus, Maria Iva Oliveira, Josefa Brito, Railda Pereira, Maria Alves e América Brito, que participaram desta pesquisa, compartilhando as suas histórias de lutas e superação, lembrando as suas lembranças dos momentos marcantes de suas vidas, pois, sem as suas contribuições, não seria possível a realização deste trabalho.

À todos que colaboraram direta e indiretamente para a concretização do meu sonho.

RESUMO

A investigação acerca da memória do trabalho das mulheres negras idosas da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo toma como base o vínculo com a terra, o trabalho de subsistência de produção familiar e o envelhecimento expresso na formação e no modo de vida do povo, desde os primórdios da sua constituição. O objetivo deste estudo foi conhecer a memória do trabalho e envelhecimento das mulheres negras idosas na Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo, em Vitória da Conquista – Bahia. Para este fim, se fez necessário compreender, de forma específica, a relação do corpo como instrumento de trabalho dessas mulheres negras idosas; averiguar a influência exercida pelo processo de envelhecimento nas atividades laborais de subsistência e conhecer o papel desempenhado por elas na manutenção familiar. Tratou-se de uma investigação de natureza qualitativa, descritiva exploratória, com levantamento bibliográfico e de campo, além da realização de entrevistas semiestruturadas que emergiram para análises dos dados quatro categorias: memória, trabalho, envelhecimento e mulheres negras idosas. Este estudo evidenciou que o trabalho das mulheres negras idosas nessa comunidade é o meio de sobrevivência e está concentrado no sustento da família como forma de ajuda. Ademais, verificou-se que o processo de envelhecimento não foi um fator preponderante para limitar a participação das mulheres negras nas atividades laborativas. Mesmo com as limitações vivenciadas ao longo do processo de envelhecer, essas mulheres permanecem participando de forma ativa no trabalho agrícola e nas atividades domésticas.

PALAVRAS-CHAVE:

Mulheres negras idosas. Memória do trabalho. Envelhecimento.

ABSTRACT

The investigation about the memory of the work of older black women of the Quilombo Remaining Community São Joaquim de Paulo takes the bond with the earth, the work of subsistence of household production and aging expressed in training and way of life of the people, since the dawn of its Constitution. The objective of this study was to know the working memory and ageing of elderly black women in Quilombo Remaining Community São Joaquim de Paulo, in Vitória da Conquista-Bahia. For this purpose, if made necessary to understand, specifically, the related of the body as an instrument of work of these elderly black women; ascertain the influence exerted by the aging process in labour activities of subsistence and know the role played by them in the family maintenance and in the community. It was a research of qualitative, descriptive, exploratory nature with bibliographical and field, in addition to conducting semi-structured interviews that emerged for data analyses four categories: memory, work, aging and older black women. This study showed that the work of older black women in this community is the means of survival and is concentrated in the sustenance of the family as a way to help. Furthermore, it was found that the aging process was not a predominant factor to limit the participation of black women in labor activities. Even with the limitations experienced throughout the process of aging, these women are participating actively in farm work and domestic activities.

KEYWORDS:

Older black women. Working memory. Aging.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –Caracterização das mulheres negras idosas da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo - Vitória da Conquista/BA..	49
Quadro 2 – Configuração das análises e interpretações do estudo a partir das categorias e subcategorias – Vitória da Conquista/BA.....	55
Mapa 1 –Perímetro da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo no Município de Vitória da Conquista/BA.....	56
Figura 1 – Paisagem da área da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo – Vitória da Conquista/BA.....	57
Figura 2 – Casas de moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo - Vitória da Conquista/BA.....	58
Figura 3 – Entrevista com os moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo.....	59
Figura 4 – Certidão de auto reconhecimento da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo em Vitória da Conquista/BA.....	63
Figura 5 –Colheita do café.....	74
Figura 6 – Processo de debulha do urucum.....	78
Figura 7 –Na preparação das refeições.....	80
Figura 8 – Mulher negra idosa desempenhando trabalho doméstico.....	82
Figura 9 –Quintal produtivo.....	83
Figura 10 – Plantação de andu cultivada pela mulher negra idosa.....	84
Figura 11 –Moradia de uma das mulheres negras idosas.....	86
Figura 12 – Colheita do café realizada pela mulher negra idosa, com a participação da família.....	88
Figura 13 – Mulher negra idosa nas tarefas domésticas.....	91
Figura 14 –Processo de secagem do café realizado pela mulher negra idosa.....	92
Figura 15 – Notrabalho do dia a dia.....	93
Figura 16 – Mulher negra idosa e sua família.....	97
Figura 17 –Afazeres domésticos.....	98
Figura 18 – Mulher negra quilombola.....	99

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. CAPÍTULO:FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1Memória, feminismo, mulheres negras e o mundo do trabalho	17
2.1.1 A memória na concepção de Maurice Halbwachs.....	17
2.1.2 Reflexões sobre as mulheres negras a partir do feminismo no Brasil	21
2.1.3 Mulheres negras e o mundo do trabalho.....	25
2.2Envelhecimento e mulheres negras idosas	30
2.2.1Tendências demográficas e epidemiológicas do envelhecimento populacional.....	30
2.2.2 A questão do envelhecimento e as mulheres negras idosas.....	34
2.3Terra e quilombo no Brasil	35
2.3.1 A terra brasileira: um recorte histórico.....	35
2.3.2 Processo de formação do quilombo no Brasil: aspectos relevantes	39
3. CAPÍTULO:METODOLOGIA	44
3.1 Método de abordagem	44
3.2 Procedimentos técnicos da investigação	47
3.2 Campo empírico: Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo	56
4. CAPÍTULO:ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	70
4.1Memória	70
4.1.1 Memória do aprendizado do trabalho.....	71
4.1.2 Preservação da memória do trabalho.....	73
4.2 Trabalho	76
4.2.1 O significado do trabalho.....	76
4.2.2 Atividades desenvolvidas no trabalho agrícola e no trabalho doméstico.....	79
4.2.3 Herança e o significado da terra.....	82
4.2.4 O trabalho coletivo/familiar.....	86
4.2.5A subsistência e o sustento familiar.....	88
4.3 Envelhecimento	89
4.3.1 O significado da velhice.....	90
4.3.2 O corpo como instrumento de trabalho.....	91
4.3.3As repercussões do envelhecimento no trabalho.....	94
4.3.3 O envelhecimento e relações familiares/coabitação e com a comunidade.....	95
4.4 Mulheres negras idosas	98
4.4.1Memória.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102

REFERÊNCIAS.....	106
APÊNDICE A: Termo de consentimento livre e esclarecido de pesquisa para seres humanos.....	114
APÊNDICE B: Roteiro das entrevistas.....	115
APÊNDICE C: Questionário para entrevista com as mulheres negras idosas.....	116

1. INTRODUÇÃO

A investigação acerca da memória do trabalho das mulheres negras idosas da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo toma como base o vínculo com a terra, o trabalho de subsistência e o envelhecimento expresso na formação e no modo de vida do povo, desde os primórdios da sua constituição.

Desde o seu surgimento, os quilombos no Brasil organizaram-se sob uma estrutura baseada nos princípios de solidariedade e coletividade, garantindo o trabalho coletivo familiar no campo como alternativa de sobrevivência. Assim, no quilombo São Joaquim de Paulo estabeleceu-se uma relação social de produção coletiva entre homens e mulheres, e entre famílias, que os levaram a um comprometimento com o outro, compartilhando a produção agrícola e criação de animais num esforço coletivo. Esta forma colaborativa vivenciada na comunidade foi fortemente marcada por um sentimento de pertença, denotando uma preocupação com o bem estar comum¹.

Na Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo, o trabalho agrícola é mantido pelo grupo e as suas práticas tradicionais, ao longo do tempo, são transmitidas aos seus descendentes. A transmissão dos saberes tradicionais garantiu às novas gerações a condição para a sua sobrevivência. A transmissão é a forma de difundir os saberes e as práticas sociais como condição de se manterem vivos nos grupos. Assim, essa percepção viva do passado não é apenas conhecida, mas vivida e sentida coletivamente. A memória coletiva, bem como afirma Halbwachs (2006, p.102), “não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”. O posicionamento de Halbwachs desloca a ideia do passado para aquilo que é vivido, guardado e (re) significado na memória de um grupo, admitindo a permanente interação entre o vivido e o aprendido, ou o vivido e o transmitido.

¹Para Weber (1994), o sentimento de pertença é estabelecido nas relações sociais, semelhante ao que costuma ocorrer entre os membros de uma família ou de grupos. O autor definiu o sentimento de pertença a partir do conceito de comunidade, uma vez que a comunidade sempre ocupa a mesma área territorial, sendo este sentimento posto em prática de forma coletiva por seus moradores. A noção de comunidade é definida como um lugar de igualdade, integração, liberdade, autonomia, tradição e afeto, que é movida por diferentes intencionalidades. Entretanto, é importante considerar, também, que é um espaço comunitário de hierarquia, conflitos e resistência. Segundo Weber (1994, p. 26), “o conceito de comunidade está inserido no conceito de relação social comunitária. A relação social é uma ação social, cuja combinação de significados é igualmente fixada pelos agentes que dela participam”.

Para além do significado da sobrevivência, o trabalho e a terra representam para as mulheres negras idosas a herança dos seus antepassados. Desta forma, a terra é vista como recurso responsável pela produção de riqueza, como condição de trabalho, além de ser o principal meio de produção de subsistência. Tudo isso se configura como valores agregados pela cultura² e tradição³. Para Marx (1988, p.144), “o meio universal de trabalho desse tipo é a própria terra, pois ela dá ao trabalhador o locus *standi* e ao processo dele o campo de ação (*field of employment*)”. Tal constatação condiz com a proposição elaborada por Marx (1988), ao definir o trabalho, no seu sentido ontológico⁴, como uma condição de existência do homem:

antes de tudo, o trabalho é um processo entre homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida (MARX, 1988, p. 142).

É pelo trabalho agrícola que as mulheres negras idosas se confrontam com a natureza; com o seu trabalho utilizam a força física e mental, ajustam e dominam a natureza, por meio de um processo de apropriação e transformação, que se dá através de uma relação dialética. Referindo-se a isso, Silva (1979) acrescenta que:

qualquer atividade produtiva agrícola requer independentemente da forma social de produção, certas condições naturais como a terra sobre a qual atua o trabalho, os meios de produção e o próprio trabalho, ou seja, a atividade dos agentes da produção. [...] Os homens não produzem sozinhos. Para produzirem contraem determinados vínculos e relações dentro dos quais realizam a produção. Estes vínculos e relações não constituem, apenas, da relação de homens entre si – como uma matriz intersubjetiva -, mas dos homens entre si e os meios de produção – segundo determinadas formas de apropriação e posse (SILVA, 1979, p.29).

Para tanto, o trabalho, como atividade essencialmente humana, efetua dupla transformação, seja material, seja intelectual. O homem, ao empregar sua capacidade física e

²De acordo a Laraia (2001, p. 25), no vocábulo inglês, a cultura que “tomando em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qual outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Na concepção de Tylor (1958), a cultura define-se como sendo todo o comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética.

³Segundo a definição de tradição, apresentada no dicionário de filosofia Nicola Abbagnano (2007, p. 977), “esta significa herança cultural, transmissão de crenças ou de técnicas de uma geração para outra [...]. Na tradição não há distinção entre presente e passado, entre mim e os outros”.

⁴Para Alves (2010), o pensamento de Marx sobre o trabalho na vertente ontológico está no sentido de uma crítica da vida cotidiana, isto é, do próprio ser social, vale dizer, o homem, o ser social naquilo que ele tem de fundante e estruturante, que é a práxis humana material e histórica.

mental na atividade laborativa, assegura, pelo trabalho, os seus meios de sobrevivência, suprindo suas necessidades básicas; é pelo trabalho que o homem também se auto realiza, resgata sua dignidade, adquire conhecimento e desenvolve suas potencialidades. Assim, na sua produção material, ele também se auto reproduz. De acordo com Albornoz (1986, p. 63), “o trabalho é satisfação imediata do desejo e da carência, aquela necessidade natural que o desejo manifesta. E, assim, o trabalho é o processo de transformação”.

Desse modo, reportar as lembranças de um grupo de mulheres negras idosas pode significar uma necessidade premente de inserção, pois, dentre as relações de poder constituídas pela sociedade capitalista, determinados grupos e fatos sociais são esquecidos e ignorados pela historiografia. A resistência de certos grupos faz com que parte da memória e parte da história prevaleça uma sobre a outra. Neste sentido, Le Goff (2003) adverte que a memória é manipulada e usada como instrumento e objeto de poder.

Há sempre uma vontade e um interesse de um grupo para que as suas memórias sejam lembradas. Pollak (1987) acrescenta que a memória dos excluídos, dos marginalizados e da minoria, é confinada ao silêncio, transmitida de uma geração a outra, oralmente, guardada em estrutura de comunicação informal; e não através de publicações. Deste modo, o autor ajuda a compreender melhor a forma como a memória foi conduzida e relatada pela história oficial.

Silva (1995) considera que o Brasil ainda é um país que não homenageia os seus reais protagonistas. A sua história tem sido, realmente, uma “utopia episódica”, uma metáfora social e política. Foi elaborada, assim, no campo da crônica, “prenhe de nababos”, onde o destaque de herói só tem sido dado aos famosos soberanos.

As mulheres negras idosas da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo mantêm preservada a sua história, os seus costumes e suas tradições. Por décadas, a história ficou silenciosamente velada, quase imperceptível, como um acervo guardado, fundamentando a preservação e a defesa do seu povo.

Reportar a memória do trabalho das mulheres negras idosas e a influência exercida pelo processo de envelhecimento nas atividades laborais de subsistência representa uma forma de ressignificar a importância desse grupo social para a historiografia. É neste sentido, que se pode compreender esse grupo como parte integrante de uma minoria, na qual paira o estigma do esquecimento, do silêncio e do ignorado. Isto significa dizer que a resistência da sociedade majoritária impõe certa dominação na produção das sociedades históricas. Como afirma Le Goff (2003):

do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p. 422).

O interesse pelo tema emergiu por sua relevância e pela aproximação com as mulheres quilombolas durante a elaboração e execução de projetos⁵ realizados com as comunidades quilombolas, através do Conselho das Associações Quilombolas do Território de Vitória da Conquista - BA⁶. Essa vivência permitiu identificar as necessidades e anseios desses grupos, em especial, das mulheres negras idosas que vivem da realização do trabalho agrícola.

Para o desenvolvimento do estudo sobre memória, trabalho e envelhecimento das mulheres negras idosas escolheu-se a Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo, levando em consideração aspectos primordiais para se garantir a viabilidade da pesquisa, a exemplo da facilidade do acesso e a receptividade dos moradores e liderança, bem como a lacuna de estudo. Considera-se, em última instância, que esta pesquisa contribuirá com a produção do conhecimento sobre o trabalho das mulheres negras idosas pertencentes a esta comunidade. Além disso, observou-se que ainda há poucos estudos acerca deste tema.

Diante do exposto, esta pesquisa se desenvolveu levando em consideração algumas questões norteadoras para serem investigadas, a saber, como se constitui a memória do trabalho das mulheres negras idosas na Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo? Qual a relação do corpo como instrumento de trabalho dessas mulheres negras idosas? Qual a influência exercida pelo processo de envelhecimento nas atividades laborais de subsistência? Qual o papel desempenhado pelas mulheres negras idosas na manutenção familiar e na comunidade?

Desse modo, a partir destas questões, esta pesquisa teve como objetivo geral conhecer a memória do trabalho e envelhecimento das mulheres negras idosas na Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo, em Vitória da Conquista – Bahia. Para este fim, se fez necessário, especificamente, compreender a relação do corpo como

⁵Desde 2010, elaboro e executo projetos de cunho sociocultural e econômico para o Conselho das Associações Quilombolas do Território de Vitória da Conquista, contemplando as 40 comunidades rurais associadas.

⁶O Conselho das Associações Quilombolas do Território de Vitória da Conquista, fundado no ano de 2006, é uma entidade formada por representantes das associações quilombolas de 40 comunidades rurais, que atua como articuladora de ações em defesa dos direitos de cidadania; como saúde, educação, terra, economia, meio ambiente, gênero, etnia e valorização da cultura negra, segurança e combate ao racismo em detrimento da população quilombola das comunidades da Região do Sudoeste da Bahia.

instrumento de trabalho dessas mulheres negras idosas; averiguar a influência exercida pelo processo de envelhecimento nas atividades laborais de subsistência e conhecer o papel desempenhado pelas mulheres negras idosas na manutenção familiar e na comunidade.

Assim sendo, esta investigação está estruturada nos seguintes capítulos:

2. Capítulo: Apresenta a concepção da memória coletiva segundo o pensamento do teórico Maurice Halbwachs; traz a reflexão da mulher negra a partir do feminismo no Brasil e a discussão sobre a mulher negra no mundo do trabalho; aborda a questão do envelhecimento e das mulheres negras idosas; faz uma breve abordagem sobre a questão da terra no Brasil, a desigualdade observada pela relação latifúndio/minifúndio. Numa mesma perspectiva histórica, traz uma reflexão teórica/conceitual sobre o processo de formação de quilombo no Brasil.
3. Capítulo: O estudo seguiu um percurso referencial-teórico e metodológico com alguns procedimentos técnicos de investigação que foram essenciais para melhor compreender o sujeito desta pesquisa; no campo empírico Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo considera as narrativas com a memória sobre o processo de ocupação das terras e análise da formação desta comunidade sobre o contexto histórico específico.
4. Capítulo: Apresenta os resultados e discussão da pesquisa, cujas análises dos dados coletados foram realizadas segundo o modelo de Bardin, através da análise de conteúdo. A partir desse método de análise emergiram as categorias: memória, trabalho, envelhecimento e mulheres negras idosas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Memória, feminismo, mulheres negras e o mundo do trabalho

Este capítulo apresenta a discussão sobre memória, à luz da teoria fundamentada na concepção de Maurice Halbwachs. A utilização da memória como categoria analítica tornou-se pertinente para compreender o objeto em estudo. Assim, esta análise traz o pensamento de Halbwachs, na perspectiva da memória coletiva, para debate do conceito e o funcionamento da memória, com base nos quadros sociais. Nesta incursão, faz-se uma reflexão sobre as mulheres negras, a partir do feminismo no Brasil, e suas principais reivindicações quanto à igualdade de direitos entre gênero e raça.

2.1.1 A memória na concepção de Maurice Halbwachs

Esta pesquisa abarca a concepção da memória de Maurice Halbwachs (2006), como subsídio para construir as análises deste estudo, uma vez que as suas contribuições sobre a memória viabilizam conhecer acerca do trabalho das mulheres negras idosas, bem como o significado do trabalho e a forma como elas produzem os seus bens materiais. Neste sentido, ao buscar a memória das mulheres negras idosas através das suas narrativas ressurgem fatos relevantes e significativos, a partir da evocação das suas lembranças. As narrativas representam a construção social de reminiscências, que são atribuídas a esse grupo de mulheres negras idosas. Para conservar as suas lembranças é necessário manter a permanência e coesão do grupo. Observa-se que, as mulheres negras idosas estão inseridas em um grupo de referência comunitária que subsiste sob uma relação de pertença. Para Halbwachs (2006), é a partir dessa relação social que é construída a memória. Tal constatação também encontra-se em Bosi (1993), ao afirmar que:

a comunidade familiar ou grupal exerce uma função de apoio como testemunha e intérprete daquelas experiências. O conjunto das lembranças é também uma construção social do grupo em que a pessoa vive e onde coexistem elementos de escolha e rejeição em relação ao que será lembrado (BOSI, 1993, p. 281).

Convém observar que a memória se constitui como objeto de estudo, categoria ou mesmo recurso que contribui de forma significativa no amplo diálogo como as diversas áreas do conhecimento, tornando-se tanto objeto de análise, quanto método. Sá (2007, p. 290)

afirma que “o interesse pela memória invade hoje a vida cotidiana de uma maneira talvez nunca vista antes, como têm já diagnosticado diversos autores”.

A memória do trabalho das mulheres negras idosas sucede a um passado e a um presente de acontecimentos e vivências comuns ao próprio do grupo, pois, o trabalho cultivado por elas na agricultura é compartilhado com a família, dentro de uma perspectiva comunitária. Elas vivem e trabalham no mesmo espaço territorial e, a partir das suas relações sociais, compartilham vivências e experiências em comum, uma memória socialmente construída em grupo. A esse respeito, encontra-se em Alves e Oliveira (2011) a seguinte colocação:

essa memória comum, construída individual e socialmente, consolida esses indivíduos como um grupo social portador de características e histórias similares relacionadas à vivência no mundo do trabalho. Trata-se de um sentimento de identidade, pertencimento e continuidade (ALVES; OLIVEIRA, 2011, p. 148).

Halbwachs (2006), influenciado por Durkheim, tornou-se o pioneiro no estudo dos contextos sociais da memória coletiva⁷. Nos seus escritos textuais, esse autor afirma que toda memória está estruturada nas relações sociais, seja no âmbito familiar ou demais grupos. Neste caminho da discussão acerca da memória, Halbwachs (2006) traz uma nova vertente, apresentando os quadros sociais, os quais, segundo ele, são os que compõem a memória. Segundo o autor:

pero eso que llamamos los marcos colectivos de la memoria serían el resultado, la suma, la combinación de los recuerdos de muchos miembros de una misma sociedad. Estos marcos ayudarían, en el mejor de los casos, a clasificar, a ordenar los recuerdos de los unos en relación con los de los otros. [...] Estos marcos colectivos de la memoria no son simples formas vacías donde los recuerdos que vienen de otras partes se encajarían como en un ajuste de piezas; todo lo contrario, estos marcos son – precisamente – los instrumentos que la memoria colectiva utiliza para reconstruir una imagen del pasado acorde con cada época y en sintonía con los pensamientos dominantes de la sociedad (HALBWACHS, 2004, p. 10).

Halbwachs (2006) que contribuiu para a compreensão do significado da memória coletiva, ainda que a memória, por mais pessoal que possa ser, é construída a partir dos quadros sociais. Na concepção de Halbwachs (2006), os quadros sociais da memória seriam a

⁷Para Santos (2003), Halbwachs tornou-se colaborador do sociólogo francês Émile Durkheim (1905). “Mas foi somente a partir da publicação de *Les cadres sociaux de la mémoire*, em 1925, que o trabalho de Halbwachs alcançou maior visibilidade. Foi, de fato, o primeiro a analisar de forma sistemática o caráter social da memória” (SANTOS, 2003, p. 36-38).

combinação das lembranças individuais de cada membro da mesma sociedade. Assim, o indivíduo nunca está a sós, mas, antes, ele está inserido na sociedade e interage sempre, nos mais diversos grupos, como família, escola, grupos de amigos, ambiente de trabalho e igreja. Esta interrelação cria laços de afetividade e afinidade, e, conseqüentemente, acaba recebendo interferências do grupo, uma vez que, se não há envolvimento entre o grupo, não se pode reproduzir o teor da lembrança. Neste sentido que Halbwachs (2004) expõe que:

sin embargo, es en la sociedad donde normalmente el hombre adquiere sus recuerdos, es allí donde los evoca, los reconoce y los localiza. Contemos en una jornada el número de recuerdos que hemos revivido, de momentos en que hemos tenido relaciones directas o indirectas con otros hombres. En esos casos, nos daremos cuenta que la mayoría de las veces utilizamos el recurso de nuestra memoria para responder a preguntas que otras personas nos plantean, o que suponemos podrían hacérselas, y que además, para responderlas, tenemos que colocarnos en su lugar, haciéndonos ver como parte del mismo grupo o de grupos semejantes. [...] Es en este sentido que existiría una memoria colectiva y los marcos sociales de la memoria, y es en la medida en que nuestro pensamiento individual se reubica en estos marcos y participa en esta memoria que sería capaz de recordar (HALBWACHS, 2004, p. 8).

Assim, quanto mais o indivíduo é inserido nos grupos sociais, mais condição terá para recuperar as suas memórias, além de contribuir para a recuperação da memória do grupo. Para Halbwachs (2006), nenhum indivíduo poderia lembrar-se de alguma experiência ou acontecimento fora do âmbito da sociedade, pois a evocação da recordação é sempre feita recorrendo aos outros, ou demais grupos. A memória tem muito mais força quando o outro relembra. Halbwachs (2006) menciona que:

outras pessoas tiveram essas lembranças em comum comigo. Mais do que isso, elas me ajudam a recordá-las e, para melhor me recordar, eu me volto para elas, por um instante adoto seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois experimento ainda sua influência e encontro em mim muitas das ideias e maneiras de pensar a que não me teria elevado sozinho, pelas quais permaneço em contato com elas (HALBWACHS, 2006, p. 31).

O autor insere a existência de duas memórias, posto que a memória individual existe sempre a partir da memória coletiva. A memória individual é guardada pelo indivíduo, e é o indivíduo que se lembra, enquanto membro do grupo. Esta memória individual se refere às suas próprias vivências e experiências, mas contém também aspectos da memória do grupo no qual ele está inserido. Já a memória coletiva é a reconstituição das lembranças no interior do

grupo que a produz, compartilha, institucionaliza, guarda e a transmite através da interação entre seus membros. Deste modo, Halbwachs (2006) afirma que:

são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Neste sentido, o autor considera que o indivíduo possui e participa de dois tipos de memórias. Contudo, aponta que a memória coletiva ultrapassa o plano individual, considerando que as memórias de um indivíduo nunca são apenas suas e, assim, nenhuma lembrança pode existir separada do grupo. Para tanto, as memórias não estariam materializadas no corpo ou na mente, mas, antes, nos quadros sociais. Halbwachs (2006) afirma ainda que as memórias individuais e coletivas se interrelacionam; a individual se apoia na coletiva, e, por sua vez, a memória coletiva restringe a memória individual, porém ambas não se misturam. Deste modo, Halbwachs (2006) profere que:

nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos a sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Assim, Halbwachs (2006) reafirma que a memória é compreendida como uma construção social. Pois toda produção da memória tem sintonia com a sociedade. Isso significa que, “tanto agrupadas em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade” (HALBWACHS, 2006, p. 71). Esta concepção parte do pressuposto de que a memória não poderia estar separada dos quadros sociais. Nesta perspectiva, a presença do grupo de mulheres negras idosas teria como fonte de referência a recordação e localização das suas lembranças, servindo estes como baliza para a reconstrução das suas memórias. Portanto, as suas narrativas são cruciais para sustentar, complementar e dar condição para construção da memória em estudo.

2.1.2 Reflexões sobre as mulheres negras, a partir do feminismo no Brasil

As discussões acerca do feminismo no Brasil vêm desde a década de 1920, período em que surgiu a militância em defesa do seu direito ao voto. Na década de 1960, ampliaram-se os debates tendo como foco outras reivindicações, como, por exemplo, os direitos das mulheres no campo do trabalho, à educação e à participação política e econômica no país, criando condições e possibilidades para o pleno exercício da cidadania pelas mulheres, que, até então, não tinham o *status* desses direitos. Moreira (2011) expõe que:

por intermédio do movimento feminista, as mulheres brasileiras organizaram com mais objetividade a luta, que, nesse momento, está voltada para a conquista da cidadania, do reconhecimento de que a não participação delas nas instâncias de decisão da sociedade era em razão da sua condição de mulher (MOREIRA, 2011, p. 57).

Nas décadas posteriores a 1970 e 1980, o movimento feminista estava em plena atividade, conquistando espaço na sociedade brasileira que imbuía-se com o anseio da democratização do país, apesar da opressão feminina, fortaleceu as lutas de caráter sindical e pelo direito ao trabalho, a terra, e outras demandas sociais, com a finalidade de abarcar a emancipação feminina, dentre outras reivindicações. O movimento feminista se afirmou como ação política, posicionando as mulheres como sujeitos históricos que buscavam a transformação da sua condição social. Esse movimento social apareceu como forma de reivindicar direitos iguais entre os gêneros⁸, desmontando os valores arraigados na sociedade, rejeitando a opressão e a discriminação das mulheres. Segundo Teles (1993):

o feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto a nível das estruturas como das superestruturas (ideologia, cultura e política). [...] Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade (TELES, 1993, p. 10).

Para as mulheres brasileiras, o movimento feminista foi responsável pela luta por emancipação das mulheres, embora tenha sido de forma lenta e pontuada por obstáculos. A luta empreendida pelas mulheres foi marcada por algumas conquistas, inclusive nas relações

⁸Segundo Lobo (1991), as relações de gênero permeiam em várias esferas: nas relações familiares, no mercado de trabalho, nas relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos como relação de poder na sociedade, cujas demarcações são fluídas, historicamente situadas, diferenciadas nas culturas e nas sociedades.

sociais e familiares, que permitiram mais autonomia, liberdade e independência. Deve-se levar em conta que essas mulheres vêm de um contexto histórico estruturado em um regime patriarcal e autoritário. Essa ordem conservadora as privou da participação no mundo público (do direito ao voto, do direito como cidadã) e do trabalho.

No período colonial, o papel atribuído às mulheres era de reprodutoras nas atividades domésticas e cuidadoras de filhos, dependentes economicamente da família, pois as de classe favorecida não eram educadas para trabalhar fora de casa e nem visavam ascender profissionalmente. Porém, as mulheres menos favorecidas exerciam a função de provedoras do lar, pois precisavam sobreviver e sustentar os seus filhos. Através de trabalhos precários e de subsistências, enfrentavam as dificuldades comuns ao seu cotidiano, além das dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Sobre este tema, Del Priore (2000) afirma que ainda pouco se conhece sobre as nossas antepassadas índias, brancas, negras e mulatas. Assim, o autor diz que:

pois vamos tentar reconstituir seus passos, vivências e trajetórias, atentas às múltiplas formas que utilizaram para lutar por si e pelos seus, à sua vida social e às representações que se fizeram delas. A tarefa não é fácil por uma simples: apesar de estarem presentes desde o início do processo de colonização, de participar da luta contra as árduas condições de vida entre os séculos XVI e XVIII, da grande variedade de lugares que ocuparam em diferentes grupos sociais, raciais e religiosos, eles não eram muito visíveis. Sua quase invisibilidade as identificava “aos de baixo”. Isso porque a maioria das mulheres era analfabeta, subordinada juridicamente aos homens e politicamente inexistente. Sua condição as excluía de qualquer exercício de função nas câmaras municipais, na administração que lhes garantissem reconhecimento social (DEL PRIORE, 2000, p. 09).

Vale ressaltar, entretanto, que no período da Revolução Industrial, no século XVIII, após a abolição da escravatura no Brasil, garantida pela Lei Áurea e assinada pela Princesa Isabel, em 1888, que foi resultado das lutas de negros e de negras. Mesmo assim, as mulheres negras⁹ continuaram na sua posição de inferioridade também em relação aos homens negros e, assim, à margem da sociedade. Às leis que regiam o país tinham grande influência da Igreja Católica, sob a qual foram impostas normas de conduta de um regimento tipicamente europeu para as mulheres brasileiras, totalmente desprovidas de direitos e expostas à servidão do lar. De acordo com Reed (1980):

⁹O IBGE denomina pessoas negras pela classificação da cor da pele, como pretas e pardas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/pcerp_classificacoes_e_identicidades.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2015.

foram as drásticas mudanças sociais impostas pelas instituições da classe patriarcal, na forma de família, propriedade privada e Estado, o que conduziu ao derrocamento histórico do sexo feminino. Na nova sociedade os homens se converteram em principais produtores, enquanto as mulheres eram trancadas em casa e ficaram limitadas à servidão familiar (REED, 1980, p. 28).

Apesar das demandas postas por meio do movimento feminista, ao longo das décadas, as mulheres ainda não obtiveram os resultados esperados. Embora o movimento feminista tenha realizado muitas conquistas para as mulheres. Mas ainda as mulheres vivem numa sociedade que não está atenta a essas desigualdades, uma vez que há discriminação em relação às atividades laborais, principalmente, às realizadas por mulheres negras, podendo-se conferir situação da mulher no mercado de trabalho através dos índices estatísticos. Sobre este aspecto, o feminismo, como movimento social, busca a necessidade de mudanças e aspira à emancipação das mulheres, nas esferas, tanto econômica, social, educacional como política. Há uma necessidade de intervenção do Estado para contribuir, com efetivação das políticas públicas específicas, na busca da redução da desigualdade de gênero¹⁰ e raça/etnia¹¹. Diante deste contexto, Teles (1993) menciona que:

¹⁰Para Lobo (1991, p. 188-189), “enquanto relação de poder, a dominação de gênero é tão inexplicável em sua origem biológica quanto à dominação racial. As teorias raciais se preocupam em fundamentá-la a partir da biologia, o mesmo que fizeram aqueles que tentaram construir uma explicação natural para a dominação dos homens na sociedade. Mesmo sem voltar à biologização das diferenças que marca tanto os discursos sobre a divisão sexual do trabalho quanto aqueles sobre as práticas políticas ou práticas científicas de homens e mulheres, as imagens do masculino e do feminino não só consolidam diferenças como contém hierarquias: são imagens de poder. Por isso, mesmo os estudos sobre relações de gênero remetem a hierarquias, formas institucionais e mudanças nas práticas das sociedades e, nessa medida, estão questionando também as configurações de poder nas sociedades. Um exemplo particularmente pertinente na produção sociológica brasileira é o das relações de gênero nos movimentos sociais. Durante algum tempo analisaram-se os movimentos sociais separando movimentos de mulheres (reivindicando creches, por exemplo), daqueles que não tinham uma reivindicação feminina específica (como a ocupação do solo urbano) e ainda os movimentos feministas assim definidos a partir da origem de classe das participantes ou dos temas e propostas (quando o eixo articulador fosse a ideia da opressão-discriminação das mulheres na sociedade). A análise da presença de mulheres nesses movimentos estabelecia relações de identificação entre reivindicações reprodutivas-mulheres, relações produtivas-homens. No entanto, os estudos mais atentos à problemática das relações de gênero, e não apenas à descrição do sexo dos atores sociais, suscitariam a questão da articulação entre vida privada e vida pública, focalizando as práticas tradicionais de mulheres e homens nos espaços que ocupam na sociedade e nas relações que estabelecem com as instituições e o Estado”.

¹¹Segundo Paixão e Carvano (2008, p. 27), “o termo raça dialoga primeiramente com a variabilidade dos seres humanos em termos físicos. Ou seja, a base dessa compreensão reside no fato de que os seres humanos possuem uma grande variabilidade de tipos, em termos de suas respectivas aparências, especialmente quando leva-se em consideração o grau de intensidade da pigmentação de suas peles, os tipos faciais, as cores dos olhos, o formato dos cabelos e, em alguns casos, a forma corporal (altura, peso, tipo corpóreo)”. Por etnia, tal como definido pelo documento da Divisão de Estatísticas da ONU, compreende-se um conjunto de fatores de natureza sociocultural (país ou região de origem, em contraposição à cidadania ou ao país de nacionalidade legal), a raça, a cor, o idioma, a religião, a indumentária, os hábitos de alimentação, a tribo ou várias combinações destas características, que sejam causa eficiente de uso por cada pessoa, tanto do processo de constituição de suas afinidades eletivas para com outras pessoas portadoras de hábitos, crenças e valores semelhantes, como de sua caracterização coletiva distinta perante aos demais membros da sociedade.

falar da mulher nesses termos é mais do que se deixar envolver pelas mulheres do mundo inteiro. É deixar extravasar a ansiedade, o inconformismo e a ternura de milhares de mulheres. É resgatar a memória, que, mesmo obscurecida pelos reacionários, iluminará o caminho de todos os que buscam a justiça e liberdade (TELES, 1993, p. 10).

O movimento feminista, apesar do cunho sociopolítico, não tangenciou a questão do racismo, caracterizando, assim, uma lacuna na discussão dos direitos das mulheres negras, uma vez que o feminismo mostrou-se focado na questão de gênero e nas desigualdades de poder entre mulheres e homens. Definindo-se por anseios de mulheres brancas de classe média, ou seja, que não cabiam os interesses de mulheres negras. Assim, Carneiro (2003) esclarece que:

aconsequência disso foi à incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo continuaram no silêncio e na invisibilidade (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Neste sentido, a mulher negra sempre necessitou estar inserida na luta por melhores condições socioeconômica. Entretanto, o movimento feminista não abarcou a luta contra uma postura que inclui valores pré-estabelecidos historicamente, na qual a mulher negra era vista com diferença, numa posição de inferioridade em relação ao homem. Além disso, eram atribuídas a essas mulheres as visões estereotipadas sobre as mais diversas alteridades. Tal fato é confirmado por Moreira (2011), que diz que:

paradoxalmente, um movimento que se insurge contra a opressão e a invisibilidade de um segmento social, viria, ao longo de sua construção, não abordar especificidade no que diz respeito à mulher negra. A não incorporação da questão racial nas práticas e nas formulações teóricas do movimento feminista foi, inicialmente, interpretada como uma prática racista fortemente existente em nossa sociedade. Pode-se dizer que, numa sociedade em que a questão racial ainda é tabu, as conquistas do movimento feminista acabam por privilegiar as mulheres brancas em detrimento das negras (MOREIRA, 2011, p. 60).

Somente, na década de 1980, promoveas discussões do movimento de mulheres negras, como uma organização política que reivindica os direitos humanos para o enfrentamento das desigualdades sociais, racismo/gênero, e da luta por mudanças no plano político, sugerindo a elaboração de políticas públicas específicas para as mulheres

negras. Paulatinamente, cumpre com o papel de contestar e explicitar a contradição no cenário sociopolítico e econômico do país. Em conformidade com este panorama, Ceva (2012) afirma que:

no Brasil, durante a década de 1980, a sociedade vivia uma euforia democrática; um período de distensão do regime militar e de anistia política generalizada. Foi nesse contexto histórico e político que emergiu o feminismo negro brasileiro, como uma forma de resistência e de visibilização de um sujeito político que até então estivera silenciado pelos cânones tradicionais (CEVA, 2012, p. 61).

Ao longo da história, as mulheres negras têm se organizado para lutar contra a subalternização e as discriminações sofridas por elas. Segundo Ribeiro (2004), as mulheres negras possuem demandas específicas como, por exemplo, a questão racial, gênero e classe. Por essa razão, são colocadas em situação de inferioridade frente à homens negros e mulheres e homens brancos. De tal modo, para por fim às desigualdades, elas buscam que seus direitos sejam efetivados.

O movimento de mulheres negras foi fundamental para promover novos olhares, a partir da inclusão de novos aportes teóricos, que trouxeram reflexão e suscitaram discussões sobre as questões de gênero e raça, representando relevantes ferramentas para o surgimento de novas demandas aos movimentos sociais, incluindo dos temas que mais carecem de atenção, como a questão da inclusão das mulheres negras no mundo do trabalho pela igualdade de direitos, beneficiando das mesmas oportunidades e, igualmente, das melhorias no mercado de trabalho.

2.1.3 Mulheres negras e o mundo do trabalho

O processo histórico de exclusão das mulheres negras no mundo do trabalho no Brasil é fundamental para compreender a realidade atual vivenciada por este segmento. Submetidas, na época do Brasil colônia, ao regime de exploração escravocrata, submetidas a trabalhos forçados e violência, as mulheres negras foram coagidas a negarem a sua identidade e o lugar de sujeito.

Com efeito, nos períodos da escravidão e pós-abolição, a imagem das mulheres negras foi marcada pelo regime de subserviência, no que se refere ao desempenho de suas atividades profissionais, as quais, em decorrência disso, foram segmentadas e desvalorizadas. No entanto, a contribuição dessas mulheres na formação econômica e social brasileira foi significativa, embora a sua história não tenha sido devidamente reconhecida. Paiva (2012)

apresenta a visão do célebre jesuíta Antônio Vieira (1648) sobre o importantíssimo papel desempenhado pelos negros escravos na construção do Brasil. Assim, afirma que “o Brasil dos Seiscentos, no qual ele vivia, não teria podido existir sem Angola e sem os homens e mulheres que de lá foram conduzidos como escravos ao outro lado do Atlântico” (PAIVA, 2012, p. 246).

Hoje, após 126 anos do fim da escravidão no Brasil, as condições socioeconômicas e educacionais se perpetuam e poucas mudanças são observadas. As mulheres negras continuam em condições desiguais, comparando com a população de mulheres brancas, sendo poucas as que conseguem ocupar lugares de evidência social, os quais são privilégio para um seletivo e minoritário grupo, devido às dificuldades e barreiras socioeconômicas e culturais constituídas pela sociedade brasileira. Da mesma forma, Hahner (2003) considera que:

as mulheres negras continuavam a assumir os piores tipos de trabalho e a suportar tratamentos desumanos. Conquanto o final da abolição da escravatura no Brasil, em 1888, supostamente propusesse a substituição do serviço não remunerado pelo trabalho assalariado, as condições de trabalho e os tipos de emprego para as mulheres negras das cidades permaneciam basicamente inalterados. Mesmo nos tempos da escravidão, poucos escravos libertos experimentaram uma mudança marcante nas suas condições materiais em razão da alforria. Depois de 1888, as mulheres negras continuaram a trabalhar como domésticas, cozinheiras, babás, lavadeiras, vendedoras ambulantes e algumas vezes prostitutas. As oportunidades de emprego disponíveis para elas eram as mais reduzidas e de pior remuneração. Em uma sociedade de divisão de classe rígida, as mulheres negras permaneciam no mais baixo nível de escala social. Ser negra e também mulher era uma dupla desvantagem (HAHNER, 2003, p.207).

A posição da mulher negra no mundo do trabalho no Brasil sempre esteve atrelada a diversas formas de serviços precarizados e de baixos salários, como por exemplo, trabalho doméstico, por ser uma atividade de ocupação que exige menos qualificação. Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, realizadas nos últimos anos, demonstram que as mulheres negras apresentam menor nível de escolaridade, trabalham mais, porém com rendimento menor, e são poucas as que conseguem romper as barreiras do preconceito e da discriminação racial e ascender-se socialmente, ou adentrar no mercado de trabalho desempenhando funções intelectuais. Dados estatísticos do IBGE (2010) revelam a condição econômica das mulheres negras se encontram: para a classe de trabalhadores que ganhavam até 1/4 do salário mínimo, existiam 418.013 homens brancos e 2.501.852 mulheres negras e pardas. Assim, é possível observar a grande desigualdade na remuneração das

mulheres negras, em relação aos demais, o que leva a inferir sobre a existência da exploração e desvalorização da sua força produtiva.

Nesta perspectiva, a condição de desigualdade das mulheres negras no contexto das estruturas sociais pode ser compreendida pelo modo como o trabalho feminino foi imposto e difundido na sociedade brasileira. Hirata (2002) revela que as mulheres constituíam-se como uma “reserva de mão de obra” necessária à acumulação do capital, reforçando a vulnerabilidade de sua mão de obra, articulada ao mercado de trabalho durante os períodos de expansão econômica, e expulsas nos momentos de crise. De fato, essa desigualdade atribui-se ao modo de produção capitalista, podendo-se observar que, desde o acesso das mulheres às fábricas, a partir do século XVIII, elas, de modo geral, foram mais penalizadas. Assim, Marx (1988) adverte que:

obrateamento da força de trabalho por meio do mero abuso de força de trabalho feminina e imatura, do roubo de todas as condições normais de trabalho e de vida e da mera brutalidade do trabalho excessivo e noturno choca-se por fim, com certas barreiras naturais não mais transponíveis (MARX, 1988, p.76).

É importante observar que, a partir da era capitalista, especificamente da Revolução Industrial, século XVIII, período de transformações sociais e econômicas, pouco se conseguiu elevar a condição feminina e abrir espaço profissional para as mulheres. Neste sentido, Nogueira (2004) acrescenta:

ao longo da revolução industrial e do advento do capitalismo, podemos afirmar que o capital utilizou-se da mulher no mundo do trabalho, o que acarretou significados distintos: se, por um lado, o ingresso do trabalho feminino no espaço produtivo foi uma conquista da mulher, por outro lado, permitiu que o capitalismo ampliasse a exploração da força de trabalho, intensificando essa exploração através do universo do trabalho feminino. Esses são exemplo claros de como a dimensão de classe se articula com a dimensão de gênero, quando se pensa na questão da exploração do trabalho pelo capital (NOGUEIRA, 2004, p. 248).

A partir daí, as mulheres se confrontam com alguns percalços no mundo do trabalho, como baixos salários e a extensa jornada de trabalho, ressaltando-se, a diferença salarial é ainda a mais grave, entre outras discriminações. Para reforçar essa ideia, Carrasco e Petit (2012) consideram que:

o capitalismo surge introduzindo massivamente as mulheres na produção, mas aproveitando-se de sua opressão herdada, e com isso provoca uma

situação contraditória, pois, por um lado, as mulheres são igualmente exploradas ou mais ainda, mas, por outro, não tem os mesmos direitos dos homens. Essa ruptura do papel tradicional da mulher que ocorria na estrutura econômica entrava em choque com as velhas leis e costumes que consagravam essa desigualdade (CARRASCO;PETIT, 2012, p.42).

No Brasil, a partir do século XX, inicia-se um novo perfil da mulher, diferentemente das apresentadas nos séculos anteriores. Houve algumas mudanças que contribuíram para o aumento da participação das mulheres no mundo do trabalho em diversos setores. Paradoxalmente, as mulheres negras, somente ocupavam lugares menos privilegiados em áreas bem específicas, como por exemplo, trabalhos domésticos, serviços gerais, dentre outros, eram submetidas ao subemprego e precarização no trabalho. Lima et al. (2013) considera que, embora o cenário atual seja de redução das desigualdades sociais, ainda persistem padrões diferenciados de participação no mundo do trabalho, os quais afetam de forma específica as mulheres negras, como o preconceito e a discriminação, que refletem entre os grupos sociais na apropriação de posições na hierarquia social. Em síntese, não se pode deixar de considerar o posicionamento de Lima et al. (2013) sobre o mundo do trabalho. A autora diz que:

como locus privilegiado de análise das desigualdades, uma vez que, tanto o acesso a ele quanto a condição de ingresso representam etapas particularmente importantes na trajetória socioeconômica dos indivíduos. Além disto, o mundo do trabalho está fortemente conectado com a dimensão educacional, representando, portanto, duas faces de um mesmo momento: a posição inicial de ingresso no mercado de trabalho influenciada pelas características educacionais causadoras de um forte efeito sobre a trajetória subsequente dos indivíduos. Mas há um fator fundamental neste processo, que é os efeitos discriminatórios produzidos pelo mercado de trabalho. As desigualdades de acesso a determinados ramos de atividade, assim como o ingresso em ocupações menos formais, estão fortemente mediados por fatores que se relacionam com a discriminação de gênero e raça (LIMA et al., 2013, p. 55).

As mulheres no trabalho agrícola também se mantêm de forma desigual em relação ao gênero, tanto nas participações produtivas, como na questão da remuneração. Isto se deve à posição que elas ocupam na divisão sexual do trabalho. O privilégio é dos homens, enquanto chefes de família e proprietários da terra. O trabalho das mulheres na agricultura de unidade familiar aparece como ajuda aos seus maridos, embora elas executem as mesmas atividades agrícolas que os homens. Esta situação reflete a mesma encontrada por Saffioti e Ferrante (1982), ao afirmarem que:

enquanto trabalhadora de roça, participante de um trabalho coletivo, de economia familiar, ajudante do pai e do marido na plantação – fase do colonato e da parceira principalmente – não recebia salário em dinheiro ou in natura, estando, portanto, destituída de quaisquer direitos na relação de emprego. O seu “ganho” era mais uma recompensa que entrava na renda familiar (SAFFIOTI;FERRANTE, 1982, p. 121).

Cabe considerar a existência de uma peculiaridade do trabalho das mulheres na agricultura marcada pelas desigualdades nas tarefas e nas oportunidades. Nessa condição de desigualdade, em relação ao sexo, torna-se possível perceber a fragmentação do trabalho de homem e de mulher, pelo segmento pesado e leve. Como afirma Torres et al.(2010):

a ideia sobre o que é “leve” e “pesado” está relacionada com a noção que os indivíduos têm sobre as atividades desenvolvidas dentro do sistema produtivo. Na esfera privada as mulheres realizam tanto as tarefas “leves” quanto as “pesadas”. As atividades pesadas estão presentes na plantação dos produtos agrícolas, limpeza do roçado, capinação (TORRES et al., 2010, p. 240).

No seio das diferentes sociedades sempre existiu a divisão sexual do trabalho. Porém, esta divisão foi apresentada com maior visibilidade na sociedade capitalista, devido ao processo de ampliação do capital, o qual está bem caracterizado na organização familiar, através da hierarquia. Silva, Arantes e Ferreira(2012), são unânimes em afirmar que vivemos numa sociedade baseada no sistema patriarcal¹², capitalista e racista. É no capitalismo que se designou a divisão social do trabalho entre as classes, o patriarcado entre homens e mulheres – a divisão sexual do trabalho. Assim, num mesmo local, pode-se haver a divisão social do trabalho, divisão sexual do trabalho e, ainda, a exclusão racial.

Vale ressaltar que a divisão sexual do trabalho, em termo genérico, refere-se às diferentes formas de homens e mulheres produzirem e reproduzirem seus bens materiais. Tendo a sua base social constituída sob a forma de opressão e desigualdade, atribuída a uma essência biológica, baseada em características genéticas que difere essa relação nos papéis produtivos e reprodutivos entre homens e mulheres.

O reportar do contexto histórico das mulheres no Brasil traz uma compreensão da situação das mesmas, no que se refere à sua atual condição social. Assim, a memória apresenta-se como fonte histórica, trazendo acontecimentos e fatos sociais ocorridos, contribuindo, deste modo, para o aprofundamento nas discussões acerca do contexto social

¹²Samara (1989, p. 15), “a família patriarcal era a base desse sistema colonial do Brasil mais amplo e, por suas características quanto à composição e relacionamento entre seus membros, estimulava a dependência na autoridade paterna e a solidariedade entre parentes”.

dessas mulheres negras idosas. Porém, reportar a memória histórica é uma forma de atualizar os vestígios do passado ao presente, podendo estes serem reconstruídos ou simulados.

Tal constatação aproxima-se do pensamento de Halbwachs (2006), quando este analisa a memória histórica. Nas palavras do autor, “trago comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso aumentar por meio de conversas ou de leituras – mas esta é uma memória tomada de empréstimo, que não é minha. No pensamento nacional, esses acontecimentos deixaram um traço profundo” (HALBWACHS, 2006, p. 72). A memória histórica é compreendida por sucessão de acontecimentos marcada na história de um país. Desta forma, pode-se criar representações do passado apoiando-se nas percepções de outros indivíduos, daquilo que se imagina ter acontecido e que foi internalizado de representações de uma memória histórica.

2.2 Envelhecimento e mulheres negras idosas

Este tópico 2.2. correspondente ao 2. Capítulo elucidada a discussão sobre o envelhecimento, para analisar os sujeitos deste estudo. Apresentam-se as tendências demográficas e epidemiológicas do envelhecimento populacional do Brasil, também tecendo algumas considerações relevantes quanto às políticas públicas e a importância do estatuto do idoso na sua aplicabilidade. Traz-se uma reflexão sobre o enfrentamento das mulheres negras idosas contra os preconceitos e os estereótipos que levam à vulnerabilidade e à exclusão, principalmente, no mundo do trabalho, fato que se constitui em um grande paradoxo.

2.2.1 Tendências demográficas e epidemiológicas do envelhecimento populacional

Nos últimos anos, o Brasil tem vivenciado uma mudança acentuada na configuração de sua estrutura demográfica, apresentando também um ritmo acelerado no processo de envelhecimento da população (VERAS, 2009). Este fato é ratificado nas projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que demonstrou que a população idosa deverá quadruplicar, passando de cerca de 3 milhões em 2010 para, aproximadamente, 13 milhões em 2050, correspondendo a 20% do total geral da população (IBGE, 2010). Isso implica que na sua posição no ranking mundial, já em 2025, o Brasil ocupará o sexto lugar em número de idosos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2003).

Segundo dados do IBGE (2010), o inegável processo de envelhecimento que vem sofrendo a população brasileira reflete-se no aumento da participação relativa da população em idades mais avançadas. O grupo populacional de 70 anos ou mais de idade, que representava 2,3% da população total, em 1980, passou, em 2010, para 4,8% do total, o que equivale a um salto de 2.741.507 habitantes para 9.240.670 habitantes, neste período de 30 anos. Sendo que, para 2010, dos 9.240.670 habitantes com mais de 70 anos de idade, 3.891.013 eram homens e 5.349.657 mulheres.

Ao direcionar o olhar para a mesorregião do centro sul baiano, observar-se uma população de 154.243 pessoas acima de 60 anos, e, destas, 35.220 são do município de Vitória da Conquista, onde se situa a Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo. O desenho da pirâmide etária do município também apresenta predominância para o gênero feminino, reforçando o padrão nacional (IBGE, 2010).

Estudos apontam que a transição da estrutura etária tem ocorrido em todas as regiões do Brasil, num contexto de desigualdades sociais, econômicas, culturais, geográficas e de gênero, que demonstra a complexidade na formulação e implementação de políticas públicas, tendo em vista a necessidade de redefinição de prioridades nas agendas governamentais (WONG; CARVALHO, 2006).

A transição demográfica se deve a vários fatores que influenciaram para a composição desta nova configuração demográfica, como, por exemplo, a queda da mortalidade em todas as idades, e, em especial, da mortalidade infantil, diminuição da taxa de fecundidade, avanços tecnológicos e melhoria na qualidade de vida da população brasileira, modificando, assim, o perfil demográfico populacional (WONG; CARVALHO, 2006).

Simultaneamente à mudança que tem ocorrido na estrutura etária, o perfil epidemiológico também foi alterado. As doenças crônico-degenerativas passaram a ter uma importância relativa maior do que as doenças infectocontagiosas. As doenças crônicas-degenerativas podem causar limitações, perda de autonomia, demandando cuidados especializados, os quais, na vivência da velhice, podem ser processos dolorosos, aumentando o uso dos serviços de saúde pelos idosos (VERAS, 2009).

O envelhecimento apresenta infinitas diversidades de situações, tanto biológicas, socioeconômicas e culturais, bem como aspectos relacionados ao gênero, etnia e raça. Neste sentido, Minayo (2011) diz que:

é absolutamente diferente envelhecer no campo ou na cidade, numa família rica e de posses ou numa família pobre, ser homem ou ser mulher, ter tido emprego ou apenas ter vivido de atividades informais ou do lar, ser

dependente ou independente física, mental, econômica ou socialmente (MINAYO, 2011, p. 10).

O processo de envelhecer não se dá de forma homogênea. Este é um fator complexo que apresenta variáveis tanto na genética, como nos aspectos culturais e socioeconômicos. Cabe considerar ainda que os idosos não são iguais, pois evidenciam diferentes aspectos nos quais eles estão inseridos. Nesta perspectiva, Lopes (2011) acrescenta que:

o envelhecimento é um processo complexo que abriga não só o aspecto biológico, mas uma grande diversidade de situações. A experiência de envelhecer é diversificada porque depende da classe social a que o indivíduo pertence, dos aspectos culturais e biológicos que se interagem na construção da multiplicidade. A sociedade capitalista se estruturou em classes com diferenças abismais entre ricos e pobres. Esta demarcação dada pela pobreza irá refletir na maneira de envelhecer e morrer (LOPES, 2011, p. 22).

Essa nova realidade social incide sobre a necessidade de políticas públicas específicas para o idoso, que precisa ser vista e tratada de forma prática e objetiva, reconfigurando as estruturas políticas, econômicas e culturais para o devir do envelhecimento na sociedade brasileira, sobretudo, na área da saúde, assistência, previdência e, principalmente, no trabalho – a permanência no mercado de trabalho – para esse segmento etário. Minayo (2011) se posiciona no tocante às políticas para os idosos, afirmando que:

no caso brasileiro, a ideia de que os velhos constituem um problema social também vem sendo construída pelo Estado. Na verdade, o Estado brasileiro – com suas políticas, diretrizes e formulações – tem uma posição contraditória. De um lado, já desde 1994 criou a Política Nacional do Idoso (PNI) promulgada pela Lei nº 8.842. Essa lei assegura, no artigo 1º, os direitos sociais desse grupo social, especificando as condições necessárias para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Dentre outras regulamentações, está a implantação do Conselho Nacional do Idoso com finalidade de impulsionar a implantação da política. Em 2003, o governo promulgou o Estatuto da Pessoa Idosa e, a partir de então, uma série de planos e normas técnicas foram elaboradas (MINAYO, 2011, p. 13).

O envelhecimento não pode se constituir em uma ameaça, tampouco deve ser tratado em segundo plano. Segundo Rozendo e Justo (2011), na década de 1980, a longevidade era tratada como assunto secundário, mantida no âmbito privado da família a qual se atribuíam as responsabilidades sobre os idosos. Assim, não podem ser ignoradas ou deixadas em segundo plano as políticas públicas de gestão de populações, a exemplo da política de aposentadoria, que refletia o reconhecimento da velhice como problema social e exigia ações do Estado. Aos poucos, as questões do envelhecimento vão passando da órbita privada para a coletiva,

fazendo com que o poder público assumisse maiores responsabilidades em relação às condições dos idosos.

Esse processo de transição da sociedade e da cultura brasileira, da juventude para a maturidade ainda em curso, foi marcado por diversos acontecimentos, dentre os quais, aqueles referidos ao plano jurídico – legislação do idoso, que orienta as ações diversas e garantedireitos e políticas que se configuram como a sua função precípua, influenciando também na forma da sociedade agir e pensar sobre a velhice e o envelhecimento. A este respeito, Minayo (2011) considera que:

para tudo isso é importante substituir a ideia de que velhice é doença, colocando, no seu lugar, uma nova visão de um tempo em que se pode optar com menos constrangimentos quanto aos rumos que se quer imprimir a essa última etapa da vida, fazendo dela uma síntese criadora (MINAYO, 2011, p. 14).

O envelhecimento populacional é visto como um ciclo de vida que antecede diferentes etapas. Os idosos de hoje estão assumindo papéis não esperados nem pela literatura, nem pelas políticas públicas. Eles estão desfrutando de novas oportunidades como uma fase mais longa e com mais autonomia. Isso poderia ser aproveitado por meio de uma participação no mercado de trabalho por um período maior de tempo, o que poderia contrabalançar parte da redução da oferta de força de trabalho por parte da população mais jovem, sendo essas as grandes mudanças sociais associadas ao envelhecimento, nos últimos trinta anos ocorridos no Brasil (CAMARANO, 2014)¹³.

É importante salientar que os padrões de avaliação da condição do idoso estão mudando. Segundo Sousa et al. (2013, p. 23), “apesar da alteração no perfil demográfico populacional ser uma conquista plausível, já que se prolongou o tempo de vida das pessoas”. Assim, não só pelo aspecto do crescimento demográfico, mas também por outros fatores, como o modo de pensar das pessoas e novas formas de encarar a velhice. O próprio idoso tem buscado ter uma vida mais saudável na prática de exercício físico, boa alimentação, isso melhora a sua qualidade de vida, prolongando os anos de vida.

2.2.2 A questão do envelhecimento e as mulheres negras idosas

¹³As informações acerca dos dados demográficos e epidemiológico (IPEA) foram obtidas através da referência do livro “Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?” (CAMARANO, 2014).

O envelhecimento é considerado como um fenômeno natural, que é demarcado por várias etapas durante o ciclo de vida, resultando na diminuição da capacidade funcional do organismo. Para Minayo (2002, p. 184), “o envelhecimento deve ser compreendido como um período integrado a toda a existência vivida, na qual a velhice recebe diferentes significados em relação à vida inteira das pessoas”. Esta etapa da vida, que se caracteriza por perdas biológicas e sociais, atinge diretamente homens e mulheres. Isso porque as mudanças físicas e funcionais, decorrentes do processo de envelhecer, podem trazer alterações no organismo humano e patologias típicas que interferem, ou mesmo, agravam significativamente a saúde e a qualidade de vida do idoso, de forma a limitar temporariamente ou definitivamente as suas atividades laborativas. As alterações fisiológicas e cognitivas ocorridas no processo do envelhecimento são diferentes de outras etapas evolutivas e moduladas de infinitas características e circunstâncias referentes a áreas diversas, desde o contexto social, alimentação, educação, gênero, raça/etnia, dentre outros. Minayo (2011) reforça essa ideia, ao considerar que:

como se pode deduzir, a referência etária abrange uma população que recobre um intervalo vital no mínimo de 30 anos, constituído por pessoas que construíram e constroem uma trajetória de vida muito diferenciada do ponto de vista subjetivo e social, como é viver nas cidades ou nas regiões rurais, pertencer à determinada classe social ou etnia, ser do sexo feminino ou masculino (MINAYO, 2011, p. 9)

Entende-se que o ato de envelhecer pressupõe uma dinâmica natural, porém cursando, muitas vezes, como uma fase dolorosa e complexa, envolvendo dimensões socioeconômicas, políticas e culturais. Apesar dessa complexidade nas perdas existentes neste período da vida, também existem ganhos consideráveis que podem ser socializados através de diversas formas, considerando o acúmulo de experiências e sabedoria dos anos vividos pelos idosos. Para Bosi (1999), a velhice é carregada de muitas experiências e lembranças e que custou toda uma vida para se aprender.

As questões do envelhecimento, raça e etnia apresentam uma dimensão social bastante complexa que constitui um grande paradoxo na sociedade brasileira. Essas questões se entrelaçam no mesmo estigma, especificamente, para as mulheres negras idosas que são vítimas de vários preconceitos e maus-tratos físicos e psicológicos. Lopes (2011) acrescenta ainda que:

homens e mulheres sofrem perdas, preconceitos e estereótipos, mas os recursos com que contam para enfrentar a velhice são diferentes. As mulheres se deparam nesta fase com questões acumuladas ao longo de uma vida de discriminação e desigualdades estruturais (LOPES, 2011, p. 23).

Assim, a questão da discriminação social ainda vivenciada pelas mulheres, particularmente as negras, é um fato. Essa situação se reflete nas diferenças salariais e ocupações, se comparado aos homens. Quando soma-se a isto a vivência do envelhecer, agrega-se o sentimento de exclusão, estabelecendo um fosso de grandes iniquidades, contribuindo para um cenário desafiador para todos os que acreditam na igualdade de direitos e condições de vida para todo ser humano.

Além disso, homens e mulheres envelhecem diferentemente, decorrentes dos fatores socioeconômicos, de saúde e funcionalidade física. Também considera outros fatores que influenciam no processo de envelhecer feminino como: tipo de personalidade, papéis desempenhados no mundo de trabalho e na família e história de vida de cada uma pessoa que marca um momento sócio histórico vivenciado.

Como se vê ao longo da discussão, evidencia-se a complexidade do processo de viver-envelhecer, em especial, das dificuldades vividas pelas mulheres negras idosas, que sofrem duplamente o preconceito da velhice e da raça. Neste contexto, pesquisadores e sociedade devem refletir sobre estratégias de enfrentamento para esses problemas sociais, os quais, cada vez mais, imprimem uma imagem estereotipada da velhice e da mulher.

2.3 Terra e quilombo no Brasil

Este tópico 2.3. referente ao 2. Capítulo trata sobre a questão da terra no Brasil e a desigualdade observada pela relação latifúndio/minifúndio. Numa mesma perspectiva histórica, estabelecida nas seções anteriores, busca-se fazer uma reflexão teórica/conceitual sobre o processo de formação de Quilombo no Brasil com o objetivo de situar a Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo.

2.3.1 A terra brasileira: um recorte histórico

O problema agrário no Brasil se configurou sob uma extrema desigualdade na distribuição da terra post pelo sistema fundiário adotado. A propriedade da terra, por sua vez, sempre foi complexa em sua prática e concentrada nas mãos de poucos. Furtado (1989)

ressalta que, para se conheceras formas de concentração de terras, a produção e a produtividade agrícola no Brasil, deve-se levar em consideração o processo histórico da questão agrária.

O sistema fundiário brasileiro, baseado na grande propriedade, é proveniente de uma herança colonial, promovida pela integração das capitânicas hereditárias¹⁴, um sistema de administração territorial criado pelo governo português através de doações de terras, com o intuito de transferir a responsabilidade de ocupar e explorar economicamente as terras brasileiras para terceiros. Posteriormente, com a instituição das capitânicas foi inserido o sistema de sesmarias¹⁵, o modo pelo qual o governo buscou a maneira mais rápida para tornar o Brasil uma colônia lucrativa. Tal situação foi alterada a partir da implantação da Lei da Terra¹⁶, e, por meio dessa lei, o governo estabeleceu a compra como a sua única forma de aquisição, concebendo o processo de formação da propriedade privada, dando início, assim, à formação de latifúndios. Segundo Martins (1996):

[...] Lei de Terra definiu todas as terras devolutas como propriedade do Estado, cuja ocupação se sujeitaria à compra e venda. Exceção feita àqueles que por ocupação efetiva e cultura habitual, título de sesmaria ou qualquer outro título tivessem a posse efetiva da terra, o único caminho para que alguém se tornasse proprietário territorial a partir de então seria a compra ao Estado. [...] A terra tornou-se acessível apenas ao possuidor de dinheiro. Generalizou-se, assim, o capital como mediador na aquisição da propriedade territorial (MARTINS, 1996, p. 122).

Sob este aspecto do uso da terra, a Lei da Terra definiu bem o critério de posse. Assim, tornou-se obrigatório a compra da terra, transformando-a em mercadoria e, ao mesmo tempo, ocorreu o favorecimento dos grupos economicamente mais privilegiados, os latifundiários, consolidando, dessa forma, a estrutura latifundiária. Por outro lado, os trabalhadores pobres e os ex-escravos foram excluídos deste processo. A Lei da Terra não

¹⁴Prado Júnior (2006), a costa brasileira foi dividida em 12 setores lineares, com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas, as quais foram doadas a titulares que gozavam de grandes regalias e poderes a eles imbuídos pela coroa portuguesa. “Essas capitânicas sempre foram mais ou menos independentes entre si, subordinando-se cada qual diretamente a Lisboa”. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 18-19).

¹⁵Castro (2009), Sesmaria, como forma jurídica de apropriação e ocupação da terra no Brasil, durante o período colonial, está fortemente associado ao latifúndio. “Na nossa historiografia, a sesmaria significa o elemento que atendeu a uma forma de ocupação do território brasileiro, em função dos interesses mercantis europeus, e implicou no estabelecimento de grandes unidades de produção rural”. (CASTRO, 2009, p. 68).

¹⁶Martins (1986), em 1850, foi promulgada a chamada Lei de Terras, que proibia a livre ocupação das terras devolutas e a sua aquisição por outro meio que não fosse o de compra. “No Brasil, o fim do cativo do escravo dá início ao cativo da terra. Era um recurso para impedir que os novos trabalhadores livres, os quais chegaram ao Brasil para substituir os escravos, deixassem de trabalhar para os grandes fazendeiros, principalmente, os de café, e evitar que procurassem as terras livres da fronteira econômica para, ali, se tornarem agricultores por conta própria”. (MARTINS, 1986, p. 104).

favoreceu àqueles negros que, por ventura, adquiririam terras doadas pelos seus antigos senhores, pois a Constituição Imperial em vigência não permitiu a legalização das suas terras, pelo motivo de não considerar o negro como cidadão. Isso significou que a estratégia de elaboração da Lei da Terra foi de restringir estes grupos de trabalhadores pobres e escravos¹⁷ do acesso à terra, obrigando-os a trabalhar nas grandes propriedades cafeicultoras, a custo da superexploração da mão-de-obra, passando a ser cativos da terra, uma vez que esses trabalhadores foram subjugados ao regime de trabalho forçado, tal como ocorreu em outros períodos históricos. De acordo com as conclusões de Martins (1996):

apropriedade fundiária surgia como fundamento da desigualdade econômica entre o fazendeiro e o colono. Ao mesmo tempo, o rendimento monetário que dela derivava era mero complemento dos meios de vida já produzidos pelo próprio trabalhador, não cobria o essencial, mas o supérfluo, relativamente à reprodução do trabalhador e sua força de trabalho. O colono sabia que era desigual, pois além da desigualdade se antepor a ele já no próprio processo de trabalho, ela se lhe antepunha de diferentes modos e em diferentes momentos no relacionamento com o fazendeiro (MARTINS, 1996, p. 90).

Desde o período colonial, a estrutura agrária brasileira predominou na grande concentração fundiária, caracterizada por latifúndios e minifúndios, e, ainda hoje, o país apresenta problemas relacionados com a distribuição de terras. No Brasil sempre persistiu em uma prática concentradora de terras, favorecendo os grandes proprietários. Com efeito, o Brasil constituiu um modelo agrícola dicotômico, preconizando, de um lado, um pequeno número de grandes proprietários de terras, detendo a maior parte das propriedades, e, do outro, um grande número de pequenos proprietários, com pequenas áreas de terras. Prado Júnior (1981) adverte que este processo da concentração fundiária faz parte de uma estrutura injusta e perversa de dominação. Segundo o autor:

por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta e indiretamente deriva de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 15).

¹⁷Segundo Chalhoub (2001, p. 46-47), “[...] quando a supressão definitiva do tráfico de escravos é acompanhada quase que simultaneamente por leis que regulamentam o acesso à propriedade da terra – leis estas que, na prática, vedam ao homem livre pobre a possibilidade de se tornar um pequeno proprietário. Desde a década de 1850, então quando a questão da transição do trabalho escravo para o trabalho livre já se colocava de forma incontornável para os diversos setores da classe dominante, delineia-se uma política clara de condicionar esta transição a um projeto mais amplo de continuação da dominação social dos proprietários dos meios de produção”.

Dentro deste contexto desigual, o latifúndio representou uma estrutura exploratória de dominação e expropriação no processo de produção agrícola do país, o que levou ao surgimento de conflitos e violência no meio rural. Este sistema excludente fez com que uma parte significativa da população de trabalhadores rurais e pequenos agricultores não tivessem acesso às mínimas condições socioeconômicas. Especialmente, no que concerne à população negra, que foi relegada e entregue à sua própria sorte, após o fim da escravidão. Martins (1996) expõe que:

antes, o fundamento da dominação e da exploração era o escravo; agora passa a ser a terra. É a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto direto os camponeses e os fazendeiros. A mediação do escravismo disfarçara anteriormente esse confronto, fizera do mestiço livre um aliado da escravidão, um excluído da escravidão, um liberto. O fim do trabalho escravo, a revelação de um novo instrumento de dominação, revelou também a contradição que separava os exploradores dos explorados. Sendo a terra a mediação desse antagonismo, em torno dela passa a girar o confronto e o conflito de fazendeiros e camponeses (MARTINS, 1996, p. 63).

De fato, a abolição só concedeu aos ex-escravos apenas a liberdade que foi incompleta, não passou do plano jurídico, pois não foi capaz de eliminar a exploração e a condição subumana. Os negros libertos estavam diante de uma realidade política que concebia o direito a liberdade, porém de uma realidade social que não dava acesso às condições de sobrevivência, com acesso aos meios de produção e à terra. Os negros, em sua maioria, continuaram sendo subjugados às situações de miséria. Iniciam suas lutas pela posse da terra que, durante o cativeiro, muitos conquistaram através de doações dos seus antigos senhores, e outros pela ocupação de terras devolutas. Conforme Silva (1995):

é indubitável que a Lei 601 (Lei da Terra), era um instrumento legal vedando aos negros, por razões subjacentes de ordem étnica e por serem pobres, adquirir terras, sendo assim uma forma de “fazer política” profundamente injusta e sutilmente discriminatória. Com ela eram preservados os interesses da classe dominante (SILVA, 1995, p. 205).

A partir deste recorte histórico, a memória histórica viabiliza a compreensão da forma como se estruturou a questão agrária e o sistema fundiário no Brasil, nos períodos mencionados. Le Golf (2010, p. 422) afirma que “o estudo da memória é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história”. Por conseguinte, na memória histórica conserva-se as recordações através da memória essencialmente escrita, e, no

momento em que o indivíduo tem acesso à essa memória histórica, passa a ter sentido e funcionalidade.

2.3.2 Processo de formação do quilombo no Brasil: aspectos relevantes

O processo de formação de quilombo no Brasil iniciou-se no período colonial, após o aparecimento do tráfico de africanos para o Brasil, em meados do século XVI, que teve como objetivo criar comunidade alternativa e livre fora do regime do cativo. Reis e Gomes (1996) acrescentam que:

a formação de uma sociedade afro-brasileira que havia começado nas senzalas. Para a criação dessa nova sociedade, decerto contribuíram fundamentalmente instituições e, sobretudo visões de mundo trazidas pelos africanos, os quais não eram tabula rasa sobre a qual senhor, governo e igreja coloniais inscreviam seus desejos de dominação (REIS; GOMES, 1996, p. 12).

Durante o regime escravista no Brasil, houve um forte movimento de resistências e revoltas, por parte dos escravizados que lutaram e se organizaram de diferentes modos, como fugas, assassinato de senhores, abortos e formação de quilombos; uma forma de combater a escravidão, pela qual eles eram subjugados. Assim que surgiram, os quilombos se estenderam por todo o território brasileiro onde havia escravos. Gomes (1996) diz que:

os negros escravizados procuraram sempre que puderam resistir à opressão a eles imposta no interior dos complexos mundos da escravidão. Buscavam nas diversas formas de enfrentamento - nas quais incluíam agenciamentos e percepções políticas com significados próprios - conquistar aquilo que concebiam como liberdade (GOMES, 1996, p.41).

No Brasil, a escravidão “acabou” no ano de 1888, devido a pressão da Inglaterra com o governo português para acabar com a escravidão no Brasil e em suas colônias. Um processo lento, que perdurou todo o século XIX e se consolidou como direito constitucional. Mesmo após a abolição, não houve nenhum projeto de reintegração dos ex-escravos na condição de cidadãos livres, especificamente na estrutura ocupacional de trabalho. Mamberti (2008), ao analisar o processo de libertação dos escravos no Brasil, afirma que:

o que ocorreu, na realidade, foi que os quase 800 mil negros existentes no país naquele momento, ao serem libertos foram jogados na mais terrível miséria, não tendo recebido do governo sua cidadania, tampouco sua ascensão social. Isto relativizou a liberdade dada aos escravos, fazendo com

que eles permanecem à margem da sociedade, praticamente sem oportunidade de trabalho e emprego. As consequências culturais e sociais desse momento histórico repercutem ainda hoje na sociedade brasileira, já que a cultura da servidão e da sujeição social não foi interrompida com a abolição jurídica da instituição do cativo, e permaneceu forte no país, embora assumindo uma série de disfarces (MAMBERTI, 2008, p.60).

O quilombo no Brasil representou um marco de luta contra a dominação colonial, sendo oriundo da resistência do povo negro, que lutou pela liberdade e em busca dos seus direitos, os quais lhe foram negados. Deste modo, os quilombos foram formados por escravos negros fugitivos, que se refugiaram em lugares de difícil acesso. Eles se adentravam nas matas, escondiam-se e se organizavam em coletivo, formando núcleos agrícolas, constituindo famílias e cultivando suas crenças e culturas. De acordo com Leite (2000):

quilombo constitui questão relevante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, reaparece no Brasil/república com a Frente Negra Brasileira (1930/40) e retorna à cena política no final dos anos 70, durante a redemocratização do país. Trata-se, portanto, de uma questão persistente, tendo na atualidade importante dimensão na luta dos afrodescendentes (LEITE, 2000, p. 333).

A visão construída do termo “quilombo”, pela história oficial, ficou conhecida como um lugar de isolamento, mundo natural e selvagem. Gerou-se, a partir daí, uma descrição de quilombo marginalmente fora da produção, do trabalho e do mercado. Com isso, esta visão influencia toda uma vertente empirista de interpretação. Assim, Gomes (1995) afirma que:

por muito tempo predominou na historiografia, de que os quilombos eram agrupamentos marginais ao mundo da escravidão, de que praticavam a política do isolamento, numa tentativa de reconstruir pequenas Áfricas como alternativas ao ambiente opressivo das senzalas (GOMES, 1995, p. 197).

Arruti (2006) apresenta novas abordagens e interpretação sobre o quilombo. Na definição de quilombo, generalizando as suas características. Arruti (2006) refere-se a ruralidade de forma camponesa, terra de uso comum, presença de conflitos e antagonismos vividos pelo grupo e, uma mobilização política definida em termos de auto-identificação quilombola.

O termo “quilombo” remete a algumas discussões no campo jurídico, histórico, político e antropológico, as quais foram atribuídas várias ressignificações, possibilitando a ideia de apresentar um quadro amplo de várias possibilidades interpretativas, predominantemente para efeito de sua aplicabilidade. A partir da Constituição brasileira de

1988, no seu Art. 68, o termo “quilombo” ou “remanescente de quilombo” adquiriu uma significação atualizada, utilizado para conferir direitos territoriais. Segundo O’Dwyer (1998), numa perspectiva antropológica mais recente, o termo quilombo assumiu um novo significado. Para o autor:

[...] o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio (O’DWYER, 1998, p. 18).

Contudo, é de extrema importância conhecer a abrangência e os significados de conceitos do termo quilombo para que se possa fundamentar teoricamente a discussão acerca do processo de formação de quilombos no Brasil. Vale ressaltar que não é o objetivo dessa investigação promover uma discussão sobre a disputa entre antropólogos, políticos, sociólogos e historiadores, para melhor definição do termo quilombo, mas, sim, compreender o conceito de quilombo no campo da abordagem jurídica, pois a partir da promulgação da Constituição de 1988 que se suscitou a necessidade de melhor definição do conceito “remanescente de quilombo”. Tal interpretação passa a ter grande importância, uma vez que determinará quais grupos sociais terão direito à regularização de suas terras, com base no artigo 68 da referida lei (ANDRADE; TRECCANI, 2000).

Deste modo, a partir do dispositivo legal da Constituição Federal de 1988, por meio de seu artigo 68, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)¹⁸, o quilombo passou a fazer parte da agenda política, de forma mais contundente. O Artigo 68 versa sobre os direitos territoriais dos remanescentes das comunidades de quilombos, prevendo o reconhecimento da propriedade dessas terras. Tal artigo é regulamentado pelo decreto 4.887/2003, que normatizou os “procedimentos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos”. Esta Constituição de 1988 representa um marco na luta pela terra e cidadania dos povos tradicionais remanescentes quilombolas.

¹⁸O Decreto federal nº 4.887/2003 e o Decreto estadual nº 11.850/2009, definem as comunidades remanescentes de quilombos, através do Art. 4º - “Consideram-se Comunidades Remanescentes de Quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (SEPROMI, 2003, p. 23).

Convém observar que muitos dos antigos quilombos, atualmente, são as chamadas comunidades rurais negras, por estarem inseridas no contexto das comunidades de povos tradicionais remanescentes de quilombo. Essas comunidades rurais passam por um processo de reconhecimento, as quais, ao serem analisadas, são referenciadas por aspectos étnicos, culturais, antropológicos e históricos. Segundo O'Dwyer (1998), as questões que demarcam os limites e a construção de uma identidade originária dos quilombos está nos grupos que se mobilizam e orientam suas ações pela aplicação do preceito constitucional (art. 68 do ADCT).

Contudo, na opinião de O'Dwyer (1998, p. 17), “o passado a que se referem os membros desses grupos não é o da ciência histórica, mas aquele em que se representa a memória coletiva — portanto, uma história que pode ser igualmente lendária e mítica”. Neste sentido, a interação que se tem desses grupos com sentimentos de pertença e identidade¹⁹ faz com que a memória coletiva reporte a um conjunto de recordações que se encontra vivo nesses grupos, por isso, é importante manter a sua integridade e sobrevivência, para que haja a construção da memória. A memória é materializada, concretizada e socializada com esses grupos sociais.

As comunidades denominadas remanescentes de quilombos²⁰ representam os grupos sociais de etnia afrodescendentes. Mas, durante o processo de formação de quilombos no Brasil, também houve a incorporação não apenas de grupos de negros, mas de índios, mestiços e brancos arraigados em um território comum, com suas raízes históricas, culturais e um sentimento de pertencimento e interdependência. Segundo a Fundação Cultural Palmares²¹, em 2014, existem 2.426 comunidades rurais certificadas como remanescentes de quilombos em todos os estados brasileiros, e, especificamente, o município de Vitória da Conquista possui 23 comunidades certificadas.

¹⁹A constatação que se tem da identidade quilombola é através da auto-definição e da auto-atribuição. Tal como proposto por Massey (2008, p. 111) quando afirma que “os lugares, em vez de serem localizações de coerência, tornam-se os focos do encontro e do não-encontro do previamente não-relacionado e assim essenciais para a geração do novo”. O espaço, ao ser permeado por distintas temporalidades, gera, sucessivamente, novas configurações, que, certamente, desencadeiam reconfigurações identitárias. A discussão da identidade remete, à compreensão da alteridade e às relações de pertencimento que se atrelam ao território e ao lugar.

²⁰“Os povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados, que tem condições sociais, culturais, econômicas e ambientais próprias. Organizam-se, total ou parcialmente, por seus próprios costumes e tradições, ou por legislação específica. O seu modo de vida e suas instituições são distintos da sociedade em geral, o que faz com que estes grupos se auto-reconheçam portadores de uma identidade própria. Na maioria dos casos, a identidade das populações tradicionais está associada também a uma identidade étnico-racial negra” (SEPROMI, 2013, p.8).

²¹A Fundação Cultural Palmares foi criada pelo Governo Federal em 1988, vinculada ao Ministério da Cultura, a qual tem a função de servir de apoio à ascensão social da população negra. Os dados da pesquisa encontra-se na lista do território nacional das CRQs certificadas. Disponível em: < http://www.palmares.gov.br/?page_id=88>. Acesso em: 10 de julho de 2014.

Ainda hoje, os negros lutam pela permanência nas terras herdadas dos seus ancestrais, buscando o reconhecimento e titulação das mesmas, mas ainda defrontam com enormes obstáculos e conflitos, pois esbarram nos interesses das elites econômicas, nas arbitrariedades que acompanham as regularizações fundiárias e no desrespeito às leis constitucionais. Nesta perspectiva, se constituiu o processo de conquista resultante da formação de uma comunidade, em torno da busca da construção da história e memória coletiva deste povo, as quais serão descritas na próxima seção.

3. METODOLOGIA

Este capítulo apresenta o percurso metodológico caracterizado por alguns procedimentos técnicos de investigação principalmente por se tratar de uma pesquisa de natureza qualitativa. O método de abordagem com base no referencial-teórico e metodológico que foi adotado para a realização das análises das entrevistas culminou em categorias e subcategorias. No que se refere ao campo empírico, faz contextualização e caracterização da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo.

3.1 Método de abordagem

Para o aprofundamento da investigação, foram empregadas as categorias²² de análise: memória, trabalho, envelhecimento e mulheres negras idosas. Essas categorias serão mediadoras e essenciais para que o objeto seja conhecido, servindo como subsídios para a discussão teórica deste estudo. Segundo Minayo (2007, p.178), “as categorias retêm, historicamente, as relações sociais fundamentais, servindo como guias teóricos e balizas para o conhecimento de um objeto nos seus aspectos gerais”.

As categorias trabalho, envelhecimento e mulheres negras idosas estarão ancorados na memória, uma vez que esta, como categoria analítica, contribui para a construção do passado, reportando para o presente o contexto do grupo social em estudo. Entende-se que a memória é sempre uma construção e reconstrução feitas no presente, a partir da relação de pertença de um grupo, cujos membros articulam entre si as vivências e experiências ocorridas no passado. Neste viés, Halbwachs (2006) contribui com a memória coletiva ao se reportar ao grupo. O autor apoia a memória ao “passado vivido”, o qual permite a constituição de uma narrativa sobre o passado do sujeito, de forma viva e natural, mais do que sobre o “passado aprendido pela história escrita”. Deste modo, dentro da compreensão do significado da memória coletiva, Halbwachs (2006) nos mostra que:

²²“As categorias são conceitos básicos que pretendem refletir sobre os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações. Elas surgem da análise da multiplicidade dos fenômenos e pretendem um alto grau de generalidade. Desde logo, observe-se que as categorias devem corresponder às condições concretas de cada tempo e lugar. Elas não são algo definido de uma vez por todas e não possuem um fim em si mesmas. Elas ganham sentido enquanto instrumento de compreensão de uma realidade social concreta, compreensão esta que, por sua vez, só ganha sentido quando assumida pelos grupos e agentes que participam de uma prática educativa. As categorias possuem simultaneamente a função de intérpretes do real e de indicadores de uma estratégia política. Portanto, a exposição formal que se segue só tem sentido enquanto instrumento metodológico de análise, ligado à prática educativa e no contexto de um tempo e um lugar determinado” (CURY, 1986, p. 21).

se pela memória somos remetidos ao contato direto com alguma de nossas antigas impressões, por definição a lembrança se distinguiria dessas ideias mais ou menos precisas que a nossa reflexão, auxiliada por narrativas, testemunhos e confidências dos outros, nos permite fazer de como teria sido o passado (HALBWACHS, 2006, p. 91).

O referencial teórico deste estudo traz a discussão da categoria memória, buscando o suporte teórico principalmente em Halbwachs (2006), e tendo contribuições de outros autores como Pollak (1987), Le Goff (2003) e Santos (2003). Para Halbwachs (2006), a memória é a recordação bem consciente de uma experiência vivida por uma coletividade, que ainda se encontra presente. Assim, a memória se constitui, nesta pesquisa, como um eixo de atribuições que, ao ser articulada com as categorias em análise, ressurtem como resultado de vários outros aspectos relevantes relacionados com a história dos sujeitos desta pesquisa.

Na discussão acerca da categoria trabalho, sob a vertente ontológica encontrada em Karl Marx, conduzindo a compreensão da delimitação deste objeto. Marx apresenta a base conceitual do trabalho e menciona o sentido do trabalho na sua dimensão mais essencial, que é a relação de transformação do homem com a natureza. Para Marx (1988), o homem, por ser genérico, tem a capacidade de transformar-se pelo trabalho e, pelo trabalho, ele pode ser transformado (se humanizar). Essa relação de mediação contribui para o homem na construção do seu conhecimento e socialização.

A categoria trabalho é um elemento central para o entendimento do trabalho feminino na agricultura, permitindo a compreensão das estratégias de sobrevivência das mulheres negras idosas e a sua relação com a subsistência da família. Assim, também, torna-se pertinente compreender o sentido que o trabalho tem para essas mulheres, por meio do significado da terra, já que, por intermédio do trabalho e da terra que elas obtêm o seu sustento.

A categoria envelhecimento toma os autores Bosi (1999), Minayo e Coimbra, Minayo (2011), Reis et al. (2013), dentre outros. O processo de envelhecimento é um fenômeno que apresenta características diferenciadas, que variam de acordo com a cultura, o tempo e o espaço, e possui especificidades marcadas pela posição de classe de indivíduos e grupos sociais, assim como pela cultura, política, condições socioeconômicas e sanitárias das coletividades. O envelhecimento é uma situação de mudança que requer adaptações do próprio indivíduo que envelhece, bem como dos seus familiares, que, inevitavelmente, envelhecem. Os vínculos estabelecidos dentro deste sistema entre as mulheres negras idosas e os seus familiares facilitarão, ou não, a passagem de ambos por esta etapa da vida.

Diante do envelhecimento, a posição de fragilidade e vulnerabilidade que as mulheres negras idosas enfrentam neste ciclo da vida, torna-se uma ameaça à sua autonomia e independência funcional e financeira. Segundo Reis et al. (2013), à medida que anos de vida são adicionados, maiores são as chances de acometimento por doenças crônico-degenerativas que, associadas às alterações fisiológicas, próprias do envelhecimento, podem levar ao comprometimento da capacidade funcional e da autonomia, limitando, assim, a capacidade produtiva para o trabalho agrícola, ou a capacidade de o indivíduo realizar suas atividades físicas e mentais necessárias para a manutenção das suas atividades básicas e instrumentais.

A categoria mulheres negras idosas²³ foi realizado um “*link*” nas discussões entre envelhecimento, raça e memória, corroborado pelos autores, tais como Bosi (1999), Minayo (2011), Silva (1995) e Halbwachs (2004). As mulheres negras idosas da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo enfrentam a problemática do envelhecimento, como, também, da desigualdade racial, reflexo de uma relação de poder gerada pelo próprio modo de produção capitalista, no qual é observado um continuísmo histórico de opressão e subordinação de uma raça à outra, resultando em uma desigualdade social.

Silva (1995) demonstra o modo como o racismo no Brasil toma a sua forma “de cores de um camaleão, mudando constantemente de tática e estratégia”. [...] é todo especial, sutil, engenhoso e mascarado. Segundo Silva (1995), “em um país onde a cor branca ainda é atestada de boa conduta, como se os traços fisionômicos das pessoas caracterizassem algo de bom ou de mau” (SILVA, 1995, p. 19). É notório o enfrentamento discriminatório, posto que, a sociedade brasileira impõe para as mulheres negras idosas uma posição negativa de vida, diante do processo de envelhecimento, como, também, na posição de desigual entre raça e gênero, no âmbito das relações sociais. Pois, a partir dos valores culturais e principalmente valores econômicos constituídos pela sociedade é que se vai determinar como essa sociedade compreende o idoso e o processo de envelhecimento. Minayo e Coimbra Júnior (2002) seguem a mesma linha de pensamento sobre a questão do envelhecimento ao afirmarem que:

o envelhecimento não é um processo homogêneo. Cada pessoa vivencia essa fase da vida de uma forma, considerando sua história particular e todos os aspectos estruturais (classe, gênero e etnia) a eles relacionados, como saúde,

²³ Refere-se ao grupo de mulheres com idade igual ou superior a 60 anos. É preciso observar que a idade cronológica é estabelecida conforme o nível socioeconômico de cada nação. Assim, para países em desenvolvimento são considerados idosos com 60 ou mais anos de idade e para os países considerados desenvolvidos a idade se estende para 65 anos, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), que

educação e condições econômicas (MINAYO; COIMBRA JÚNIOR, 2002, p. 15).

O exercício da autonomia e independência das mulheres negras idosas na Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo está diretamente relacionado com as atividades laborativas exercida por elas. Nesta perspectiva, este estudo tornou conhecida a memória do trabalho e envelhecimento das mulheres negras idosas na agricultura, por meio das narrativas, trazendo à memória as suas experiências e vivências do trabalho agrícola com as práticas tradicionais, ressignificando, assim, o passado e o presente. Para tanto, as memórias das mulheres negras idosas são de grande importância material para compreender as suas histórias de vida.

3.2 Procedimentos técnicos da investigação

Esta pesquisa caracteriza-se como uma investigação de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, com levantamento bibliográfico e de campo. Um estudo da natureza do que se apresenta promove a compreensão do objeto, através dos sujeitos nele implicados, clareando a relação entre os acontecimentos e o contexto; neste caso, a memória do trabalho das mulheres negras idosas na agricultura de subsistência.

A abordagem qualitativa pode ser entendida como método de investigação que favorece um aprofundamento do objeto pesquisado. Por este meio, possivelmente ter-se-á uma melhor compreensão acerca da problemática levantada. Uma análise pautada sob as bases de uma pesquisa qualitativa é realizada, sistematicamente, através da coleta e análise dos dados, os quais, neste estudo, são compostos por narrativas²⁴.

Esta abordagem, como fio condutor dos passos metodológicos, permitiu a análise dos dados por intermédio das entrevistas, questionários semiestruturado e da observação participante. Essas fontes variadas são fundamentais para desvelar o objeto em estudo. As fotografias, como recurso que perpassa toda a imaginação humana, possibilitam tanto a

²⁴“Uma pesquisa qualitativa oferece subsídios para que se possa responder a questões muito particulares. Ela se preocupa, no âmbito das ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1995, p. 21).

construção de uma narrativa visual, como contribuem no processo de construção e reconstrução da memória dos sujeitos investigados, por meio das imagens²⁵.

Deste modo, foram selecionadas como técnica de coleta de dados entrevistas, seguindo-se um roteiro estruturado²⁶, além de um questionário semiestruturado²⁷ entrevistas semiestruturadas²⁸ e a observação participante²⁹, que teve o devido cuidado ao registrar as informações nas análises com também acrescentando as interpretações da pesquisadora. As entrevistas ofereceram à pesquisadora informações e compreensão das diferentes situações vividas pelos sujeitos entrevistados.

A investigação adotou o critério de saturação de dados³⁰ aos sujeitos envolvidos nesta pesquisa, delimitando em um número de dez mulheres negras idosas entrevistadas³¹ entre a faixa etária dos 60 aos 75 anos de idade. Pois as informações coletadas acima deste número não acrescentariam nada mais do que já se conhecia acerca das questões levantadas sobre o fenômeno estudado. A escolha pelo sexo feminino é mediante a população da Comunidade São Joaquim de Paulo ser constituída por um número maior de mulheres.

Para a seleção das mulheres negras idosas foram estabelecidos os critérios de inclusão, a saber:

- a) Mulheres negras idosas que têm representatividade e participação na história da comunidade;
- b) Mulheres negras idosas nascidas/residentes da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo;
- c) Mulheres negras idosas ativas (que continuam desenvolvendo atividades na agricultura);

Nesta perspectiva, foram definidos como critérios de exclusão mulheres negras

²⁵“É esse olhar que molda a vida e a forma de compreender e expressar o mundo que é reproduzido pela “máquina fotográfica”. Nas imagens produzidas, buscamos a verdade dos fatos e nos encontramos com meras imagens da verdade, a aparência dos fatos” (CIAVATTA, 2002, p. 18).

²⁶As entrevistas estão descritas no Apêndice B deste texto.

²⁷O questionário utilizado neste estudo está descrito no Apêndice C deste texto.

²⁸Para Cassiani (1994), a entrevista semiestruturada é uma das opções de coleta de dados qualitativos que apresenta as vantagens de propiciar oportunidades para motivar e esclarecer o informante, permitir maior controle sobre a situação e avaliação da validade das respostas, mediante a observação do comportamento verbal e não verbal.

²⁹Cicourel (1990), a define a observação participante como um processo pelo qual se mantém a presença do observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cenário natural, colhem dados.

³⁰O pesquisador efetua as entrevistas em número de sujeitos suficiente para permitir certa reincidência das informações, garantindo um máximo de diversificação e abrangência para a reconstituição do objeto no conjunto do material, verificando assim a formação de um todo (MINAYO, 2007).

³¹Seguindo a compreensão de Miles e Huberman (1994) e Fotanella et al. (2011), quando se trata do direcionamento metodológico de estudo, de natureza qualitativa, a saturação da amostra considerará a redundância dos dados observados nas pré-análises, categorizações e recategorizações, para captar a abrangência do objeto estudado.

idosas que:

- a) Não residam na comunidade rural;
- b) Não quisessem participar voluntariamente do estudo, por meio de uma assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Todos os procedimentos adotados nesta pesquisa foram respaldados pelos critérios estabelecidos para ética em pesquisa atendendo, desta forma, aos aspectos da Resolução 466/12, em especial, os princípios da autonomia³² envolvendo seres humanos.

Segue abaixo a caracterização das entrevistadas, sujeitos da pesquisa, quanto à idade, nível de escolaridade, colhida durante aplicação do questionário semiestruturado. Este questionário foi utilizado para caracterização da amostra, com o intuito de conhecer melhor quem são essas mulheres. A partir destas informações coletadas, pode-se conhecer o perfil e a realidade de cada mulher pesquisada.

Quadro 1—Caracterização das mulheres negras idosas da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo - Vitória da Conquista/BA.

Mulheres Negras Idosas
<p>1. Guiomar Souza: 68 anos, casada, sem escolarização, tem oito netos, possui renda de um salário mínimo, recebe benefícios do governo (aposentadoria + bolsa família para os netos). Ajuda na manutenção financeira da família, desenvolve trabalho na roça e doméstico, não tem a posse da terra documentada, gosta da atividade/trabalho que desenvolve e coabita com nove pessoas (marido e oito netos).</p> <p>Apresenta hipertensão arterial, diabetes, colesterol elevado e problemas cardíacos. Realiza tratamento medicamentoso.</p>
<p>2. Noemia Ferreira: 72 anos, casada, sem escolarização, tem onze filhos, possui renda de um salário mínimo, recebe benefícios do governo (aposentadoria). Ajuda na manutenção financeira da família, desenvolve trabalho na roça e doméstico, não tem a posse da terra documentada, gosta da atividade/trabalho que desenvolve e</p>

³²Foram utilizados nesta pesquisa os nomes próprios dos entrevistados, mediante as suas autorizações através do termo de consentimento livre e esclarecido de pesquisa com seres humanos (em anexo). Vale destacar que, os sujeitos da pesquisa são do sexo feminino, as mulheres negras idosas e os demais entrevistados foram colaboradores.

coabita com seis pessoas (dois netos, três filhos e esposo).

Apresenta hipertensão arterial e realiza tratamento medicamentoso.

3. Maridalva Silva: 67 anos, casada, sem escolarização, tem dois filhos, possui renda de um salário mínimo, recebe benefícios do governo (aposentadoria). Ajuda na manutenção financeira da família, desenvolve trabalho na roça e doméstico, não tem a posse da terra documentada, gosta da atividade/trabalho que desenvolve e coabita com quatro pessoas (esposo, dois filhos e neto).

Apresenta hipertensão arterial, artrose, Alzheimer. Realiza tratamento medicamentoso.

4. Elizete Gomes: 74 anos, casada, sem escolarização, tem três filhos, possui renda de um salário mínimo, recebe benefícios do governo (aposentadoria). Ajuda na manutenção financeira da família, desenvolve trabalho na roça e doméstico, não tem a posse da terra documentada, gosta da atividade/trabalho que desenvolve e coabita com duas pessoas (dois filhos).

Apresenta hipertensão arterial e realiza tratamento medicamentoso.

5. Maria de Jesus: 75 anos, viúva, sem escolarização, tem oito filhos, possui renda de um salário mínimo, recebe benefícios do governo (aposentadoria). Ajuda na manutenção financeira da família, desenvolve trabalho na roça e doméstico, não tem a posse da terra documentada, gosta da atividade/trabalho que desenvolve e coabita com três pessoas (um neto e dois bisnetos).

Apresenta bronquite, hipertensão arterial, labirintite, deficiência auditiva. Realiza tratamento medicamentoso.

6. Maria Iva Oliveira: 61 anos, viúva, sem escolarização, tem sete filhos, possui renda de dois salários mínimos, recebe benefícios do governo (aposentadoria + pensão do marido). Ajuda na manutenção financeira da família, desenvolve trabalho na roça e doméstico, não tem a posse da terra documentada, gosta da atividade/trabalho que desenvolve e coabita com uma pessoa (filho).

Apresenta hipertensão arterial e Realiza tratamento medicamentoso.

7. Josefa Brito: 62 anos, casada, ensino fundamental completo, tem dois filhos, possui renda de um salário mínimo, não recebe benefícios do governo. Ajuda na manutenção financeira da família, desenvolve trabalho na roça, doméstico e desenvolve a função de agente comunitário de saúde na comunidade rural. Não tem a posse da terra documentada, gosta da atividade/trabalho que desenvolve e coabita com uma pessoa (esposo).

Apresenta hipertensão arterial, colesterol alto e problemas de coluna. Realiza tratamento medicamentoso.

8. Rilda Pereira: 60 anos, viúva, sem escolarização, tem três filhos, possui renda de dois salários mínimos, recebe benefícios do governo (aposentadoria + pensão do marido). Ajuda na manutenção financeira da família, desenvolve trabalho na roça e doméstico, não tem a posse da terra documentada, gosta da atividade/trabalho que desenvolve e coabita com uma pessoa (filho).

Apresenta hipertensão arterial. Não realiza tratamento medicamentoso.

9. Maria Alves: 75 anos, viúva, sem escolarização, tem doze filhos, possui renda de dois salários mínimos, recebe benefícios do governo (aposentadoria + pensão do marido). Ajuda na manutenção financeira da família, desenvolve trabalho na roça e doméstico, não tem a posse da terra documentada, gosta da atividade/trabalho que desenvolve e coabita com uma pessoa (neto).

Apresenta hipertensão arterial, gastrite e problemas de coluna. Realiza tratamento medicamentoso.

10. América Brito: 64 anos, casada, sem escolarização, tem nove filhos, possui renda de um salário mínimo, recebe benefícios do governo (aposentadoria). Ajuda na manutenção financeira da família, desenvolve trabalho na roça e doméstico, não tem a posse da terra documentada, gosta da atividade/trabalho que desenvolve e coabita com uma pessoa (esposo).

Apresenta hipertensão arterial, colesterol alto e problemas de coluna. Realiza tratamento medicamentoso.

As informações obtidas no **Quadro 1** foram articuladas com as categorias de análise, já mencionadas, e transversalizadas com o registro do diário de campo, contribuindo para desvelar o objeto. Tais dados coletados para esta pesquisa foram trabalhados à luz da análise de conteúdo³³, conforme o modelo de Bardin, o qual deu forma a uma nova “imagem” do objeto, seguindo as três etapas básicas de análises propostas pelo autor, a saber: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. Vale ressaltar que o desenvolvimento proposto nos procedimentos metodológicos de investigação aconteceu de forma simultânea, em um movimento de idas e vindas, próprio de uma pesquisa de abordagem qualitativa.

A etapa inicial desta pesquisa refere-se à pré-análise, equivalendo à organização, desde o levantamento do material bibliográfico até a determinação do conjunto de dados a serem analisados (BARDIN, 2007). Essa primeira etapa operacional consistiu a pesquisa exploratória sobre a temática, com a finalidade de subsidiar o estudo e envolveu leituras e levantamento bibliográfico, além de uma aproximação com o campo empírico.

A priori, as categorias surgiram a partir do objeto da pesquisa, sendo essas definidas e conceituadas por meio dos referenciais teóricos e utilizadas para análises dos dados coletados. Seguindo o método de Bardin (2007), a etapa de descrição analítica deste estudo não se limitou ao conteúdo das entrevistas, mas ao significado dos sentidos manifestos nos relatos das mulheres entrevistadas, com a finalidade de interpretá-las e apreender o que estava nas entrelinhas, observando-se as mudanças de entonação de voz e expressões faciais durante o encontro com a pesquisadora, contudo, buscando os vestígios do fenômeno.

Para Bardin (2007), a terceira etapa constitui a interpretação inferencial, na qual os resultados são obtidos a partir da análise da mensagem do emissor, que serve de indicação para a identificação dos códigos, os quais representam o significado do que foi dito.

Neste percurso metodológico, foi direcionado o caminho na aproximação com o campo empírico e sujeitos da pesquisa. Inicialmente, para estabelecer um vínculo de confiança e esclarecer os objetivos da pesquisa, o projeto foi apresentado pela pesquisadora no primeiro encontro com a comunidade. Neste momento, foram selecionadas as mulheres negras idosas, seguindo os critérios de inclusão mencionados.

Além disso, o primeiro encontro teve como objetivo construir a história da comunidade, para contextualizar os relatos que seriam coletados nas entrevistas das trajetórias

³³Bardin (2007, p. 37) “define a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise de comunicação, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

de vida das mulheres entrevistadas. Para tanto, foi realizada pela pesquisadora uma roda de conversa com moradores antigos (homens e mulheres) que se identificavam como negros e descendentes de escravos, nascidos e criados na Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo e que conhece a história desta comunidade.

A roda de conversa constitui uma técnica de coleta de dados na qual as pessoas são expostas em círculo e, por meio de perguntas feitas pelo pesquisador, possibilita um diálogo direcionado à temática da pesquisa. Com a realização desta dinâmica, as pessoas puderam expressar espontaneamente suas opiniões e vivências, rememorando as suas histórias e a história da comunidade, e, sobretudo, ouvir as histórias do outro. Assim, houve uma troca de informações bastante produtiva. A opção metodológica pela realização de roda de conversa, neste primeiro encontro, possibilitou a emergência de narrativas mais precisas e coesas que, conseqüentemente, resultou em um material rico para análise.

Além da roda de conversa, foi agendado um encontro com o advogado, professor e pesquisador de notório saber no campo da historiografia de Vitória da Conquista, que contribuiu, segundo os moradores, na defesa dos direitos da propriedade das terras da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo, na década de 1970. Outra pessoa, também citada pelos moradores, foi o agrônomo, afrodescendente que se identifica como quilombola, responsável pela mobilização, fortalecimento e organização das comunidades rurais do território de Vitória da Conquista, desde o ano de 1999, através da Associação Pastoral dos Negros de Vitória da Conquista (APN's), e que ainda vem colaborando para que as comunidades sejam identificadas, reconhecidas e tituladas com remanescentes de quilombos. Essas pessoas contribuíram para complementar a (re) constituição da história da comunidade, pois a Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo é evidenciada como marco da memória, por ser um espaço vivido, um espaço que tem significado, sentido e valor para essas mulheres.

Em seguida, foram agendados encontros com as mulheres negras idosas selecionadas para a realização das entrevistas e aplicação do questionário, com dados referentes ao perfil do grupo (etário, socioeconômico, saúde, familiar e de trabalho). As entrevistas foram realizadas nos locais residenciais e de trabalho, buscando atender à sua disponibilidade, conforto e privacidade. Um aspecto importante destacado por Triviños (1987) é a necessidade da entrevista ser gravada e imediatamente transcrita pelo pesquisador, antes de realizar outra entrevista com o mesmo entrevistado ou outros, para que, já na pré-análise, o pesquisador possa compreender o fenômeno.

As entrevistas foram de caráter semiestrutura, seguindo um roteiro de perguntas que contemplava as questões norteadoras da pesquisa, de modo a explorar e direcionar para o desvelamento do objeto de estudo. As entrevistas ocorreram em um ambiente tranquilo, sem interrupções, utilizando sempre uma linguagem acessível para o entendimento do que estava proposto. As entrevistadas demonstraram, durante a realização do questionário, disponibilidade e interesse em participar. O encontro prévio na comunidade, para os esclarecimentos sobre a pesquisa, possibilitou o estabelecimento de confiança com a pesquisadora, deixando-as livres para expressar seus sentimentos, relatando de maneira espontânea suas histórias de vida.

Os questionários semiestruturados foram respondidos pela pesquisadora após as entrevistas, devido ao nível de escolaridade dessas mulheres, sendo que, das dez, nove não têm escolaridade, fator que também dificultou o entendimento de algumas questões, levando a pesquisadora a fazer várias intervenções para esclarecer as indagações.

Ao final de cada entrevista foram descritas as impressões da pesquisadora no instrumento diário de campo, que se constitui como ferramenta para a apreensão do caráter subjetivo do fenômeno estudado, com o objetivo de esclarecer os dados emergidos das narrativas dos sujeitos. Vale ressaltar que as entrevistas foram transcritas foneticamente, assim, estão preservadas as falas das entrevistadas, tais quais estas foram realizadas, apresentando, assim, a variante linguística popular ou não padrão falado por este grupo.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, tendo-se o cuidado de classificá-las, agrupando-as conforme as semelhanças dos conteúdos temáticos que emergiam, não desprezando nenhuma informação e nem uma interferência. Após este processo, foram realizadas as leituras das transcrições, minuciosamente, verificando se as respostas das entrevistas estavam de acordo com os objetivos propostos e com as categorias de análise³⁴.

Paulatinamente, as entrevistas foram codificadas³⁵ de forma sistemática, identificando os elementos da amostra das entrevistas que seriam analisados, agrupando-os em subcategorias explicadas nas análises dos resultados e aprofundamentos das categorias de análises.

Essa última etapa, refere-se à interpretação inferencial, que foi realizada por meio da exploração dos significados expressos nas entrevistas, deduzindo de maneira lógica para a

³⁴Para Bardin (2007, p. 38), “a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça”, e sob esta base se deu o trabalho da pesquisadora.

³⁵“A codificação na análise de conteúdo corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados em bruto do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da expressão susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto” (BARDIN, 2007, p. 97).

compreensão do sentido das mensagens. Na análise de conteúdo, as narrativas são meio de expressão do sujeito, no qual a pesquisadora busca categorizar as unidades de texto (palavras, frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem. A interpretação foi realizada a partir das categorias de análises e com embasamento na fundamentação teórica. Segundo Bardin (2007, p. 37), “esta abordagem tem por finalidade efetuar deduções lógicas e justificadas referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor e o seu contexto, ou, eventualmente, os efeitos dessas mensagens)”.

Quadro 2 –Configuração das análises e interpretações do estudo a partir das categorias e subcategorias, Vitória da Conquista/BA.

Categorias	Subcategorias
1. Memória	Memória do aprendizado do trabalho
	Preservação da memória do trabalho
2. Trabalho	O significado do trabalho
	Atividades desenvolvidas no trabalho agrícola e no trabalho doméstico
	Herança e o significado da terra
	O trabalho coletivo/familiar
	A subsistência e o sustento familiar
3. Envelhecimento	O significado da velhice
	O corpo como instrumento de trabalho
	As repercussões do envelhecimento no trabalho
	O envelhecimento e relações familiares/coabitações e com a comunidade
4. Mulheres negras idosas	Memória

Fonte:Dados da pesquisa/2014

Conforme explicitado no **Quadro 2**, as análises dos dados coletados foram realizadas mediante as categorias apresentadas que funcionam por operações de divisão das narrativas em unidades de temas e reagrupadas em subcategorias, por meio dos mesmos significados e sentidos das mensagens.

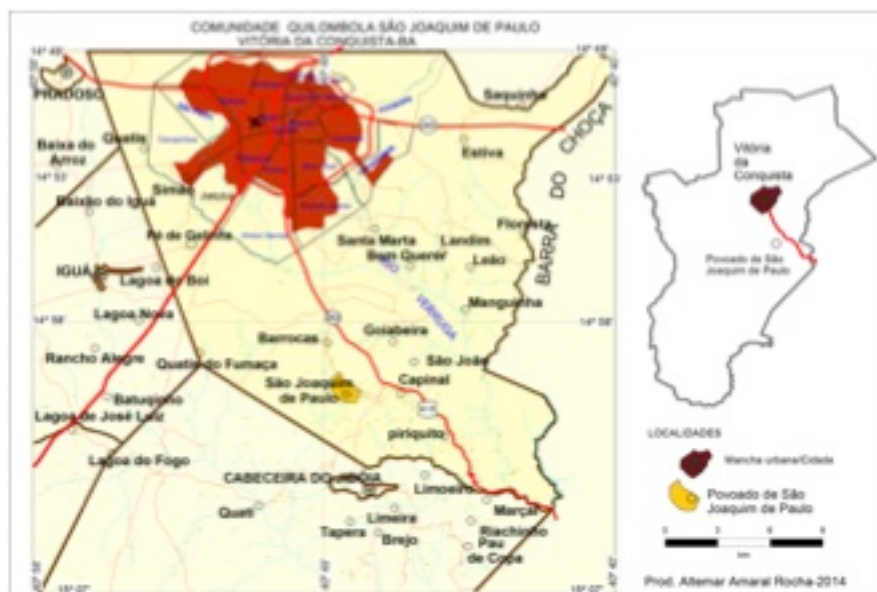
A opção pela análise de conteúdo para o tratamento das informações e interpretações do material coletado se deu pelo caráter subjetivo das entrevistas. Tal abordagem permitiu, de

modo prático e objetivo, a produção de inferências do conteúdo das narrativas ao contexto social dos sujeitos pesquisados, trazendo uma melhor compreensão pelo pesquisador daquilo que foi dito nas narrativas, o que tornou possível uma reconstrução de significados e sentidos, através da interpretação, desvelando o que estava escondido ou subentendido nas narrativas dos sujeitos pesquisados.

2.3 Campo empírico

A Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo se configura como um espaço social identitário de um território de descendentes africanos, localizada na zona rural, com bioma típico da mata atlântica (ver **Mapa 1**), no povoado de Capinal, a 15 km do município de Vitória da Conquista - Bahia. Possui uma população de 750 pessoas, agrupadas em 176 famílias, nas quais cerca de 30% são de mulheres, 20% de homens, 20% de jovens e 25% de crianças. Entre os 5% de idosos, 3,73% são mulheres negras idosas, que vivem em uma área com cerca de 1.000 hectares (CAR, 2011)³⁶.

Mapa 1 – Perímetro da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo no Município de Vitória da Conquista/BA.



Fonte: ROCHA, Altamar A./2014

As famílias destas mulheres negras idosas, da Comunidade Remanescente de

³⁶CAR - (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional). Projeto de Inclusão das Comunidades de Quilombo - Planejamento Participativo Rural Sustentável da Comunidade Quilombola de São Joaquim de Paulo. Vitória da Conquista – BA, (dez, 2011, p. 5).

Quilombo São Joaquim de Paulo, resistem ao tempo na preservação das práticas tradicionais agrícolas, as quais são o principal meio de sua subsistência. Essas famílias, em sua maioria, vivem com um salário mínimo. A comunidade tem como sua principal atividade econômica a cultura do café e as culturas de pequena produção, como mandioca, feijão, andu, milho, dentre outras. A produtividade é, basicamente, de subsistência. Entretanto, quando há excedente na produção, o grupo o comercializa.

Esta Comunidade é considerada como território quilombola, por já ter recebido a certificação de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, no ano de 2006. Portanto, os moradores têm por lei a garantia usufruir das terras. A comunidade é organizada através de uma associação³⁷, como modo de assegurar a melhoria das condições de vida das famílias e o seu desenvolvimento local, podendo-se, assim, fortalecer, mobilizar e se organizar, participando coletivamente nas discussões e deliberação sobre as necessidades da Comunidade diante do Poder Público.

Figura 1–Paisagem da área da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo - Vitória da Conquista/BA.



Fonte:ROCHA, T. M. R. da, Pesquisa de campo/2014³⁸

³⁷A organização da comunidade quilombola em associação está prevista na legislação no Decreto nº 4887 de 2003, em seu artigo 17, é fundamental para a titulação da terra, proteção dos conhecimentos tradicionais e licenciamento para atividades de subsistências (BEDESCHI; ZANCHETTA, 2008, p. 27).

³⁸As fotografias que compõem esta dissertação foram produzidas pela autora durante a pesquisa de campo na Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo, no período de 17 de janeiro a 27 de julho de 2014.

A Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo apresenta uma precária infraestrutura, desde transporte, abastecimento de água, acesso a educação e saúde. Com isso, pode-se dizer que foi com a mobilização dos moradores, através da associação, para reivindicar melhorias, que propiciou a realização de alguns projetos. Dentre estes, estão a instalação de energia elétrica; cisternas de placas para captação de água, com o apoio do Governo Estadual, através da ONG Asa Brasil, no ano de 2013, o qual trouxe benefícios para o desenvolvimento da comunidade na produção agrícola e, principalmente, para o consumo humano; a construção da Escola Municipal, de Ensino Fundamental (atuais 1º ao 5º ano), em 1979; e o Posto de Saúde, no ano de 2014, através da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. A comunidade luta ainda outros projetos de demandas emergentes, porém esbarra nas dificuldades, omissão, abandono e insuficiências de políticas públicas direcionadas para essa população.

Figura 2–Casas de moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo - Vitória da Conquista/BA.



Fonte: ROCHA, T. M. R. da, Pesquisa de campo/2014

As experiências vivenciadas pelas mulheres negras idosas e moradores mais antigos, refletidas no contexto da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo,

proporcionam a (re)construção da história, trazendo à memória fatos relevantes, e significando-os a partir dos vestígios deixados. Para que se conheça, com mais profundidade, a história da formação dessa comunidade, foram entrevistadas outras pessoas (homens e mulheres), com intuito de complementar as informações acerca da Comunidade.

Assim, não se podem regular as lembranças, é necessário transmitir às novas gerações ao seu grupo social os acontecimentos, vivências e saberes tradicionais, considerados relevantes para o conhecimento do grupo. Deste modo, a condição necessária para que exista memória é o sentimento de continuidade daquele que se lembra. Para isso, é essencial a presença de testemunho para que o acontecimento se perpetue e se torne memória. A este respeito, Halbwachs (2006) afirma que:

não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena em que havia outros espectadores ou atores para que, mais tarde, quando estes evocarem à minha frente, quando reconstituírem cada pedaço de sua imagem em meu espírito, esta composição artificial subitamente se anime e assume a figura de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança (HALBWACHS, 2006, p. 32).

Figura 3—Entrevista com os moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo.



Fonte:ROCHA, T. M. R. da, Pesquisa de campo/2014

As narrativas dos testemunhos (ver **Fig. 3**) são entrelaçadas com suas histórias pessoais e do grupo, suas experiências dão visibilidade aos elementos que se expressam nos seus costumes, tradições e crenças, constituindo a história das mulheres negras idosas, da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo. Segundo os relatos de um dos moradores, Robério Salgado, “a formação da Comunidade teve origem na ocupação de terras por ex-escravos, no século XIX, mesmo em um período pós-abolicionista”. Como afirma Tanajura (1992), os senhores latifundiários não viam a liberdade dos escravos com bons olhos, pois esta representava prejuízos econômicos, gerando, dessa forma, aversões, e, conseqüentemente, com o fim da escravidão, propiciou a formação de quilombos como símbolo da resistência.

As lembranças da ocupação da terra estão presentes na memória dos mais velhos moradores da comunidade, os quais contam o que sabem sobre o primeiro habitante, Paulo Salgado, popularmente conhecido por Paulo Preto, que, por sua vez, fugiu do sertão baiano da cidade de Caetitê, no início do século XIX, e migrou para a cidade Imperial Vila da Conquista, atual Vitória da Conquista. Outro elemento importante foi a origem do nome da comunidade em homenagem a Paulo Salgado e ao padroeiro da comunidade São Joaquim. Assim, um dos moradores que conhece a história da comunidade, Robério Salgado, descendente de Paulo Salgado, relata a trajetória deste:

Paulo Preto natural de Caetitê, fugindo de lá da fome, da sede e do chicote, aí ele migrou no mundo a fora e chegando aqui nesta terra ainda em formação. Ele deu de cara com conflitos de duas famílias rivais, apelidadas de Meletes e Peduros³⁹. Paulo Preto que era também um dos negros servidor de um daqueles senhores, ele não nasceu com a sina de ser bobo, ele achou que devia migrar mais um pouquinho, chamou seus companheiros oriundos de Caetitê e adentrou nas matas desta nossa região, em busca de terra fértil, água potável e alimento e chegando aqui encontraram tudo que precisavam [...] Montaram aqui um acampamento e começaram a desenvolver a cultura agrícola, aí uma vez sentindo bem neste lugar, sem briga, sem problema, sem senhores. Voltou com muita dificuldade na terra de sua origem e apanhou familiares, tanto o pessoal dele, tanto dos seus companheiros (ROBÉRIO SALGADO).

Outro testemunho, advogado que lutou em defesa dos direitos da propriedade das terras desta comunidade, completa os dos outros membros da comunidade, ao mencionar sobre

³⁹Para Tanajura (1992), dois grupos familiares rivais conhecidos como Meletes e Peduros que se constituíram numa endogamia, eminentemente rural que houve vários desentendimentos entre o Coronel José Fernandes de Oliveira Gugé, que chefiava o poder dominante, e o Coronel Manoel Emiliano Moreira de Andrade, que liderava o grupo de opositorista. Os grupos davam ordens e fazia justiça, cada qual à sua maneira.

a pessoa de Paulo Preto, fundador da comunidade São Joaquim de Paulo. Segundo Dr. Ruy Medeiros:

[...] já havia alguns pretos na área, população de afrodescendente e consta que um deles era Paulo Preto que teria sido proprietário de uma boa parte daquela terra, esse Paulo Preto ou Paulo Rico como também chamado Paulo Salgado foi um homem de origem negra que possuía uma grande propriedade como latifundiário daqui, emprestava dinheiro a juro, era homem que vivia de agiotagem, não se sabe bem a origem da riqueza dele, se foi ajudado por Capitão Antônio Ferraz de Araújo ou se por qualquer trabalho ou outro motivo. Ele gozava de uma proteção muito grande do Capitão que era um homem muito rico, fazendeiro que tinha muitas propriedades urbanas e rurais, inclusive nessa região de Conquista e Barra do Choça (Dr. RUY MEDEIROS).

Neste contexto, até a década de 1980, os moradores dessa comunidade passaram por disputas e conflitos na luta da posse das terras contra os fazendeiros vizinhos. Os quilombolas sofreram diversas formas de violências praticadas pelos latifundiários, além de ameaças de invasão de suas terras, as quais foram ocupadas por seus antepassados. Assim, afirma Robério Salgado:

[...] não tinha o dono pra distribuir documentos, parcelar e comercializar a terra. Na época que Paulo Salgado chegou aqui, isso aqui, era um mundão sem dono, o único dono era Deus. Com o golpe de 64, eu me esqueci o nome da lei de uma tal medição, aqueles colonizadores que tinham o dinheiro e podiam pagar para o governo federal, então pagando a medição era dono da propriedade. Nós, os nossos descendentes como não tínhamos, assim, baixa renda, sempre fomos baixa renda, é, se a gente era descendente de escravos como era que a gente ia ter dinheiro! E aquela medição não tinha uma lógica humanitária que viesse a respeitar as pequenas propriedades (ROBÉRIO SALGADO).

O agrônomo responsável pelo mapeamento das comunidades do território de Vitória da Conquista para serem reconhecidas como comunidade remanescente de quilombo, em meados de 1990, também relata que as terras, àquela época, século XIX, eram devolutas. Marinaldo Carvalho diz que:

Paulo Preto chegou a uma região que tinha muita água e muita mata, só que essas terras aqui era terras devolutas, terras do Estado. Alguns fazendeiros ao longo do tempo foram invadindo as terras, foram tomando, comprando e muitos fazendeiros tinham a posse da terra, a escritura. Ninguém sabe a origem dessas escrituras! Como as terras naquela época eram devolutas, eles poderiam medir a quantidade de terras e diziam que eram suas, isso poderia fazer naquela época. Então, muitas pessoas demarcaram as terras e Paulo Preto poderia ter marcado 150 alqueires de terras e poderia dizer que era sua,

mas só que não tinha recurso para poder cercar, teria de marcar e cercar. Foi à oportunidade para pessoas que vinham de fora, acabou tomando conta do território (MARINALDO CARVALHO).

Na década de 1970, os moradores da comunidade de São Joaquim de Paulo foram orientados pelos padres e advogado a reivindicarem junto ao poder judiciário pela posse das suas terras, além de buscarem apoio político, na luta para o reconhecimento e conquista dos seus direitos territoriais. Robério Salgado relata que:

através da Diocese de Vitória da Conquista, com ajuda de um grupo de padres italianos e do advogado Dr. Ruy Medeiros, nos ajudou a educar, catequisar esse povo aqui. “Fomos contemplados com aquele trabalho da Igreja dos direitos humanos”, e aí aprendemos coisas boas e a gente começou a dizer não a determinadas questões que era ações, a nós oferecidos por parte dos senhores fazendeiros (ROBÉRIO SALGADO).

Ainda sobre a posse das terras pelos moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo, Dr. Ruy Medeiros, advogado responsável, acrescenta no seu depoimento que:

quando eu comecei a trabalhar (processo) em defesa do pessoal que hoje constitui aquela comunidade quilombola, a terra formalmente era de propriedade de Osvaldina Santos Silva e outra parte do irmão dela Odilon, que afirmavam haver adquirido por herança dos pais. Porém, o que se percebe que antes deles, os irmãos estarem com o imóvel registrado em seu nome, o pessoal já residia ali. Então, a gente começou a brigar para que eles não saíssem dali, era muito difícil tirar o pessoal, porque a prova da antiguidade deles na área estava patente, eles já tinham direitos do uso capião pelo código civil que se contava por 15 anos (Dr. RUY MEDEIROS).

A partir de 1996, a Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo se caracteriza como remanescente de quilombo, quando atestou, mediante a sua auto definição, tendo os moradores desta comunidade como descendentes de escravos, conforme descrito no Art. 68 da Constituição Federal de 1988, a qual reconhece os direitos territoriais aos “remanescentes das comunidades dos quilombos”.

Este reconhecimento garantiu a titulação definitiva pelo Estado Brasileiro, além de ser, ainda, considerada pela Fundação Cultural de Palmares como patrimônio imaterial, relativo à herança da população escravizada. Mas somente a partir do ano de 2006 é que a comunidade recebeu oficialmente a certidão de autoreconhecimento, através da Fundação Cultural de Palmares. Segundo relato de Robério Salgado, a iniciativa:

partiu da Prefeitura de Vitória da Conquista, mas sendo uma determinação do governo federal reconhecer as terras quilombolas. Foi no ano de 1996, a nossa carta de auto reconhecimento, lá numa forma coletiva, em conjunto com a Comunidade Paneleiros. Foi festa, passamos o dia em lazer, nós cantávamos até 01:40 da madrugada (ROBÉRIO SALGADO).

Figura 4—Certidão de auto reconhecimento da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo em Vitória da Conquista/BA.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA CULTURA
 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
 Criada pela Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 3º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I e V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de São Joaquim de Paulo**, de localização no Distrito de Capim, município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 006, Registro n.º 649, fl. 159, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s):
 Processo nº 01420.001392/2006-40

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.), Diretora de Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a-entrei, Brasília, DF, **19 de junho de 2006.**

O referido é verdade e dou fé

LIBERATAN CASTRO DE ARAÚJO
 Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
 Fone: (0 XX 61) 3424-0196/0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3326-0262
 E-mail: chief@fundapalmares.gov.br http://www.palmares.gov.br

“A Felicidade do ser é uma felicidade comum” (Walter Salomão)

Fonte: Fundação Cultural de Palmares⁴⁰

O título da posse das terras é adquirido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Segundo Marinaldo Carvalho: “depois que a comunidade foi certificada como quilombola, isso faz parte da reparação da política. A titulação das áreas quilombolas é realizada pelo INCRA [...]. É a comunidade que solicita a titulação”. A Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo é um território

⁴⁰O Decreto federal nº 4.887/2003 estabelece que cabe à Fundação Cultural de Palmares certificar as comunidades quilombolas, com base no auto reconhecimento, de acordo com o procedimento da Portaria nº 98, de novembro de 2007, da Fundação Cultural de Palmares, que institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos (SEPROMI, 2003).

considerado coletivo porque as famílias, moradoras da comunidade utilizam essas terras em conjunto. Marinaldo Carvalho explica como ocorre a divisão das terras das comunidades quilombolas, pois,

tem as áreas produtivas: área de plantio, área de criação e área de moradia, são divididas nesses espaços. Tem as áreas individuais de plantio como áreas coletivas de plantio. Mas o território é todo coletivo, de todos os moradores e ninguém pode vender, porque vai está no nome da associação (MARINALDO CARVALHO).

Assim, por meio dos testemunhos orais, tornou-se possível perceber um sentimento de pertença deste grupo, aodar continuidade à sua história de descendência africana e transmite os seus conhecimentos tradicionais às suas futuras gerações, através das suas narrativas.

No relato de Marinaldo Carvalho, a comunidade é considerada como remanescente de quilombo, mediante a sua origem e a relação de cooperação que existe entre o grupo. Segundo ele:

é de origem africana, é uma parte da África que está dentro do Brasil. Muitos autores não concordam como remanescente de quilombo, eles dizem que é resto, mas na verdade, não é resto. As comunidades ainda existem, embora não sejam na África. O termo remanescente de quilombo está no artigo 68 da ADCT da Constituição Federal, para que os territórios quilombolas sejam reparados. Ninguém tinha conhecimento da existência das comunidades da zona rural, isso não tem muito tempo, cerca de 10 a 15 anos atrás, década de 1990, que diziam que não existia quilombo. Quilombo para eles é o Quilombo Zumbi dos Palmares. Depois perceberam que existiam muitos outros grupos isolados no país. Ficou claro depois da Lei, que quilombo existe em todos os estados brasileiros. Com o decreto 4.8743, realmente fez com que todas as comunidades quilombolas, de fato, aparecessem no Brasil. Com o decreto incluiu no projeto políticas para entender que a população negra realmente teve sua origem, e veio da África (MARINALDO CARVALHO).

Vale dizer que no trabalho as relações sociais da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo assentam-se na solidariedade, no sentimento de pertença e na necessidade de sobrevivência, denotando uma preocupação com o bem estar comum e com a formação de uma consciência coletiva. Assim, segundo Robério Salgado:

[...] antigamente se plantava e se criava todo mundo embolado, junto. Essa coisa da unidade, a colaboração de compadre para compadre, viver a vida no conjunto. Tínhamos pastos e roças no conjunto, no coletivo. Tanto que a

gente fazia mutirões na época, popularmente chamado de “adjunto”, até meados de 70 nós não sabíamos a palavra coletivo (ROBÉRIO SALGADO).

Outro aspecto a ser observado são as técnicas tradicionais utilizadas no trabalho agrícola que vêm sendo preservadas. Segundo Marinaldo Carvalho, essas técnicas rudimentares utilizadas na agricultura são de origem Africana. Assim, relata que:

as técnicas que eles (quilombolas) utilizam na agricultura familiar, tem a sua origem na África. Essa coisa de trabalhar em família vem da África. A África tem essa característica da relação da família com o trabalho, de um está ajudando o outro, uma corrente de solidariedade. Quando o homem vai pra roça, vai mulher e vão filhos. Até os próprios utensílios são africanos, fação, enxada, tudo isso são práticas culturais agrícola do povo africano. No Brasil não existia isso, uma foice, uma enxada. Os índios usavam arco e flecha, os índios não tinham técnicas de trabalhar com essas peças de aço: fação, enxada, foice, tudo são de origem africana. Se você ver lá em gêneses, o Egito tinha essa prática agrícola, tanto que os egípcios saiam de um lugar para outro, em busca de terras férteis, eles plantavam em terras férteis, em baixada. Então os escravos no Egito tinham essas técnicas culturais, eles mantinham muitas pessoas na prática da agricultura, isso herdou de lá pra cá (MARINALDO CARVALHO).

A partir dos relatos dos entrevistados, ressalta-se que memória ajuda a reconstruir a história desse povo negro, pois a memória sempre recorre aos fatos, cronologias, costumes, linguagem, às experiências pessoais e do grupo, uma vez que é através desses recursos que se contribui com o processo de construção da memória. As transmissões dos saberes na comunidade eram feitas de forma natural e informal, através da socialização entre o grupo. Dessa maneira, Sá (2007) diz que:

[...] são as pessoas que se lembram, embora a forma e boa parte do conteúdo das suas memórias sejam socialmente determinadas, pelos grupos, pelas instituições, pelos marcos mais amplos da sociedade, por recursos culturalmente produzidos, dentre os quais se inclui a própria linguagem (SÁ, 2007, p. 291).

A partir daí, outros relatos destacam o cotidiano dos moradores nos afazeres e comemorações, expressando as suas tradições, valores e crenças, principalmente, no respeito pela terra, na qual ocorriam festejos, nos períodos entre o fim da plantação e o fim da colheita, como foi narrado por Robério Salgado:

[...] juntava homens, mulheres e meninos para fazer as limpezas e aberturas de cacimbas à beira do brejo, para adquirir água boa, e ali se passa um dia, até mais de um dia, num clima de festa. Como se fosse uma festa! Era a harmonia do ser humano para ser humano, e nós cantávamos “chula”, ou

seja, cantigas de trabalho. A nossa crença era o seguinte se a gente produzisse, fizesse o investimento cantando, Deus estaria presente. Ele via que nós éramos unidos e ele cobria com sua benção. O retorno na nossa safra era sagrado, ela não se perdia! (ROBÉRIO SALGADO).

Os moradores mais antigos da comunidade ainda tentam dar continuidade às tradições e lutam para preservar a sua identidade cultural, através da prática de ritose cultos de suas crenças. Uma destas tradições é o casamento entre parentes, que, para os quilombolas, ainda é uma tradição proeminente para constituição das famílias, pois considerou-se, por muito tempo, este tipo de união conjugal como forma de preservação, tanto das famílias, como da posse das terras. Segundo Robério Salgado esclarece que: “na vida do povo quilombola o costume do casamento é sempre querer casar no bojo, negro sempre procurou casar entre si, por um fator muito considerado, a etnia”.

No entanto, mesmo com a migração dos moradores para os centros urbanos, e de outros grupos para a comunidade rural, o casamento entre parentes se manteve, mas não como uma prática comum, como relata o Robério Salgado:

a comunidade começou a acomodar, não sei se é acomodar ou abrir mão dos valores dessa coisa de tradição de casamento entre si no seu bojo, a partir da década de 70 começou a discutir direitos humanos, socialismo, etc.[...] chegou aqui na região a lavoura do café, vieram outras famílias diferentes aí, começou a surgir à quebra da tradição do casamento (ROBÉRIO SALGADO).

A Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo é formada por um conjunto de cinco famílias: Salgado, Oliveira, Santos, Custódio e Ferreira da Silva. Robério Salgado afirma ainda que, “em sua maioria, o povo da comunidade, quando não pertencentes à mesma família, tem algum grau de parentesco”. E prossegue dizendo que: “tudo que se faz esbarra no parentesco, tanto aqui na comunidade como nos quilombos tem parentes de um canto a outro”.

Vale ressaltar ainda que, o casamento nesta comunidade tem um significado simbólico, de valores sociais e culturais, sendo motivo de mobilização entre todos os moradores. Um exemplo disso é a confecção do vestido da noiva, que é realizada por uma única senhora, costureira da comunidade, a qual, além de costurar o vestido, é testemunha dos casamentos, tornando-se madrinha da maioria das moradoras da comunidade. Este é um dos papéis desempenhados pela mulher negra idosa, na Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo.

Outro costume ainda preservado pelo povo negro é o festejo de um ritual de devoção religiosa, que tem como significado a celebração realizada pelos pais que apresentam a comunidade a sua última filha, prestes a contrair bodas. Esta celebração é uma forma com que os pais expressem o seu último compromisso com a filha, entregando-a à responsabilidade do futuro cônjuge. De acordo com a Luciene Bispo: “este ritual é popularmente conhecido como “limuzia”, praticado desde os seus antepassados, através de cânticos e muita alegria”. Tal prática cultural faz parte da construção da história da comunidade, com a relação de dominação sobre a mulher, subjugando-a ao sistema patriarcal. Segundo o relato de Luciene Bispo: “a última filha que ia se casar teria que ficar com uma panela de barro na cabeça, rodando a redor da casa por várias vezes com a panela na cabeça até quebrar”.

As práticas e costumes desta comunidade foram preservados coletivamente por um longo processo histórico que perpetua experiências de gerações. Com os depoimentos dos entrevistados permitiu observar que a cultura está diretamente relacionada com o modo de resistência e enfrentamento ao racismo, nos conflitos com fazendeiros e a comunidade na disputa com as terras. Marinaldo Carvalho menciona que:

os conflitos sempre existiram, porém com o reconhecimento da comunidade São Joaquim de Paulo como remanescente de quilombo, os fazendeiros vizinhos começaram a discriminar os quilombolas que prestavam serviços nas suas fazendas, boicotando os seus serviços (MARINALDO CARVALHO).

Os moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo, entre outras comunidades quilombolas estabelecem na luta pela resistência buscando os meios jurídicos nas diferentes instâncias do poder público. Muitas comunidades quilombolas foram vítimas de violências e expropriação das suas terras pela atuação dos fazendeiros impedindo o andamento dos processos legais de regularização e reconhecimento.

Em contrapartida, a comunidade busca valorizar as suas raízes étnicas e as reconstruções identitárias e de pertencimento sem o estigma de inferioridade e visões estereotipadas, neste contexto social. Quanto ao enfrentamento sobre o preconceito racial, mencionado na entrevista, as mulheres negras idosas não quiseram se pronunciar. A esse respeito, Marinaldo Carvalho justifica o porquê desse silenciamento, dizendo que:

elas (referindo-se às mulheres negras idosas) sofreram a opressão dos fazendeiros, por isso, há o isolamento. Em todo o processo histórico, a forma como os negros foi posto aqui no Brasil, e aqui em Vitória da Conquista foi muito perversa, então elas têm um pouco de receio ao aceitar a questão racial

dentro do quilombo. No início para aceitar ser quilombola era uma dificuldade, porque diziam assim, ser quilombola é voltar a ser escravo de novo. Então, a pessoa negava a sua própria raça, a sua própria origem por falta de conhecimento. Na medida em que foram tomando essa consciência, do que é ser quilombo e os negros vieram fazer aqui no Brasil, como eles chegaram no Brasil. E ser quilombola não é diferente de ninguém, os seres humanos são todos iguais, então hoje, muitos deles têm orgulho de ser quilombolas, mas a resistência delas é justamente essa, da opressão mesmo (MARINALDO CARVALHO).

Cada povo se expressa de forma diferente em relação ao seu universo, ao seu lugar. Neste contexto, a Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo representa a singularidade de um povo que faz deste lugar a sua própria identidade, resistência e memória. Para Marinaldo Carvalho:

o lugar refere à sobrevivência, criação dos filhos, a questão do patrimônio histórico da comunidade que ali foi feito pelos antepassados, como a questão do cemitério, como a questão de alguns utensílios, a questão do plantio, as ervas medicinais, esse afeto pelo território quilombola é justamente por causa das raízes, dos antepassados, de como construiu e como tudo iniciou. Eles valorizam por causa desta questão. Ninguém quer sair da comunidade, muitos vão para São Paulo e vão para outros lugares, mas sempre retornam os mais novos e os mais velhos sempre ficam (MARINALDO CARVALHO).

Neste aspecto, existe, na comunidade, uma preocupação, por parte dos moradores mais antigos, em ocupar os jovens da comunidade com atividades construtivas, mantendo-os, dessa forma, longe das tentações da modernidade, pois, há a influência do uso da tecnologia sobre suas tradições e costumes. Para Luciene Bispo, corre-se o risco de que as tradições sejam esquecidas, pois houve muitas mudanças na comunidade nessas últimas décadas, ao dizer:

tenho saudade dos tempos que a gente contava história e jogava versos, as meninas cantavam de cá pra as meninas de lá ouvir, uma jogava verso e a outra respondia. Tempo bom! As histórias são contadas, eu sinto orgulho. Os idosos que contam histórias já estão indo, eles sabem por que o avô contou, a mãe contou. Esses jovens de hoje vai misturando com os da rua, televisão, vídeo game, computador, nossa história e cultura vão morrendo (LUCIENE BISPO).

Outro entrevistado se preocupa também sobre a influência dos conhecimentos adquiridos pelos meios de comunicação nos jovens. Devido a isso, pode ocorrer a perda das práticas tradicionais, tanto nos costumes como na cultura quilombola desta comunidade. Assim, Robério Salgado afirma:

acoisa vem mudando, aí chegou os saberes, chegou à evolução, se é que tem isso hoje aqui! Na hora que começou a chegar aqui os conhecimentos, começamos abrir mão de nossas culturas, nossas crenças, não se reza mais uma ladainha. Quando nós começamos a mudar, daí a pouco o mundo também, a natureza começou a ficar rebelde, não fazemos mais as nossas obrigações, devoção(ROBÉRIO SALGADO).

Deste modo, a comunidade São Joaquim de Paulo compõe um espaço social que tem uma relação com as construções da memória, pois, existe uma valorização do passado, principalmente, entre membros mais antigos, que desejam manter a preservação da sua identidade. Para tanto, a proposta de atualizar as lembranças e reconstruir a história deste povo, através dos testemunhos orais, concebeu a transposição da memória individual para a memória coletiva, por meio de acontecimentos compartilhados informalmente por esses moradores.

Diante dos fatos mencionados, observou-se que a trajetória de construção da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo ocorreu com a participação coletiva na luta pela efetividade das garantias de direitos constitucionais. E atualmente, a luta está direcionada com a questão da terra. Segundo Marinaldo Carvalho:

o INCRA que está incumbido de administrar os trâmites de regularização e titulação das terras quilombolas. No caso, da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo o processo está aberto no INCRA para reconhecimento de marcação e delimitação para a titulação das terras. Já teve a 1ª assembleia na comunidade para abertura dos trabalhos prevista para ser iniciada no ano de 2015 (MARINALDO CARVALHO).

E, neste contexto, ainda se espera que sejam estabelecidas políticas públicas que viabilizem melhores condições de vida para este povo. Assim, a reconstrução da memória da formação desta comunidade representa uma contribuição importante para tornar conhecida a sua história, a qual, por décadas, foi marcada por um cenário de resistência, em busca dos direitos da posse das terras e pela inclusão social.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa fundamenta-se na análise acerca das experiências/vivenciadas das mulheres negras idosas, refletidas no contexto da Comunidade Remanescentes de Quilombo São Joaquim de Paulo. Como aportes teóricos, foram adotadas as categorias sobre memória, trabalho, envelhecimento e mulheres negras idosas. Essas categorias são como dispositivos para auxiliar na compreensão e conhecimento da realidade dessas mulheres. É importante destacar que os dados colhidos pelas entrevistas abriram espaço para novas reflexões e discussões acerca deste tema, emergindo novos elementos, como subcategorias, (conforme o **Quadro 2**), a fim de realizar a análise de conteúdo, segundo o modelo de Bardin (2007), com mais abrangência e de forma a enriquecer este estudo.

Das mulheres entrevistadas, nove são aposentadas, e todas ainda trabalham na agricultura de subsistência e no trabalho doméstico.

4.1 Memória

A memória pode ser vista como um conceito, objeto de análise ou método, porém, na sua amplitude, é uma via de extrema riqueza nas análises das ciências sociais. É um atributo exclusivo da consciência humana, que traz, através das reminiscências um entendimento das experiências e vivências do indivíduo, o (re)significado das coisas e de si mesmo. Neste sentido, Santos (2003) diz que:

para compreensão da memória, entretanto, ficará evidente que é crucial considerarmos tanto continuidades quanto transformações do longo da história. Se é verdade que construímos contemporaneamente nossas identidades em detrimento de tradições constituídas e o fazemos de forma bem mais plural e diversificada, também é verdade que, ainda hoje, conseguimos nos transformar a partir de nossas reminiscências, mesmo que estas sejam cada vez mais raras. A memória, por mais adjetivos que encontre no seu caminho – episódica, semântica, voluntária, involuntária, clássica, medieval, moderna, individual ou coletiva – resiste às reduções realizadas e é justamente este o desafio que ela nos traz (SANTOS, 2003, p. 13-14).

A construção desta categoria analítica assinala o processo histórico das mulheres negras idosas em relação às práticas tradicionais do trabalho agrícola,(re)significando o passado e o presente, numa perspectiva de realçar os aspectos subjetivos da realidade vivenciada.

Assim, a categoria memória mostra, através dos discursos dos sujeitos, os interesses e questões relacionadas às reminiscências dos seus antepassados, referente ao trabalho agrícola perpetuado no cotidiano dessas mulheres. A esta categoria foram vinculadas duas subcategorias: a primeira se configura como “memória do aprendizado do trabalho”, e a segunda abrange a “preservação da memória do trabalho”.

4.1.1 Memória do aprendizado do trabalho

Tendo a memória coletiva o papel de contribuir para a (re)construção da relação de pertença a um grupo (neste caso, o grupo de mulheres negras idosas), suas reminiscências estão imbricadas nas narrativas dos sujeitos, justificando o processo de aprendizado de práticas de trabalho com os seus antepassados, como observamos nas falas de Elizete, Railda e Guiomar, respectivamente:

[...] com eles (refere-se aos pais) que aprendi a trabalhar, trabalhava prozoutros, trabalhava pra mim. E até hoje eu estou trabalhando pra mim, mesmo já estando de idade! (ELIZETE GOMES, 74 ANOS).

[...] eu comecei a trabalhar na roça desde a idade de 10 anos. Minha mãe, meu pai, ensinou nois trabalhar. Sempre trabalhei na roça desde pequena. Nasci aqui e fui criada aqui, minha mãe e meu pai criou nois desde pequena no cabo da enxada até nois crescer, casar, nois foi ficando aí, fui casada e separei do marido e depois casei de novo (RAILDA PEREIRA, 60ANOS).

nasci e me criei aqui, sou descendente de escravo. Trabalhei muito com meus pais e trabalho até hoje na roça, eu planto feijão, planto milho, batata, andú, cana, abacate, tudo aqui tem. É com a enxada, nois trabalha com a foice, machado, enxadeira, cavador, tudo nois trabalha (GUIOMAR SOUZA, 68 ANOS).

As falas remetem ao aprendizado do trabalho agrícola como um fenômeno vivenciado durante toda existência do convívio familiar, transmitido como um legado, de geração a geração. Este aspecto demonstra a constituição dessa prática de trabalho, como a expressão de um modo de viver de um povo, que estabelece um vínculo intenso com a terra.

Denota-se nos relatos das mulheres que o aprendizado foi adquirido com o próprio ato de produzir; a repetição nas tarefas diárias estabelece um processo de aprendizagem e elas se aperfeiçoaram e tornaram-se mais experientes com o próprio trabalho. Em seus relatos, Elizete e Maridalva dizem, que:

eu comecei a trabalhar desde pequena. Quando eu era desse tamanhozinho, eu lavava uma bacia de roupa. Criei na roça, lavava roupa (ELIZETE GOMES, 74 ANOS).

o meu pai morreu cedo, então minha mãe ficou com meus irmãos mais novos, aí eu tinha que dar duro na roça pra ajudar ela a criar eles [...]. Eu já montei em burro pra tocar junta de boi como varão [...], tinha que trabalhar mesmo [...], tirava a carga de mandioca e jogava no palanco que a gente levava para os porquins, então tudo isso eu já fiz na minha vida e até hoje, se sair todo mundo (referente à família), e se não tiver lenha, eu meto o machado pra dentro e lasco lenha (MARIDALVA SILVA, 67 ANOS).

As entrevistadas também se referem ao tempo de infância, período em que ingressaram no trabalho. Contudo, o trabalho fez com que essas mulheres, desde cedo, fossem condicionadas a ele, uma herança familiar que ainda se perpetua, sendo comum nos contextos rurais. Segundo Tiriba (2008) o povo produz saber na prática do trabalho e nas demais instâncias das relações sociais. A este respeito, Maria Alves e Noemia dizem, respectivamente, que:

eu comecei meu trabalho, acho que eu tinha 12 anos, eu era de tudo na vida, eu era o moço do meu pai. Eu capinei muito, o meu trabalho era na enxada e lavar roupa de ganho pro zoutros. Casa de roda, fazer farinha, mexer com batata, mas foi no tempo antigo (MARIA ALVES, 75 ANOS).

[...] desde pequena, dos 10 anos mais ou menos, eu sempre trabalhei direto aqui na roça. Eu trabalho toda a vida, eu nasci e fui criada no trabalho na roça. Eu aprendi com meus pais (NOEMIA FERREIRA, 72 ANOS).

Essas mulheres foram, assim, expostas ao trabalho em cooperação com a família. Os pais seguem as práticas e tradições que são conservadas pelas famílias rurais que concebem aos filhos o dever de se educar por meio do trabalho, seja nas atividades agrícolas ou nas atividades domésticas. Thompson (2002, p. 18) acrescenta que “as tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas”. O aprendizado do trabalho remete como fenômeno vivenciado durante a existência do convívio com a família transmitida como legado de gerações. Tal como afirma Saviani (1998, p. 152), “os homens produzem sua existência em comum e se educam neste processo. Lidando com a terra, lidando com a natureza, se relacionando uns com os outros, os homens se educam e educam as novas gerações”. Os relatos mencionados mostram que a dificuldade ao acesso à escolarização foi pela ausência de escolas na comunidade e em função da inserção prematura ao trabalho. Assim, Maria Alves, Elizete e Maria Iva trazem às lembranças a imagem da infância na prática com o trabalho:

não sei o que isso não, eu sei o que é o cabo da enxada. Nada! (referindo ao estudo) nem peguei em lápis nem em caneta e nem sei pegar. Porque no meu tempo não tinha escola, não tinha nem pra eu e nem para meus irmão. A caneta foi o cabo da enxada (MARIA ALVES, 75 ANOS).

os pais ensinava nois tudo dentro de casa, aí a gente foi crescendo, crescendo e aprendendo a fazer os trabalhos que eles botava a gente pra fazer, só não teve estudo pra nois. Nem assinar o nome nois sabe. E até hoje eu estou trabalhando pra mim, mesmo já estando de idade” (ELIZETE GOMES, 74 ANOS).

e a leitura porque minha mãe também era analfabeta, minha mãe não tinha disposição pra nada pra botar os filho na escola, que aquele tempo era mais difícil né, aquele tempo tinha pra quem podia pagar, podia sair, mas pra nois mesmo aqui nois tudo é analfabeto, não tem leitura não (MARIA IVA OLIVEIRA, 61 ANOS).

Observa-se também nos discursos deste grupo de mulheres, o delineamento dos “quadros sociais”, explicitando-se a interação com a família e a influência nos hábitos e costumes dos seus antepassados, (re)construindo uma base comum, como afirma Halbwachs (2006) sobre a reconstrução da memória através do grupo:

para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2006, p. 38).

Assim, quanto mais o indivíduo interage com o grupo social, mais condição terá para preservar e recuperar as suas memórias, estabelecendo uma relação de complementaridade das suas lembranças, caracterizadas como memória coletiva.

Logo, as compreensões mencionadas nas linhas precedentes se ampliam na subcategoria a seguir, no desvelamento da “preservação da memória do trabalho”.

4.1.2 Preservação da memória do trabalho

Esta subcategoria emergiu da compreensão obtida a respeito da perspectiva dos sujeitos envolvidos na investigação sobre os seus conhecimentos em relação às práticas tradicionais do trabalho agrícola, e como esses saberes são transmitidos para seus descendentes.

As tradições repousam sobre a memória de um grupo quando existe uma interação dos seus membros, pois a memória é o vivido e experimentado no cotidiano deste grupo (HALBWACHS, 2006). Tal aspecto destaca o elo da tradição dos costumes com a memória, e, através da transmissão oral das narrativas, ela se preserva em grande parte.

Nos discursos, as mulheres ressoam essa preservação da memória do trabalho com as práticas tradicionais, a transmissão do conhecimento e saberes que foi constante, (como se pode observar na **Fig.5**) e nos trechos narrados por América e Guiomar, respectivamente:

[...] passei para meus filho, ensinei os meus filho a trabalhar na roça comigo panhando café, e nessas roça aqui tudo, nessa “parabeira” tudo era eu, meus filho e meu marido (AMÉRICA BRITO, 64 ANOS).

[...] trabalho, trabalhei muito e trabalho até hoje. Com meu pai e minha mãe, que me ensinou desde pequena, nois foi criado trabalhando. Graças a Deus, desde de pequena, quando eu estava com 7 anos, a gente já botava mandioca na roda, tirando goma e raspando mandioca, fui criada em cima do trabalho da roça. Agora mesmo tem um ali que está capinando um pedacin de terra, é meu neto, os meus filho, todos sabe trabalhar, aprendeu comigo. Meus netos, sabe fazer de tudo de roça (GUIOMAR SOUZA, 68 ANOS).

Figura 5–Colheita do café.



Fonte:ROCHA, T. M. R. da, Pesquisa de campo/2014

Deste modo, a alusão feita por essas mulheres nos seus relatos revela que o aprendizado não se limita à sua expressão “formal na manufatura”, mas, também, ao

instrumento de transmissão intergeracional, característica de culturas tradicionais, marcadas pelos costumes (THOMPSON, 2002). A memória do trabalho torna-se um legado perpetuado de geração a geração.

Tais afazeres, tanto no trabalho agrícola, como no trabalho doméstico, fizeram com que essas mulheres adquirissem um conjunto de saberes/fazeres sobre o manejo da terra, das plantações, das produções de farinhas e beiju, e das tarefas domésticas, nos quais reproduziram a sua existência e os saberes tradicionais adquiridos através do trabalho, repassados para as gerações subsequentes. As mulheres rememoram e contam a sua vida no trabalho e os ensinamentos recebidos pelos pais, e que foram também repassados para seus filhos, constituindo-se referência para as futuras gerações. Outros relatos enfatizam o aspecto da preservação da memória do trabalho, e traz uma inquietação quanto ao mesmo, como um meio de sobrevivência e inserção social em especial das mulheres, no desempenho de papéis na família. Destes relatos destacam-se as falas de Maria Iva e Guiomar:

as minhas filha mesmo, eu tive a preocupação de ensinar a cozinhar, lavar roupa, passar, arrumar uma casa, ariar alumínio né, e fazer alguma coisa que elas queresse fazer por elas. Eu tinha a preocupação de que elas aprendesse, pra quando chegar no tempo de amanhã ou depois casar, os maridos era dizer oh! Tua mãe não ensinou tu fritar nem um ovo! e hoje eu agradeço a Deus que minhas filhas tudo sabe fazer as coisas (MARIA IVA OLIVEIRA, 61 ANOS).

faço comida, eu faço tudo, eu lavo roupa, eu arrumo a casinha [...] mas eu lavo e ainda trabalho aqui na roça, panho café, só não estou fazendo horta, que agora o sol tá quente. É os pé de café é aqui mesmo no fundo. Eu faço tudo, panho uma lenha, agora que eu não estou aguentando mais pegar lenha. Tenho um fogão a gás, mas a gente panha lenha (GUIOMAR SOUZA, 68 ANOS).

As falas acima citadas remetem ao cotidiano vivenciado pelas mulheres negras idosas no contexto do trabalho agrícola e doméstico bem como, a preocupação em transmiti-las e perpetua-las, o que nos leva a inferir sobre sua importância para sobrevivência das famílias da comunidade quilombola. Conforme Tiriba (2008, p. 48), a produção de saberes ocorre em diferentes espaços, por exemplo, no trabalho, onde são construídos [...] “códigos, padrões, normas, conhecimentos, saberes, crenças, valores e criações materiais (instrumentos, métodos, técnicas), [...] que regulam as ações e comportamentos humanos”.

Na próxima categoria trabalho, eleva-se o seu desdobramento como elemento que circunda todo este estudo.

4.2 Trabalho

O trabalho, conforme a sua abrangência de significados, pode ser compreendido genericamente, como atividade humana de criação, a qual desencadeia uma série de transformações e possibilita mudança estrutural, tanto ao homem, como à natureza. Pois o homem, ao agir sobre a natureza, modifica-a, transforma-a e a desenvolve com o intuito de atender às suas necessidades, e, ao mesmo tempo, ele se transforma diante da plenitude que o trabalho representa. Marx (1988) assinala que, a partir do trabalho, os homens não apenas produzem a vida material, mas se autoconstróem. Assim, Marx (1988) diz que:

como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 1988, p. 50)

A visão de Marx sobre o trabalho serviu como referência para que se pudesse conceituar e analisar o trabalho das mulheres negras idosas, o qual se caracteriza como fonte de subsistência, uma vez que é o meio de produzir e gerar renda.

Essas mulheres relatam os aspectos de suas vidas relacionadas com o trabalho e a terra, pois o seu trabalho na agricultura está condicionado pelas práticas tradicionais, transmitidas por herança, as quais foram herdadas pelos seus antepassados africanos e outras aprendidas a partir das trocas de experiências com outros grupos.

4.2.1 O significado do trabalho

Ao serem indagadas sobre o significado do trabalho, as mulheres pesquisadas expressaram, de forma singular, o que o trabalho realmente significa para elas, ou seja, o meio de produzir os seus bens necessários, o qual atribui ainda outros sentidos, como distração, animação e alegria. Assim, o trabalho é visto como algo muito importante que dá sentido à vida. Como narram Josefa e Maria Iva:

trabalhar é muito bom né, porque a gente sem trabalho! tem pessoas que fica parado em casa, é sente dor, dor ali, dor acolá. Trabalhando, sai e distrai, então acho muito bom né trabalhar, é uma distração. Também é sobrevivência (JOSEFA BRITO, 62 ANOS).

a importância do trabalho pra mim é porque trás assim animação, coragem, se a pessoa só ficar dentro de casa só pensando. Se a gente for ficando ali só

pensando no que ganha aí não tem como ficar só dentro de casa pensando que já ganhou ou que tá ganhando, né (MARIA IVA OLIVEIRA, 61 ANOS).

Além disto, o trabalho constitui-se como atividade humana de maior peso para a integração social de homens e mulheres com outros indivíduos no seu ambiente de trabalho e no seu ambiente familiar, considerando-se que esses são os espaços de socialização, os quais permitem que o homem desempenhe o seu papel social. Homens e mulheres se autodefinem a partir do posicionamento como sujeitos sociais, imprimem a imagem e os registros, influenciando o outro nas relações com o meio em que vivem.

Estabelecem-se as relações sociais, que se mostram como elementos essenciais para a sua visibilidade e sua efetivação perante a sociedade. Para Castel (2003), o trabalho possibilita as configurações culturais, simbólicas e identitárias, já que permite a socialização e a integração dos indivíduos; de modo que o trabalho permanece como central no processo de inscrição dos indivíduos na estrutura social.

Para tanto, o trabalho em sua essência, condiciona o homem no seu desenvolvimento social, possibilita a mobilidade e estratificação social, além de identificá-lo na sociedade. Entretanto, fora desta magnitude do trabalho como símbolo de prazer, emancipação, criação, enfim, reconhecimento social, se configura também como fontes de sofrimento, opressão e alienação, os quais são os elementos ambivalentes que contém o trabalho. Assim, Cassin (2009, p. 61) afirma que “é o trabalho que nas suas diferentes formas permanece em toda a história do desenvolvimento humano e, a partir dele, as sociedades surgem e desaparecem em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas e o estabelecimento de novas relações de produção”.

O trabalho se apresenta para as mulheres negras idosas como fonte de satisfação, realização de tarefas, ato criativo, enfim, elas produzem para atender às suas necessidades, como comer e vestir; o trabalho para elas significa o próprio ato de viver.

É possível inferir que o trabalho, para essas mulheres, funciona também como uma forma de lidar com o ‘*stress*’ que vivenciam no seu cotidiano. Nota-se nas suas falas ‘que o trabalho distrai a mente’. Desta forma, o trabalho para algumas mulheres entrevistadas, é configurado como uma satisfação humana, pois lhes proporciona um retorno prazeroso. O trabalho agrícola está inserido no seu cotidiano, sendo o elemento central na vida dessas mulheres. Para elas, é uma forma para sentirem-se ativas e uma motivação para buscarem a sua independência. Tais sentimentos estão expressos nas falas de Railda e América, respectivamente:

mas a vontade minha é só de ir pra roça, assim pra distrair. E dentro de casa fica sem jeito né, e gente trajando assim e fazendo as coisas assim fora na roça da gente, vai distraindo, parece assim uma alegria que a gente sente, quando eu vou pra roça ranço a mandioca, boto ela na prensa, aquele cheiro da farinha, da massa, pego o rodo e mexe (RAILDA PEREIRA, 64 ANOS).

o trabalho pra mim é muito bacana, muito bom, porque tira muita coisa ruim na mente da pessoa né? E aí estando na roça à gente vai distraindo mais um pouco, distrai ali, aí vai melhorando a mente da pessoa. É sobrevivência, com o trabalho recebo a benção de Deus, porque quando a gente trabalha tem tudo na vida, tem tudo nas mãos, a gente pode arrancar um aipim, pode vender, um saco de aipim (AMÉRICA BRITO, 64 ANOS).

Figura 6–Processo de debulha do urucum.



Fonte:ROCHA, T. M. R. da, Pesquisa de campo/2014

Percebe-se nestes relatos que o trabalho na roça é mais agradável do que o trabalho doméstico; talvez pelo contato com a natureza, animais e plantações, transmitindo uma sensação de bem-estar, apesar do esforço físico empreendido.

4.2.2 Atividades desenvolvidas no trabalho agrícola e no trabalho doméstico

Nas narrativas das mulheres negras idosas, observa-se uma perpetuação da tradição referente à divisão sexual do trabalho que, historicamente, atribui-se a diferença entre os gêneros⁴¹. Elas estão inseridas em uma organização familiar de trabalho, em que as tarefas são divididas entre homens e mulheres.

As mulheres reconhecem as suas participações e atribuições diferenciadas tanto nas atividades agrícolas, como nas atividades domésticas. Neste estudo a casa caracteriza o espaço doméstico; o quintal da casa uma extensão produtiva, com a criação de animais e o cultivo de subsistência. Perrot (2008, p. 111) acrescenta sobre as “divisões de papéis, tarefas e espaços. Para o homem, o trabalho da terra e as transações do mercado. Para a mulher, a casa, a criação de animais, o galinheiro e a horta”.

Os relatos de Noemia e Maridalva mostram as atividades que elas desenvolvem no seu dia a dia:

eu sempre trabalhei direto aqui na roça. Eu capino, planto, faço tudo, feijão, batata, milho, cato café. Eu cuido de dentro de casa, roupa eu que lavo todo dia, passo ferro de noite, no outro dia venho pra roça, 4 horas (tarde) eu volto e vou fazer café, tomo o meu banho 9 horas da noite e eles (referindo à família) assistindo televisão e eu vou passar ferro e minhas coisas é tudo arrumadinha, não gosto de bagunça, e as coisas tudo é direitinha. Mas eu tenho coragem mesmo de trabalhar (NOEMIA FERREIRA, 72 ANOS).

eu trabalho pra mim mesma na roça, na rocinha da gente, que a gente tem uma rocinha. Quando vem o café, se tiver o andu, que o andu tem a época de dar e a época de parar. Eu faço tudo de vagazinho, pego no machado, lasco lenha, ainda ponho no canto, forro cama, faço de tudo, o que for preciso eu faço, a roupa elas (referindo as filhas) bate no tanque e elas bate e já deixa no varal, a comida eu faço, eu ainda faço, se for pra mim catar café, se for uns carocinhos de café os dedos não dar mais não, é muita força pra poder puxar café, mas o demais tudo eu faço (MARIDALVA SILVA, 67 ANOS).

⁴¹Segundo Lobo (1991, p.152), “as tradições de masculinização e feminização de profissões e tarefas se constitui às vezes por extensão de práticas masculinas e femininas: homens fazem trabalhos que exigem força, mulheres fazem trabalhos que reproduzem tarefas domésticas. Mas, do que a transferência de tarefas são as regras da dominação de gênero que se produzem e reproduzem nas várias esferas da atividade social. Não existe forçosamente uma coincidência da divisão sexual de trabalho na esfera da produção e da reprodução, de tal forma que sempre as tarefas masculinas numa e noutra esfera tenham a mesma natureza. O mesmo ocorre com as tarefas femininas. A força de trabalho masculina aparece como força livre, a força de trabalho feminina como sexuada. Ou seja, as condições de negociação da força de trabalho não são as mesmas”.

Figura 7–Na preparação das refeições.



Fonte:ROCHA, T. M. R. da, Pesquisa de campo/2014

Observa-se nestes relatos que o trabalho não está associado à fadiga, ainda que considerado pesado e rotineiro. Elas não expressam o desejo de parar as suas atividades, por serem condicionadas, desde crianças, com o trabalho, o que tornou-o determinante na organização das suas vidas e das suas próprias existências.

A divisão sexual do trabalho se determina biologicamente, pela dita fragilidade do sexo feminino, distinguindo-se, assim, o trabalho pesado do trabalho leve. Trata-se de uma questão de orientação cultural, ou seja, de padrões de comportamento pré-estabelecidos impostos pela hierarquia familiar, repassado de pais para filhos. Essas mulheres foram condicionadas ao trabalho coletivo familiar, cujas raízes se encontram nas condições de vida e do trabalho, como estratégia de sobrevivência. Nas suas narrativas não há um discurso sobre a divisão sexual do trabalho, ou entre trabalho pesado e trabalho leve, elas trabalham na roça da mesma forma que os homens, porém é visível a diferenciação entre o trabalho de homens e de mulheres quando se refere ao trabalho doméstico, que é realizado unicamente pelas mulheres.

Além disso, constata-se nas narrativas a dupla e/ou triplajornada de trabalho das mulheres, no campo, mesmo sendo tarefas especificadas como mais leves, e no lar, com,

4.2.3 Herança e o significado da terra

O vínculo que as mulheres negras idosas têm com terra é de propriedade não privada, de caráter coletivo, que contrapõe-se ao sistema do capital. A organização da terra foi engendrada por seus antepassados, ex-escravos, e ainda se perpetua na tradição, pelo seu uso comunal, o qual faz parte da formação identitária desse grupo. A terra é usufruída de forma coletiva por toda a família, do trabalho à moradia. A terra é o locus de vida, liberdade, reprodução produtiva, reprodução de valores, de crenças e de tradições. A terra remete também à luta pelo enfrentamento da permanência do território.

Figura 9—Quintal produtivo.



Fonte:ROCHA, T. M. R. da, Pesquisa de campo/2014

A apropriação da terra se deu por herança e, ainda hoje, a mantém com práticas agrícolas tradicionais, pois é a forma pela qual essas mulheres se mantêm vivas, na sobrevivência, na tradição e na constituição de novas gerações. Segundo Deere e León (2002, p.411): “Para as mulheres rurais, a posse de terra é a melhor garantia de que elas serão capazes de suprir, pelo menos em parte, as necessidades alimentares de sua família”.

Nos trechos de relatos abaixo, as mulheres negras idosas afirmam que a posse das suas terras foi adquirida por heranças e o labor com a terra envolve diretamente a

sobrevivência material, que está diretamente ligada com os costumes dos seus antepassados. Como narram Guiomar e Railda, respectivamente:

essa terra, eu nasci e me criei aqui, essa terra foi dos mais velhos, dos meus avôs, dos meus bisavôs, passou para os meus avós, passou para os meus pais, então nossos pais morreram, e nós adquirimos essas terrinhas, ficamos nas mesmas terrinhas, que eles estavam (GUIOMAR SOUZA, 68 ANOS).

a terra é herança do meu marido que deixou pra mim, ele me deu em vida um pedacinho de terra. Nessa terra que ele me deu, eu planto de tudo. A importância dessa terra é que eu gosto de ter minha lavoura, eu gosto de plantar minhas coisinhas. A terra pra a gente viver, é o meio de vida, gosto de trabalhar com minha saúde. O que eu gosto mais é trabalhar na roça. Se ficar parada é pior, a gente tem que enfrentar tudo, trabalhar (RAILDA PEREIRA, 60ANOS).

Figura 10–Plantação de andu cultivada pela mulher negra idosa.



Fonte:ROCHA, T. M. R. da, Pesquisa de campo/2014

A terra, para essas mulheres, é um espaço vivido, uma vez que constitui-se como o principal elemento de vida abarcado por valores e sentidos, pela forma como o grupo estabelece essa relação com a terra. Também o grupo se reconhece por ser um lugar de vida, onde processa a vida. Segundo Serpa (2006, p.15), “pensar o espaço como algo dinâmico e mutável, reflexo e condição para a ação dos seres humanos, como espaço vivido e,

por isso mesmo, representável, algo passível de apropriação”. A terra como, espaço vivido, constitui-se como suporte para a memória, pois encontra um lugar privilegiado de sentidos e significados. Halbwachs (2006) posiciona-se igualmente a este respeito, afirmando que não existe memória coletiva que se desenvolva fora de um quadro espacial. Assim, Halbwachs (2006) profere:

Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termo espaciais e o lugar ocupado pelo grupo é uma reunião de todos os elementos da vida social. O espaço faz lembrar uma maneira de ser comum à muitos homens; faz lembrar, também, costumes distintos de outros tempos. Cada objeto encontrado e o lugar que ocupa no conjunto (HALBWACHS, 2006, p. 158-159).

Na memória dessas mulheres está inserida a terra como herança, e com tudo que ela representa. Neste sentido, Josefa, Maria Iva e Guiomar dizem, respectivamente, que:

herança da minha mãe. A gente trabalha nessa terrinha da gente mesmo, de minha mãe, ela passou pra a gente, aí ela faleceu. A terra é trabalho, que a gente mora aqui e trabalha também na terra (JOSEFA BRITO, 62 ANOS).

é importante a terra que a gente tem a terra aí, a gente planta, aquele mantimento que a gente plantou, a gente colhe né, e pra gente morar e fazer alguma coisa né, plantar, ter um pé de árvore, pé de urucum, pé de cana, como tá aí, uma batata, um aipim, eu planto, cuido (MARIA IVA OLIVEIRA, 61 ANOS).

é uma terra muito boa, tudo que a gente planta, colhe, graças a Deus! Aqui é muito bom, eu nasci e me criei aqui. É batata, é tudo que a gente planta a gente ver o resultado, é muito importante pra nois a terra (GUIOMAR SOUZA, 68 ANOS).

Nota-se nos relatos acima a percepção da satisfação com a terra, pelo resultado que a terra lhes proporciona para a manutenção das suas famílias, fornecendo os alimentos como a batata, o aipim, dentre outros produtos para suprimento das suas famílias. Além da garantia que ela pode dar, para alcançar condições socioeconômicas e de habitação geradora de satisfação pessoal, (como visto nas **Fig. 10 e 11**).

Figura 11– Moradia de uma das mulheres negras idosas.

Fonte:ROCHA, T. M. R. da, Pesquisa de campo/2014



4.2.4 Otrabalho coletivo/familiar

O trabalho das mulheres negras idosas na agricultura de subsistência é constituído de uma unidade de produção que tem uma relação entre propriedade e trabalho, e que está intimamente ligada com a família. Neste sentido, Lamache (1997, p. 15) defende que “a interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração”.

É com a participação da família que se consolida a pequena produção. A renda adquirida pelo trabalho agrícola é dividida por parte entre os membros da família, como também é compartilhado o espaço de terra que possuem em comum. Desta forma, Carneiro (1998) diz que:

a família não deve ser entendida tão-somente como um grupo estruturado segundo as condições históricas e culturais que o cercam. É necessário também considerar o conjunto de valores que orientam e dão sentido às práticas sociais no interior da família já que ela agrega indivíduos através de uma rede de relações que inclui, como toda relação social, uma parte ideal,

de pensamento, ou, se quisermos de representação (CARNEIRO, 1998, p. 65-66).

Neste contexto rural, o trabalho na agricultura de subsistência está fundamentado na relação hierárquica, no qual a imagem do pai ou do marido é que determina a posição que cada membro da família deve ocupar. Para Marx (1988), o trabalho familiar na lavoura, pecuária, entre outros, são na sua forma natural lugares sociais, por serem funções da família, possui sua própria divisão de trabalho naturalmente desenvolvida. Como relatam Railda, América e Josefa:

ensinei (filho), que esse aqui, trabalha e me ajuda muito. Os outros fis (filhos) mora fora, quando saiu da minha companhia saiu pequenos, é só ele que mora comigo, é a minha mão e meus pé, é esse menino aí! É um mandado, ele vai. Ajuda também eu na roça. Ajuda pegar uma água, ajuda tudo (RAILDA PEREIRA, 60 ANOS).

é, nas fazendas dos vizinhos apanhando café, na terra minha também, eu mais meus filhos e meu marido. Eu trabalho mais meu velho aqui e ainda a gente “futuca” na roça mais ele. Os meus filhos ajuda, tudo é trabalhador, graças a Deus (AMÉRICA BRITO, 64 ANOS).

naquela época a gente começava novo mesmo, uns 10 anos, já trabalhava assim. Meu pai e minha mãe, a gente trabalhava junto na roça, aí levava a vida, né (JOSEFA BRITO, 62 ANOS).

Observa-se, assim, que o trabalho agrícola se apresenta como um esforço coletivo (**Fig.12**), visivelmente dividindo as atribuições entre os membros da família. O trabalho coletivo na família possibilita certa autonomia por apresentar uma relação íntima que se integra pelos laços de parentesco.

Figura 12 –Colheita do café realizada pela mulher negra idosa, com a participação da família.



Fonte:ROCHA, T. M. R. da, Pesquisa de campo/2014

4.2.5A subsistência e o sustento familiar

O trabalho das mulheres negras idosas na agricultura está submetido à não remuneração, e no sustento da família como uma forma de ajuda. A garantia para este sustento está no que se produz durante a lavoura, basicamente, para o autoconsumo, compartilhado entre os membros da família, como também é compartilhado o espaço de terra.

As mulheres negras idosas, além de ter um retorno com seu trabalho na agricultura, o qual gera mantimentos que sustentam a família, recebendo mensalmente o benefício do governo, referente à aposentadoria rural, uma garantia para a sua sobrevivência. Este fato é percebido nos dizeres de Guiomar e América, respectivamente, citados abaixo:

quando vendo alguma coisa (referindo à plantação) e mais o meu (referindo à aposentadoria), é tudo pra dentro de casa. Quem sustenta a casa é eu mais meu marido, nós divide, ele bota uma parte para pagar o mercado, eu pago outra e ainda sobra um dinheiro nós compra uma roupinha, pra um e compra pra outro e assim vai (GUIOMAR SOUZA, 68 ANOS).

é ele (referindo ao marido que sustenta a casa), uma coisa assim: um sofá, uma peça, fogão, um armário, uma geladeira, eu vou pro canto e ele compra pro outro. Quando falta uma coisa assim dentro de casa, eu vou em uma venda, que tem lá em cima mesmo, eu vou e compro, eu ajudo, ele não pode trabalhar sozinho né, fazer as coisas sozinho (AMÉRICA BRITO, 64 ANOS).

Algumas dessas mulheres, por serem viúvas, administram os seus próprios recursos financeiros, e somente partilham da sua renda mensal (aposentadoria), caso os filhos ou netos residam com elas, como afirmam Maria Alves e Elizete:

é, meu dinheiro é pra mim sustentar, fazer minha feirinha, deixar minha casinha sempre com as coisinha que eu gosto, quero, comprar meus remédios, fazer meus exames, que é tudo pago, eu que pago meus exames, é assim, pra mim cuidar de mim (MARIA ALVES, 75 ANOS).

ué! Mas quem come o dinheiro é eu! rrsrs... Eu pego o dinheiro (aposentadoria), eu pago o que eu devo, agora mesmo eu não estou devendo quase ninguém, paguei as compras que eu fiz do mês passado (ELIZETE GOMES, 74 ANOS).

4.3 Envelhecimento

Apesar das mudanças fisiológicas e funcionais, evidenciadas no envelhecimento, destaca-se, neste estudo, por meio das histórias de vidas relatadas, a capacidade de enfrentamento das mulheres negras idosas, como as falas de Maria Alves e Railda, explicitadas abaixo:

gosto muito de trabalhar, só que eu não trabalho muito que não aguento, eu tenho problema de coluna. A gente não pode ficar parado se não adoecer, fui criada no trabalho, então tenho aquela ansiedade de trabalhar, mesmo que não aguento mais, tô futucando, a enxada é velha tá ali né, qualquer coisa estou com ela arrastando na beira do terreiro. Eu fiquei muito assim, percebida do trabalho, não pego mais peso. Trouxe mudança (referindo ao trabalho), porque na idade que eu tô não é como eu era mais nova, de 20 e 30 anos, até os 40 era outra coisa. Passou daí, já vai mudando (MARIA ALVES, 75 ANOS).

trouxe muita mudança no trabalho, à gente sempre fica cansada né, porque aquele tempo de nova é outra coisa, vai caindo pra idade, já vai mudando alguma coisa, vai dando uma canseira. Vem os problemas de saúde. Eu não sou mulher de ficar parada, se eu fico dentro de casa, eu faço tudo (RAILDA PEREIRA, 60 ANOS).

Percebe-se que essas mulheres, ainda que apresentem dificuldades funcionais, relacionadas às doenças degenerativas, não se afastam do trabalho. Embora com algumas limitações, elas permanecem com as suas atividades diárias, na agricultura e nas atividades domésticas. Pois, para elas, a disposição para o trabalho é uma forma de enfrentar os desafios advindos da velhice.

4.3.1 O significado da velhice

A percepção que se tem sobre a velhice está relacionada às teorias conceituais que caracterizam a questão do envelhecimento em diversas abordagens, tanto nos aspectos biológico, quanto nos aspectos psicológico e social, os quais apresentam os fatores de declínio biológico, perda biológica e perda de *status* socioeconômico. Neste sentido, Minayo (2011) considera que:

a velhice deve ser vista compondo o ciclo de vida, mas diferentemente das etapas que a antecedem. Essa é a última estação antes da parada da morte, o que torna os velhos ao mesmo tempo vinculados ao mundo em que vivem e dependentes das injunções da cultura sobre a velhice e das determinações biológicas que os constroem (MINAYO, 2011, p. 9).

Para algumas das mulheres negras idosas, a visão sobre a velhice está relacionada de forma negativa, associando-a como doença e fim da vida. Para outra entrevistada, que diz ter uma vida saudável, não há a percepção da idade avançada. Ela demonstra a sua visão sobre o que é envelhecimento, o qual está relacionado com as doenças. Assim, Maria Alves, Elizete e Josefa dizem que:

a gente fica sempre assim pelos cantos, a gente não tem mais aquela vontade pra sair, fica esmorecida, a vontade é mais de ficar assim recanteada. Eu era nova, agora chegou o tempo de ficar velha. É alegre, pois eu estou vendo os meus neto, estou vendo os meus bisneto (MARIA ALVES, 75 ANOS).

hoje, eu não estou quase trabalhando não, porque estou de idade, não estou aquecendo não. Estou lutando mais dentro de casa e mandei o meu menino ir ao cemitério fazer minha laje. Já! minha gaveta. A gente tem que andar preparado, ninguém sabe nem o dia, nem a hora (ELIZETE GOMES, 74 ANOS).

envelhecer é quando as pessoas chega à idade né, tem muitas pessoas que envelhecem, mas eu não acho que estou velha (rsrsrs...) tem pessoa que fica velha e encosta no canto e não faz mais nada que já está velha, mas eu não

me sinto assim. Acredito que daqui pra frente também eu não vou sentir, vou fazer o maior esforço pra não me sentir velha (JOSEFA BRITO, 62 ANOS).

Figura 13—Mulher negra idosa nas tarefas domésticas.

Fonte:ROCHA, T. M. R. da, Pesquisa de campo/2014

O relato de uma das entrevistadas denota a preocupação e a não aceitação da velhice, pois com o próprio processo de envelhecer surgem alguns sentimentos, por não saber lidar com essa última fase da vida. A maneira com que se envelhece depende do contexto de cada um e da sua estrutura psicológica. Segundo Minayo (2011, p. 10), “essa etapa da vida pode ser, como experiência pessoal, o tempo da decadência, o tempo do isolamento, ou o tempo do protagonismo e do amadurecimento”.

O surgimento das enfermidades é um dos fatores difíceis de lidar, pois mexe com o emocional, deixa a pessoa desconfortável, principalmente, quando acarreta dores físicas, dificultando a sua mobilidade. O fato de poder trabalhar já é algo de grande importância.

4.3.2 O corpo como instrumento de trabalho

O corpo se configura como instrumento de trabalho, principalmente, na agricultura, que é considerada uma atividade pesada, que demanda força muscular e movimentos repetitivos. Conforme Marx (1988, p.53), “todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico”. O autor faz referência ao trabalho como ação física humana, o qual necessita dos movimentos das forças naturais do corpo, braços e pernas, cabeça e mão para se apropriar da matéria.

Para Marx (1988, p. 143), [...] “somente seus próprios órgãos corporais servem de meios de trabalhos – não é objeto de trabalho, mas o meio de trabalho”. O corpo é essencial para desenvolver qualquer atividade. Os corpos das mulheres são expostos às atividades, tanto agrícola, como doméstica, e essas atividades desenvolvidas por elas são, preponderantemente, de esforço físico. Para Arendt (2010, p. 8), na sua definição de trabalho, considera que, “o trabalho é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e resultante declínio estão ligados às necessidades vitais produzidas e fornecidas ao processo vital pelo trabalho”.

Portanto, o trabalho na agricultura desenvolvido por essas mulheres configura-se como práticas tradicionais, assim, são utilizadas ferramentas rudimentares, como pá, enxada, foice, (conforme **Fig. 14**). No manuseio dessas ferramentas, exige-se mais esforço físico, além da exposição contínua ao sol. Por conta disso, queixas como dores musculares, lesões e doenças osteoarticulares são comuns.

Figura 14—Processo de secagem do café realizado pela mulher negra idosa.



Fonte: ROCHA, T. M. R. da, Pesquisa de campo/2014

Nota-se que as mulheres entrevistadas apresentam problemas de coluna, dores musculares e pele com turgor exageradamente diminuído, não só pela velhice, mas pela exposição diária ao sol que acelera o envelhecimento da pele. Verifica-se em suas falas as atividades rotineiras no trabalho agrícola e doméstico. Segundo Perrot(2008, p. 115), o trabalho doméstico marca todo o trabalho feminino: “é invisível, fluido, elástico. É um trabalho físico, que depende do corpo, pouco qualificado e pouco mecanizado apesar das mudanças contemporâneas. O pano, a pá, a vassoura, o esfregão continuam a ser os seus instrumentos mais constantes”. Assim, como mostra as declarações de Maridalva e Maria de Jesus, os quais exigem muito esforço físico:

comecei puxando enxada, trabalhei muito na roça, pegando café, capinando para limpar a terra, então até em uma certa altura né,[...] eu pego no

machado, lasco lenha, eu faço uma coisinha, eu não vou deixar de botar uma panela no fogo (MARIDALVA SILVA, 67 ANOS).

eu tó aí arraiando (refere ao trabalho), planto muda de banana, é andu, é mandioca, é batata. Quando mais eu trabalho mais tenho vontade. Quando a noite vem chegando, eu ficou doida pra o dia manhecer. Acordo 5:50 para tanger as galinhas, graças a Deus eu gosto de trabalhar (MARIA DE JESUS, 75 ANOS).

Figura 15–No trabalho do dia a dia.



Fonte: ROCHA, T. M. R. da, Pesquisa de campo/2014

Observa-se que essas mulheres negras idosas, mesmo em fase do envelhecimento, não se entregam ao cansaço e ao desânimo, antes, elas permanecem atuantes no seio de sua comunidade, embora o corpo apresente já maltratado pelo processo natural do envelhecimento e pela trajetória do trabalho penoso na agricultura.

4.3.3 As repercussões do envelhecimento no trabalho

O envelhecimento é uma fase que perpassa toda a vida humana e que evidencia alguns aspectos de limitações, principalmente, nas atividades laborais. Isto porque as mudanças físicas e funcionais, decorrentes do processo de envelhecer, trazem consequências, com a realidade do trabalho no campo. Tais vivências podem ser acompanhadas de uma perda

funcional, que limita essas mulheres, temporariamente, ou definitivamente, para determinada atividade laboral. Sobre este assunto, Minayo (2011) afirma que:

ovelho como ser descartável é uma das crenças mais comum na sociedade. Em geral. O imaginário social sobre a pessoa idosa apresenta uma visão negativa do envelhecimento e mantém e reproduz a ideia de que a pessoa vale quanto produz e o quanto ganha. Dessa forma, os velhos fora do mercado de trabalho, vivendo com parca aposentadoria ou em dependência financeira dos filhos ou do Estado seriam peso morto e inútil (MINAYO, 2011, p. 12).

Neste contexto, a família pode passar por alterações nos seus arranjos, conferindo à outros membros o papel de provedor, visando garantir a sobrevivência familiar com dignidade e qualidade de vida. Essas mulheres sentem as mudanças decorrentes do envelhecimento, porém, continuam a viver, mesmo sem perspectiva para o futuro; o que as sustentam é estar no convívio com a família e manter a rotina do trabalho. Ainda com as suas limitações, não deixam de desenvolver as suas atividades laborativas, tendem, antes, a se adaptar à essas mudanças. Este aspecto pode ser observado nas falas de Noemia, Maria Alves e Josefa, respectivamente:

não (referindo à coluna), graças a Deus não. As filhas queixam mais do que eu rsrsrs... eu graças a Deus sou forte. A pressão é alta, mas tem hora que está normal, tá boa. Tomo chá, ontem mesmo eu fiz um chá de pitanga e cebola e ai rsrsrs... Tomei uma copada de chá. Mas eu vou trabalhar, não tem sábado nem domingo, não tem nada. Domingo eles (referindo aos filhos) estão caçando jeito pra sair, eu não (NOEMIA FERREIRA, 72 ANOS).

se eu estou na cozinha e venho aqui na varanda, eu não sei o que eu estava fazendo lá. Ah! Isso aí (referindo ao esquecimento), eu tenho demais, agora eu não sei se é por causa da velhice! Zueira na cabeça, durante o dia tá bom, mas a noite quando deito na cama parece que tem um trator trabalhando aqui pertinho de eu. Só pode ser a idade né? (MARIA ALVES, 75 ANOS).

a gente sente cansaço, mas não quer parar, nunca é como antes, antes a gente não sentia nada né, hoje não, na idade, tem momento que a gente sente, mas sempre trabalhando. Ando muito todos os dias, só que eu digo assim, depois que eu comecei a andar sinto melhor, porque antes qualquer ladeira que eu subia, não estava aguentando e hoje já acostumei, pra mim andar faz bem (JOSEFA BRITO, 62 ANOS).

No decorrer das entrevistas, as mulheres negras idosas comentam sobre as dores e as doenças que adquiriram no processo de envelhecimento, porém, demonstraram que elas buscam conviver com essas dificuldades, superando-as com o trabalho. Assim, o envelhecer é visto como algo natural, e, portanto, um processo que faz parte do ciclo da vida.

4.3.4 O envelhecimento e relações familiares/coabitação e com a comunidade

O envelhecer traz alguns comprometimentos na qualidade de vida do idoso. Dentre essas perdas, está a autonomia e independência, pois a condição de dependência traz um desconforto para o idoso. Com isso, percebe-se a importância da família, como suporte e cuidados para atender às necessidades básicas dessas pessoas. O grupo familiar possui uma intensa força de coesão. Para Bosi (1999), em nenhum outro espaço social o lugar do indivíduo é tão fortemente destinado, como na família, assim, o vínculo que ata a família é irreversível. “Terá sempre uma fixidez de destino nas relações de parentesco, não há lugar onde a personalidade tenha maior relevo. Nenhuma comunidade consegue, como a família, valorizar a diferença de pessoa a pessoa” (BOSI, 1999, p. 425).

Neste sentido, verifica-se, nos relatos das mulheres negras idosas, que a família, marido ou filhos, expressam um cuidado quanto ao excesso de trabalho. Porém, elas esforçam-se para se manterem ativas e se sentirem úteis perante a família e a comunidade. A autonomia e a independência são tão importantes quanto se manterem saudáveis, como demonstram nas falas de Noemia, Maridalva e Maria Alves:

os filhos não gosta que eu trabalho, manda eu descansar, mas eu tenho coragem de trabalhar, só o dia que Deus falar, hoje, você não aguenta mais, agora não trabalho mais. Enquanto Deus tiver me dando força e coragem. Eles não gosta que eu trabalho, mas eu gosto né. Oh mãe! descansa mãe! 3 horas (tarde) a senhora toma o seu banho e vai assistir televisão. Ai eu falo: mais televisão não dar comida a gente, não dar o que beber não faz nada pra gente e a gente tem que trabalhar né. Eu tenho coragem e eles me reclama (NOEMIA FERREIRA, 72 ANOS).

às vezes tem hora que eles não quer que eu faço né, meu marido mesmo não quer que eu faço. Oh Mulher! Você já anda do modo que você anda, pra que fazer isso! Mas tem hora que ele sai, eu pego o machado lasco a lenha e ponho ali, porque eu não vou ficar só no gás (MARIDALVA SILVA, 67 ANOS).

eles (referindo aos filhos) não gosta que eu faço muito movimento, reclama que eu já estou com a coluna doendo, eu tenho que ficar parada, mas só que eu não gosto de ficar parada (MARIA ALVES, 75 ANOS).

A família, para essas mulheres, representa uma base de apoio e segurança, são como um ‘porto seguro’, pois percebe-se que, com as suas limitações, necessitam de ajuda da família, muitas vezes, ocorrendo mudanças dos papéis nas realizações de algumas atividades

cotidianas, como na administração dos seus recursos financeiro e domiciliar. Os relatos de Noemia e América demonstram a necessidade dos cuidados da família:

não, eu só sou esquecida né, eu boto uma coisa no lugar e quando chega ali volto pra trás caçando e dar pra fazer pra mim acertar, mas quanto as coisas, só tenho esquecimento, oh! É um esquecimento, eu não guardo documentos meu, só quem guarda é os filho, porque se eu botar coisa no lugar! Só tenho esquecimento (NOEMIA FERREIRA, 72 ANOS).

é depois que a gente vai ficando velha não pode mais trabalhar né, eu sinto esse problema de coluna e quando me pega só falta morrer. Aí vou pra o hospital e aí troca de remédio e aí tenho que comprar remédio 2 caixas de remédios 3 remédios pra ir bebendo. Quando eu não posso fazer as coisas minha nora vem e faz, minha neta faz também, lava um prato, já faz alguma coisa pra mim, barre uma casa, mas outras coisas pesada, eu já não posso fazer, nem uma coisa pesada eu não posso mais pegar (AMÉRICA BRITO, 64 ANOS).

Observa-se nos relatos que essas mulheres se sentem acolhidas pela família, demonstraram que não se sentem isoladas, pois sempre estão rodeadas dos familiares, seja filhos, netos ou parentes, ou mesmo dos próprios moradores da comunidade.

Figura 16 –Mulher negra idosa e sua família.



Fonte:ROCHA, T. M. R. da, Pesquisa de campo/2014

A família mantém uma boa relação com essas mulheres; relações de cuidado, carinho e respeito, as quais são observadas nos seus relatos. Elas exercem a função de conselheiras, pelas suas experiências de vida acumuladas, e que servem de conhecimento e sabedoria, tanto para a família, como para a comunidade. Elas também participam e contribuem com os seus serviços em eventos familiares e na comunidade, como é o caso do relato destas entrevistadas América e Josefa:

é ainda ajudo a comunidade rrsrs... Tem festa, as mulheres tem aquela confiança em mim pra cozinhar, cozinhar mesmo, eu não estou cozinhando, só temperar as coisas, faço os temperos. As festas das primas minha que casa, meus parente mesmo, já sai pra fora, eu já fui cuidar de festa, quando eu era mais nova. Sim, agora que estou dessa idade pra fora eu não saio mais não, vem assim, umas menina que casam, igualmente aqui vai fazer um mês que casou, eu fui fazer os temperos pra ela, até hoje me gaba. Temperar as carne, os assado, e no outro dia foi cozinhar macarrão, o arroz, a farofa do andu né, rrsrs... Elas têm aquela confiança em mim, elas falam se eu não tiver não tem nada feito. Quando eu vou no velório dou banho no defunto, se for até possível eu boto a vela no defunto, como eu botei a vela no meu pai. Não tem isso comigo não, o que me jogar, eu sou uma mulher pra servi (AMÉRICA BRITO, 64 ANOS).

às vezes sim, na família da gente, quando o evento é final de semana aí sim, eu vou lá contribuir, mas no meio da semana eu não posso né, mas no final estou aí pra servir. Eu vou ajudar nas coisas do evento. É com a comida, com a mão de obra. É sempre está servindo, participando também, aí a gente leva a vida assim. [...] aqui eu vejo que os jovens me tratam muito bem. Afinal os meninos daqui todos me dão benção. Assim, é um jeito de um respeito, a gente tem uma benção como se fosse um respeito. E todo mundo me dar benção, eu vi um bocado deles nascer né, viveu a vida junto, na idade que eu tenho e eles todo homem, mais dar benção (JOSEFA BRITO, 62 ANOS).

O respeito é algo perceptível na comunidade, principalmente com as idosas. Elas são vistas como transmissoras dos saberes e são consideradas mulheres sábias pela comunidade. Com isso, elas se sentem respeitadas e valorizadas por todos.

Figura 17–Afazeres domésticos.



Fonte:ROCHA, T. M. R. da, Pesquisa de campo/2014

4.4 Mulheres negras idosas

A categoria analítica mulheres negras idosas visa, trazer as discussões sobre envelhecimento e suas repercussões quanto ao trabalho. Nesta perspectiva, enfatiza-se os aspectos físicos e funcionais que influenciam nas atividades laborais de subsistência, decorrentes do processo de envelhecimento. Nesta fase da vida, evidenciam-se mudanças estruturais, fisiológicas, sociais e econômicas que marcam, de certa forma, o declínio vivenciado no processo de envelhecer. Esses aspectos podem ser referenciados em Reis et al.(2013), ao se referir sobre o envelhecimento dizendo que:

esse processo é marcado por mudanças biopsicossociais específicas, no qual o indivíduo passa por alterações morfológicas, fisiológicas, bioquímicas e psicológicas que acarretam uma diminuição do desempenho do sistema orgânico e, conseqüentemente, uma diminuição da capacidade funcional (REIS et al., 2013, p. 85).

Figura 18 –Mulher negra quilombola.



Fonte:ROCHA, T. M. R. da, Pesquisa de campo/2014

O envelhecimento é uma mudança biológica que acontece naturalmente durante o ciclo de vida. Porém, existe uma visão construída em torno do envelhecimento, entendido como sinônimo de incapacidade. Tal aceção gera preconceitos e estereótipos, que passa uma imagem negativa da velhice. Para Bosi (1999), a rejeição ao velho destitui o idoso, pois, devido às mudanças históricas que se aceleram, aquilo que foi construído por ele acaba por ser destruído. “Ao perder a sua força de trabalho, o idoso já não faz mais parte da rede de produção e, portanto, não é produtor nem reproduzidor daquilo que se valoriza numa sociedade de consumo” (BOSI, 1999, p. 77).

A seguir, pode-se observar os relatos de algumas mulheres negras idosas com relação à percepção da velhice e a cor da pele, demonstrando aceitação e autoestima elevadas. Isto sugere que essas mulheres têm enfrentado, com tranquilidade, o envelhecimento, vendo-o como um processo natural. Como pode ser visto nas falas de Guiomar, Maria Alves e Maria Iva:

eu agradeço muito a Deus que eu estou dessa idade, você pode acreditar sou muito alegre com minha velhice (GUIOMAR SOUZA, 68 ANOS).

eu fico muito satisfeita com a minha cor e minha idade que Deus me deu, porque foi Deus que me deu, eu não posso ter preconceito não, pois se foi Deus que me deu. Eu fui nova, agora estou ficando velha, porque Deus quer. Eu vou fazer o que? Tem que ficar assim do jeito que Deus quer. Eu vou falar ah meu Deus! Por que eu fiquei velha? (MARIA ALVES, 75 ANOS)

as pessoas olham pra mim e diz já está velha, tá de cabelo branco né, e eu falo, mas todo mundo um dia vai ficar velha, vai embranquecer o cabelo. (MARIA IVA OLIVEIRA, 61 ANOS).

4.4.1 Memória

A priori, o envelhecimento é um processo de perdas e ganhos que abriga uma diversidade de posições. Porém, é importante considerar a velhice como uma fase rica de experiências decorrentes dos anos, que envolve o contar e recontar histórias. Bosi (1999, p.63) discorre sobre os idosos como sendo “os guardiões das tradições, que tinham a função de transmitir as suas memórias, histórias e lembranças vividas”. É nato do idoso assumir essa função de conservar o seu passado e rememorar as suas histórias, que é seu legado. Neste sentido, Halbwachs (2004) afirma que:

no solamente porque las han recibido más temprano que los demás, también porque disponen sin duda del tiempo libre necesario para transmitir los detalles en el curso de entrevistas con los demás ancianos, y para enseñarlas a los jóvenes a partir de la iniciación. En nuestras sociedades también se estima a un anciano en razón de lo que habiendo vivido durante largo tiempo cuenta con mucha experiencia y tiene un cúmulo de recuerdos (HALBWACHS, 2004, p. 129).

Halbwachs (2004) discorre que os idosos adquiriram muitas experiências aos longos anos de suas vidas que estão carregados de lembranças. São as experiências herdadas que são compartilhadas através das suas narrativas. Os idosos pela suas vastas experiências de vida exercem função na transmissão dos saberes/fazeres adquirido pelos seus ancestrais, no sentido de instruir e educar os mais jovens. Essa é uma prática de transmissão oral evidenciada principalmente nas comunidades tradicionais. Bosi (1999) acrescenta como os velhos pode promover a continuidade da cultura e da educação em gente adulta do presente e dos pósteros, das gerações futuras, pois permitem, em suas experiências, reviverem o que já passou como as histórias e tradições de um tempo ido, mas que permanecem de alguma maneira, nos rastros de suas lembranças partilhadas, “pois deles ainda ficou alguma coisa

em nosso hábito de sorrir, de andar. Não se deixam para trás essas coisas, como desnecessárias” (BOSI, 1999, p. 74).

Vale ressaltar, neste aspecto do estudo, sua relevância por tratar de um grupo populacional excluído e estigmatizado, mulheres negras e idosas. Um grupo historicamente abandonado pela ação das políticas públicas e por uma cultura que não valoriza as tradições e suas guardiãs. A sociedade precisa incorporar nos seus discursos e práticas dessa rica fase de experiências e de memória, que se fundamenta na transmissão do passado vivido. Ademais, é uma população que está crescendo no mundo e principalmente no Brasil de maneira exponencial, e que precisa ser valorizada dando-se voz a suas histórias de vida e garantindo-lhes os direitos de cidadania.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa desvelou particularidades ao adentrar-se no universo das mulheres negras idosas, da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo até então desconhecida. Pois, não há sentido em compreender estes sujeitos se não considerar a sua relevância na contribuição do conhecimento científico. Assim, neste estudo, realizou-se uma análise no sentido de integrar as discussões sobre esta temática, que possa vir a ser referenciada a outras pesquisas sobre mulheres negras idosas.

A comunidade selecionada para a pesquisa foi eleita com intuito de desvelar a sua origem, a sua formação, os seus costumes, suas tradições e principalmente as suas práticas tradicionais vivenciadas pelas mulheres negras idosas. Logo, a fim de conhecer a memória do seu trabalho na agricultura, condicionado por essas práticas tradicionais, as quais foram transmitidas, por herança, desde os seus antepassados africanos.

O delineamento deste estudo permeou-se pelo viés dos objetivos para chegar, o mais próximo, as respostas das questões levantadas, às quais foram, finalmente, alcançadas, através dos aportes teóricos adotados e das narrativas dos entrevistados. A partir das referências teóricas, foi possível compreender a dimensão do trabalho como elemento essencial na construção identitária, na socialização e, principalmente, como fonte de sobrevivência para este grupo de mulheres negras idosas, que se auto definem como quilombolas.

Neste percurso, outra discussão emergiu para analisar os sujeitos desta pesquisa, como o envelhecimento investigado a partir da ótica do trabalho, mencionando os aspectos referentes ao processo de envelhecer e suas repercussões com o trabalho no campo, o corpo como instrumento de trabalho e as relações do envelhecimento com a família/comunidade. Neste contexto observado, as mulheres negras idosas que trabalham na agricultura colocam a sua saúde e boa parte das suas vidas nas imposições do trabalho.

Nota-se que o envelhecer dessas mulheres não está apenas relacionado com as mudanças físicas e funcionais, que trazem consequências na vivência com a realidade no trabalho agrícola. Considera-se ainda a relação que elas têm com o trabalho e o significado do trabalho, que vai para além da sobrevivência. O trabalho representa uma conquista de sua autonomia, independência e autoestima. Foi possível perceber a relação do corpo como instrumento de trabalho, tendo em vista que as mulheres negras idosas não têm acesso à mecanização para desempenhar o trabalho na agricultura, elas utilizam de ferramentas como

foice, machado, enxada, dentre outros, e mesmo utilizando as ferramentas, o corpo é a sua principal ferramenta.

As mulheres negras idosas da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo não se limitam as restrições do envelhecimento para trabalhar, pelo contrário, elas utilizam o trabalho de subsistência como instrumento de lazer e de convivência intergeracional. Mesmo com algumas limitações próprias do envelhecer, essas mulheres permanecem participando de forma ativa no trabalho agrícola e nas atividades domésticas. A imagem estereotipada que o mundo transmite sobre o idoso de uma forma negativa ao sedentarismo e a morte. Com esse estudo pode desconstruir essa ideia do envelhecimento como uma fase final da vida, onde as pessoas não tem prazer no trabalho. Esse perfil do idoso distancia da realidade das mulheres negras idosas notadas na comunidade quilombola. O trabalho tem sido uma forma de expressar o seu potencial produtivo, contribuindo com a família e com a comunidade.

Observa-se, neste contexto rural da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo, que o trabalho agrícola das mulheres negras idosas está inserido em uma estrutura organizacional nos princípios de solidariedade e coletividade, e que vem se mantendo por gerações. O trabalho tem uma base familiar calcada na produção agrícola de subsistência. Essa agricultura corresponde como uma das formas de agricultura familiar, uma vez que sua organização produtiva se constitui na relação entre propriedade, trabalho e família, às quais são adequadas nas suas próprias condições técnicas tradicionais de produção agrícola.

Como se pôde perceber na realização deste estudo, as mulheres negras idosas desempenham papéis importantes na produção e reprodução da unidade produtiva familiar, porém as suas participações e a não remuneração ainda se mantêm de forma desigual, em relação ao gênero. O trabalho feminino sempre esteve presente, em cooperação com a família. Para Tubaldini (2010, p. 2), “as mulheres quilombolas, além de desenvolverem atividade agrícola, possuem um papel ativo na comunidade como transmissoras do patrimônio cultural, das memórias, das vivências atuais e dos seus antepassados através da cultura, da comida e do artesanato”. Além disso, as mulheres negras idosas desenvolvem outras atividades laborais, como o trabalho doméstico, que é uma atribuição natural da mulher como serviço reprodutivo familiar. É uma atividade predominantemente feminina, caracterizada por uma prática social historicamente determinada.

No contexto familiar das mulheres negras idosas, o trabalho é consolidado na produção agrícola, a qual é dividida por toda a família. Salienta-se que esta família segue uma estrutura de organização hierárquica, em que os seus membros (pai, mãe e filhos) se

interrelacionam e, é neste âmbito familiar, que os papéis são definidos, pois cada um ocupa determinada posição.

Tornou-se pertinente compreender o significado da terra, já que esta tem uma importância crucial para essas mulheres, como condição para continuar e dar sentido às suas vidas, e que assume uma abrangência de significados, de luta, de resistência, de enfrentamento e de conquista pelo trabalho livre. Halbwachs (2006, p.172), apresenta um posicionamento sobre o espaço jurídico da terra, dizendo que “muitos homens só adquirem um direito de propriedade sobre a terra [...] a partir do momento em que a sociedade da qual são membros admite a existência de uma relação permanente entre eles e essa terra”. Em concordância com o autor, reporta-se ao contexto da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo quanto ao legado das terras, o qual os seus moradores ainda lutam pelos direitos já constituídos na regularização da titulação das terras, expressa pela Constituição Federal, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Convém observar que, neste estudo, as testemunhas assumem grande importância, pois as mulheres negras idosas apresentam experiências e vivências acumuladas pelos seus longos anos de vida carregadas de lembranças servindo como portadoras da memória, contribuindo para o desenvolvimento dessa pesquisa, além de outras fontes que foram primordiais para que as interpretações fossem o mais imparcial possível, permitindo uma melhor compreensão da realidade empírica. Assim, compartilhar a memória do coletivo permite conhecer fatos que só elas (mulheres negras idosas) vivenciaram.

Mediante essas narrativas, foi desvelada a memória do trabalho das mulheres negras idosas, ressignificando a suas histórias, as quais foram esquecidas ou mesmo silenciadas. Assim, lembrar não é só reviver, é reconstruir, repensar com as imagens atuais as experiências/vivências do passado. A reconstrução vai depender de como essas mulheres estejam inseridas no meio social. Pois, é no contexto das relações sociais que elas constroem as lembranças e se constituem também enquanto grupo. Sobre isso, Halbwachs (2006, p. 120) ressalta que, “a rememoração pessoal está situada na encruzilhada das redes de solidariedades múltiplas em que estamos envolvidos”.

Ao buscar as memórias deste grupo de mulheres negras idosas possibilitou a construção e reconstrução das suas histórias com intuito de manterem vivas as suas identidades, origem, costumes e tradições, os quais, historicamente, lhes foram negadas, escamoteadas pelo legado do escravismo, e, até mesmo, após o abolicionismo. As mulheres negras idosas continuam desprovidas de uma condição sociopolítica que, ainda hoje, se tenta maquiá-las.

Por fim, a realização deste estudo sobre esta temática não acabou por aqui, emergiram novas questões relevantes a serem investigadas que servirão como base para novos estudos.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 977.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é Trabalho**. 2ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 63.

ALBARRACÍN, Jesús. O trabalho doméstico e a lei do valor. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.) **O trabalho das mulheres**. São Paulo: SOF, 1999, p. 48.

ALVES, Ana Elizabeth Santos; OLIVEIRA, Edileusa S. Memória e Identidade Social do Trabalho. In: LOMBARDI, José C.; CASIMIRO, Ana Palmira B.; MAGALHÃES, Livia D. R. (Orgs.) **História, Memória e Educação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011, p. 148.

ALVES, Giovanni. **Lukács e o século XXI: trabalho, estranhamento e capitalismo manipulatório**. 1ª Edição, Londrina: Práxis, Bauru Canal 6, 2010, p.25-41.

ANDRADE, Lúcia de; TRECCANI, Girolamo D. Terras de Quilombo. In: LARANJEIRA, Raimundo (Org.) **Direito Agrário Brasileiro**. São Paulo: LTR, 2000, p. 595-656.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 8.

ARRUTI, José Maurício. **Quilombos**. Revista Jangwa Pana, Universidad del Magdalena, v.48, n.44, p. 96, 2009.

SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPROMI). **Direitos dos povos e comunidades tradicionais**, cartilha. 2ª Edição, Salvador – BA, jan, 2013, p. 8-23.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007, p. 37- 97.

BEDESCHI, Luciana; ZANCHETTA, Maria Inês. **Cidadania quilombola**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008, p. 27.

BOSI, Ecléa. **A Pesquisa em Memória Social**. Psicologia USP, São Paulo, 4(1/2), p. 277-284, Artigo, 1993. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34480/37218>> Acesso em: 06 de nov. de 2014.

_____. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 7ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 63-425.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Novo regime demográfico uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: IPEA, 2014, p. 99 -102.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL(CAR). **Projeto de Inclusão das Comunidades de Quilombo - Planejamento Participativo Rural Sustentável**

da Comunidade Quilombola de São Joaquim de Paulo. Vitória da Conquista – BA, dez, 2011, p. 5.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998, p. 65-66.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento.** In: Estudos avançados, n.17(49), 2003, p. 118.

CARRASCO, Carmem; PETIT, Mercedes. **Mulheres Trabalhadoras e Marxismo, um Debate sobre a Opressão.** 1ª Edição. São Paulo: Sundermann, 2012, p. 42.

CASSIANI, Silvia Helena de B. **Buscando Significado para o Trabalho: o aperfeiçoamento sob a perspectiva de enfermeiras,** 1994. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

CASSIN, Marcos. Trabalho e formação humana. In: SANTOS, Ana Elizabeth A.; LIMA, Gilneide de O. P.; CAVALCANTI JR., Manoel N. (Orgs.) **Interfaces entre história, trabalho e educação.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2009, p. 61.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário.** tradução de Iraci D. Poletti, 4ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

CASTRO, Sueli Pereira. Sesmaria como terra da parentalha: direito de fato versus direito legal. In: GODOI, Emília P.; MARIN, Rosa A. (Orgs.) **Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias.** São Paulo: Editora UNESP, vol. 02, 2009, p. 68.

CEVA, Antonia L. de Alencastre. Intelectuais não canônicas: Mulheres negras militantes antirracismo. In: FONSECA, Denise P. R. da; LIMA, Tereza M. de O. (Orgs.) **Mulheres Negras Brasileiras ao Final da Primeira Década do Século XXI.** Rio de Janeiro: Editora PUC – Rio, 2012, p. 61.

CIAVATTA, Maria. **O Mundo do Trabalho em Imagens.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 18.

CICOUREL, Aaron. Teoria e Método em Pesquisa de Campo. In: Valuar A. **Desvendando Mascaras Sociais.** Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1990.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro.** 2ª Edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 46-47.

Constituição Federal de 1988, Artigo 68. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/anotada/2335890/art-68-da-constituicao-federal-de-88>>, Acesso em: 05 de abril de 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição.** 2ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 1986, p. 21.

DEERE, CARMEM Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina.** 1ª Edição. Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 2002, p. 411.

DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora Contexto, 2000, p. 9.

FONTANELLA, B. J. B. et al. **Amostragem em Pesquisas Qualitativas**: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. Cad. Saúde Pública, v. 27, n. 2, 2011, p. 389-394.

FURTADO, Celso. **Pequena Introdução sobre o Desenvolvimento**. São Paulo: Nacional, 1989.

GOMES, Flávio dos Santos. **Em Torno dos Bumerangues outras Histórias de Mocambos na Amazônia Colonial**. Revista USP, São Paulo, 1996. Artigo. p. 41. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/28/03-gomes.pdf>>. Acesso em: 30 de março de 2014.

_____. **História de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro** – século XIX. São Paulo, Arquivo Nacional, 1995, p. 197. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/download/92/87>> Acesso em: 30 de março de 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Centauro, 2006, p.30-172.

_____. **Los Marcos Sociales de la Memoria**. Postfácio de Gérard Namer. Traducción de Manuel A. Baeza y Michael Mujica – Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial, Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 8-129.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do Sexo Feminino** – a luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850-1940. Tradução de Eliane Tejera Lisboa. 1ª Edição. Santa Cruz do Sul, RS: Editora Mulheres, 2003, p. 207.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um Olhar Voltado para a Empresa e a Sociedade**. São Paulo: Bom Tempo Editorial, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Resultados do Universo do censo Demográfico**. Recenseamento Geral do Brasil – IBGE, SIS 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1717&id_pagina=1>. Acesso em: 20 mar. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Características étnico-raciais da população classificações e identidades**. IBGE, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/pcerp_classificacoes_e_identidades.pdf>. Acesso em:13 jan. 2015.

LAMARCHE, Eughes. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1997. 2.ed. p. 15.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um Conceito Antropológico**. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 25-26.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª Edição. Campinas: Unicamp, 2003, p. 422.

LEITE, Ilka Boaventura. (2000). **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. Artigo. p. 333.

LIMA, Márcia; RIO, Flávia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: A participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In: MARCONDES, Marina M. et al. (Orgs.). **Dossiê Mulheres Negras Retrato das Condições de Vida das Mulheres Negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013, p. 53-55.

LOBO, Elisabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência**. HIRATA, Helena (Org.). 1ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p. 152-189.

LOPES, Guiomar S. Envelhecimento e interdisciplinaridade: uma prática em construção. In: TRENCH, Belkis; ROSA, Tereza da C. E. (Orgs.) **Nós e o outro: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa**. São Paulo: Editora Instituto de Saúde, 2011, p. 22.

MAMBERTI, Sergio. Desdobramentos culturais da abolição da escravatura. In: Política democrática. **Caderno de debate pela Fundação Astrojildo Pereira**. Ano I nº 2, Brasília: Editora Abaré, 2008, p. 60.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 6ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 63-122.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 3ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 104.

MARX, Karl. **O Capital**. 3ª Edição. São Paulo: Nova Cultura, livro I, vol. I, Os Economistas, 1988. p. 53-143.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução: Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2008, p. 111.

MILES, B. Matthew; HUBERMAN, A. M. **Qualitative Data Analysis**. 2ª Edição. Londres: 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento; Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2007, p. 178.

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21.ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 184.

_____. Envelhecimento demográfico e lugar do idoso no ciclo da vida brasileira. In: TRENCH, Belkis; ROSA, Tereza da C. E. (Orgs.) **Nós e o outro: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa**. São Paulo: Editora Instituto de Saúde, 2011, p. 9-15.

_____; COIMBRA JÚNIOR, Carlos E. A. (Orgs.) **Antropologia, Saúde e Envelhecimento** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p. 15, 184 ISBN: 85-7541-008-3. Available from Scielo Books <<http://books.scielo.org>>

MOREIRA, Núbia Regina. **A Organização das Feministas Negras no Brasil**. 1ª edição: Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011, p. 57-60.

NOGUEIRA, Claudia M. A feminização no mundo do trabalho: Entre a emancipação e a precarização. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. M. (Orgs.) **O avesso do trabalho**. 1ª Edição, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004, p. 248.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos Identidade Étnica e Territorialidade**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2002, ps.17-18.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano de ação internacional contra o envelhecimento**. 2002. Tradução Arlene Santos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004, p. 49, (Série Institucional em Direitos Humanos; v. 1).

PAIVA, Eduardo França. **Dar Nome ao Novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)**. Tese de professor titular em história do Brasil apresentada ao Departamento de História da universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012, p. 246.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz M. Censo e Demografia a variável cor ou raça nos interior dos sistemas censitários brasileiros. In: PINHO, Osmundo A.; SANSONE, Livio (Orgs.). **Raça novas perspectivas antropológicas**. 2ª Edição:Salvador - BA,2008, p.27.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Angela M. S. Corrêa. 1ª Edição, São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-115.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol.2. n.3. 1989, p. 05.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. 3ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 15-19.

REED, Evelyn. **Sexo contra Sexo ou Classe contra Classe**. 1ª Edição. São Paulo: Proposta Editorial, 1980, p. 28.

REIS, José João; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um Fio – História dos Quilombos no Brasil**. 1ª Edição. São Paulo: Editoria Companhia das Letras, 1996, p. 12.

REIS, Luciana Araújo dos; SANTOS, J.; REIS, Luana A. dos; DUARTE, S.F.P. **Ensaio sobre o Envelhecimento**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013, p. 85-224. ISBN: 978-85-7985-060-8.

ROZENDO, Adriano da S.; JUSTO, José S. Sentidos e espaços da velhice na legislação brasileira. In: TRENCH, Belkis; ROSA, Tereza da C. E. (Orgs.) **Nós e o outro: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa**. São Paulo: Editora Instituto de Saúde, 2011, p. 36-37.

SÁ, Celso Pereira de. **Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial**. In: Revista Psicologia: Reflexão e Crítica. UERJ, RJ 2007. p. 290-291.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; FERRANTE, Vera L. S. B. Famílias rurais no Estado de São Paulo: algumas dimensões da vida feminina. In: BRUSCHINI, M^a C. A.; ROSEMBERG, Fúlvia. **Trabalhadoras no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p. 118-121.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família – São Paulo século XIX**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989, p.15.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. 1^a Edição. São Paulo: Anna blume, 2003, p. 13-38.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso J. et al. (Orgs.) **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: Um Debate Multidisciplinar**. 4^a Edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998, p. 152.

SERPA, Ângelo. **O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, n. 84, 2006, p. 15.

SILVA, C; ARANTES, R; FERREIRA, V. Divisão sexual e divisão racial do trabalho. In: SILVA, ARANTES, R; FERREIRA. **Nosso Trabalho Sustenta o Mundo**. ed. 02. Recife: SOS Corpo, 2012, p. 92.

SILVA, Martiniano José da. **Racismo à brasileira: raízes históricas: um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil**. 3^a Edição. São Paulo: Editora Anita, 1995. p. 24-205.

SILVA, Sergio. Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo. In: PINSKY, Jaime. (Org.) **Capital e Trabalho no Campo**. 2^a Edição. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 29.

SOUSA, Milena N. A; SILVA, Jobnes R. G.; BEZERRA, André L. D.; VASCONCELOS, T. C. Direito à saúde: uma abordagem sobre o acesso de idosos aos serviços de saúde. In: REIS, Luciana Araújo. dos, et al. **Ensaio sobre o Envelhecimento**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013, p 23. ISBN: 978-85-7985-060-8.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista – Crônica de uma cidade**. Vitória da Conquista: 1992, p.57.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. 1^a Edição. São Paulo: Editora brasiliense, 1993, p.10.

TIRIBA, Lia. **Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes**. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 10, n. 2, maio/ago. p. 116-122, 2006. Disponível em: <<http://www.unisinos.br>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum - Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional**. 1^a Edição. São Paulo: Schwarcz, 2002. p. 18.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUBALDINI, Maria Aparecida dos S.. **O Trabalho Pluriativo da Mulher Quilombola na Recuperação Ambiental e Manutenção da Família no Vale do Rio Doce -MG** – 2010 – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, p. 02. Disponível: <<http://www.redes rurais.org.br/sites/default/files/O%20trabalho%20pluriativo%20da%20mulher%20quilombola.pdf>>, Acesso em: 03 jun 2013.

TYLOR, Edward. 1871 **Primitive Culture**. Londres, John Mursay & Co. 1958, Nova York, Harper Torchbooks.

VERAS, Renato P. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Revista Saúde Pública**, v. 43, n. 3. 548-54, 2009.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 3ª Edição, Vol. 1, Brasília: Editora UNB, 1994, p. 26.

WONG, Laura L. R.; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil. **Revista Brasileira de Estudo de População**, São Paulo, v.23, n.1, p. 5-26, jan./jun., 2006.

ENTREVISTAS/FONTES ORAIS:

SALGADO, Robério. Entrevista concedida a Tânia M^a R. da Rocha. Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo. 14 jan. 2014.

BISPO, Luciene. Entrevista concedida a Tânia M^a R. da Rocha. Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo. 14 jan. 2014.

SANTOS, Aurino. Entrevista concedida a Tânia M^a R. da Rocha. Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo. 14 jan. 2014.

MEDEIROS, Ruy. Entrevista concedida a Tânia M^a R. da Rocha. Vitória da Conquista. 28 de jan. 2014.

SOUZA, Guiomar S. Entrevista concedida a Tânia M^a R. da Rocha. Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo. 17 jun. 2014.

FERREIRA, Noemia da S. Entrevista concedida a Tânia M^a R. da Rocha. Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo. 17 jun. 2014.

SILVA, Maridalva R. S. Entrevista concedida a Tânia M^a R. da Rocha. Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo. 05 julho 2014.

GOMES, Elizete M. de J. Entrevista concedida a Tânia M^a R. da Rocha. Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo. 05 julho 2014.

SALGADO, Maria de J. Entrevista concedida a Tânia M^a R. da Rocha. Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo. 05 julho 2014.

OLIVEIRA, Maria de Iva de J. Entrevista concedida a Tânia M^a R. da Rocha. Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo. 05 julho 2014.

BRITO, Josefa S. Entrevista concedida a Tânia M^a R. da Rocha. Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo. 27 julho 2014.

PEREIRA, Railda A. G. Entrevista concedida a Tânia M^a R. da Rocha. Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo. 27 julho 2014.

ALMEIDA, Maria A. de. Entrevista concedida a Tânia M^a R. da Rocha. Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo. 27 julho 2014.

BRITO, América M. de J. Entrevista concedida a Tânia M^a R. da Rocha. Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo. 27 julho 2014.

CARVALHO, Marinaldo. Entrevista concedida a Tânia M^a R. da Rocha. Vitória da Conquista. 12 set. 2014.



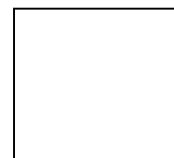
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E
SOCIEDADE – PPGMLS**

**APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DE
PESQUISA COM SERES HUMANOS**

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa: **MEMÓRIA, TRABALHO E ENVELHECIMENTO DE MULHERES NEGRAS IDOSAS EM UMA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO SÃO JOAQUIM DE PAULO EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA**, que será realizada pela aluna do mestrado em Memória, Linguagem e Sociedade - UESB. A participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento de participar do estudo, retirando seu consentimento, sem que isto lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Nessa pesquisa, serão realizadas observação participante, questionário semiestruturado, fotografias e entrevistas com as mulheres negras idosas da Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo no distrito de Capinal, município de Vitória da Conquista – BA, buscando conhecer a memória do trabalho das mulheres negras idosas na agricultura de subsistência. As entrevistas serão gravadas e as falas serão transcritas na íntegra, e também a observação. O estudo não representa risco, mas caso você sinta desconforto em responder alguma questão, você é livre para não respondê-la, sendo-lhe garantido esse direito. Quando o voluntário for analfabeto, o Termo de Consentimento será lido na frente de uma pessoa que não tenha envolvimento direto com a pesquisa. Esta pessoa deverá assinar o documento certificando-se que todas as informações foram dadas ao voluntário e que as perguntas suscitadas pelos mesmos foram amplamente esclarecidas pelo pesquisador. Haverá espaço para impressão digital no TCLE. Os resultados da pesquisa não serão usados para outros fins que não os previstos no protocolo e/ou no consentimento, quais sejam: apresentação de resultados da pesquisa em revistas e eventos científicos. Você ficará com uma cópia deste Termo e toda dúvida que você tiver sobre esta pesquisa, poderá perguntar diretamente aos pesquisadores responsáveis pela pesquisa ou pelos telefones (77) 3083-9897/8819-8714, e-mail tanrr_projetos@hotmail.com, Tânia Maria Rodrigues da Rocha ou Luciana Araújo dos Santos, e-mail: lucianauesb@yahoo.com.br. Eu, _____, CPF nº _____, RG nº _____ li e/ou ouvi a leitura dos esclarecimentos acima e compreendi para que serve o estudo e qual procedimento a que serei submetido. Concordo em participar do estudo.

Data: _____ Entrevistado (a): _____

Impressão digital do voluntário





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E
SOCIEDADE – PPGMLS**

APÊNDICE B: ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Projeto de pesquisa: Memória, trabalho e envelhecimento de mulheres negras idosas em uma Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo em Vitória da Conquista – Bahia

Mestranda: Tânia Maria Rodrigues da Rocha

Orientadora: Luciana Araújo dos Reis

1. Como começou o seu trabalho? Sempre trabalhou na roça?
2. Preserva as tradições dos seus antepassados em relação ao trabalho agrícola? Quais?
3. Qual o significado do trabalho para a senhora? E o significado da terra?
4. Fale um pouco da sua história?
5. O envelhecimento trouxe mudanças na realização do trabalho agrícola? Quais?
6. Como a senhora desenvolvia seu trabalho agrícola antes do envelhecimento e como desenvolve agora?
7. O que significa envelhecer para a senhora?
8. A senhora sofre algum tipo de preconceito em relação ao envelhecimento e a racial?
9. Em sua opinião, como as pessoas veem os idosos? E a família?
10. O trabalho agrícola contribui para a manutenção da família? Se não, qual o membro da família assume essa responsabilidade?
11. A senhora tem a preocupação de repassar os seus conhecimentos e práticas do trabalho agrícola para os seus filhos e seus netos?
12. Como usa o seu dinheiro?
13. Como se dá a sua inserção na comunidade após o envelhecimento?
14. Qual o significado da velhice para a senhora?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E
SOCIEDADE – PPGMLS

APÊNDICE C: QUESTIONÁRIO

Projeto de pesquisa: Memória, trabalho e envelhecimento de mulheres negras idosas em uma Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo em Vitória da Conquista – Bahia

Mestranda: Tânia Maria Rodrigues da Rocha

Orientadora: Luciana Araújo dos Reis

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

1.1. Nome: _____

1.2. Idade: _____

1.3 Local de moradia: _____

1.4. Local de nascimento: _____

1.5. Nível de Escolaridade: _____

1. SITUAÇÃO E EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL:

1.1. Atualmente trabalha? () Sim () Não

1.2. Tem um trabalho remunerado? () Sim () Não

1.3. Qual o rendimento mensal (salário):

() menos de 1 salário mínimo () 1 salário mínimo () 1 salário e ½

() 2 salários mínimos () outro

1.4. Recebe benefícios do governo? () Sim () Não

1.5. Quais benefícios?

() aposentadoria () bolsa família () cesta básica () outro

1.6. Ajuda na manutenção da casa (financeiramente)? () Sim () Não

1.7. Que trabalho desenvolve?

trabalho na roça doméstico em casa doméstico fora de casa
 artesanato vendedora outro

1.8. Onde trabalha?

comunidade rural Vitória da Conquista outro

1.9. Você gosta da atividade/trabalho que desenvolve? Sim Não

Se não, por que? _____

1.10. Tem a posse da terra? Sim Não

1.11. Se sim, tem documento? Sim Não

2. SITUAÇÃO FAMILIAR:

2.1. Estado civil? solteira casada separada viúva

2.2. Tem filhos? Sim Não

2.3. Se sim, quantos filhos? -

2.4. Quantas pessoas moram em casa? _____

3. CONDIÇÕES DE SAÚDE:

4.1. Possui algum problema de saúde? Sim Não

Se sim, qual? _____

4.2. Faz algum tipo de tratamento? Sim Não

Se sim, qual? _____

4.3. Faz uso de medicação controlado? Sim Não

Se sim, qual? _____